

**CÁSSIA MARIA PAULA LIMA  
ROSEMEIRE APARECIDA FERNANDES**

**MORTALIDADE DE ONG's:  
ESTUDO DE CASO DAS ASSOCIADAS ABONG**

**ESPECIALIZAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

**PUC-SP  
2010**

**CÁSSIA MARIA PAULA LIMA  
ROSEMEIRE APARECIDA FERNANDES**

**“MORTALIDADE DE ONG’S:  
ESTUDO DE CASO DAS ASSOCIADAS ABONG”**

**Monografia apresentada à Coordenadoria Geral de  
Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, da  
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como  
requisito para obtenção do título de especialista em  
Gestão de Projetos Sociais em Organizações do  
Terceiro Setor, sob a orientação da Profª Mª Sidnéa  
N. M. Rodrigues**

**PUC-SP  
2010**

## **Ficha Catalográfica**

**FERNANDES**, Rosemeire Aparecida  
**LIMA**, Cássia Maria Paula

Mortalidade de ONG's: Estudo de caso das associadas ABONG – São Paulo / Cássia M<sup>a</sup> Paula Lima e Rosemeire Ap. Fernandes, 2009. [s.n]  
...f.: 31 cm

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. M<sup>a</sup> Sidnéa N. M. Rodrigues

Monografia (Pós Graduação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor.

**1. ABONG 2. ONG's 3. Fechamento 4. Ciclo de Vida**

CÁSSIA MARIA PAULA LIMA  
ROSEMEIRE APARECIDA FERNANDES

**Mortalidade de ONG's:**  
**Estudo de Caso das Associadas ABONG**

Monografia apresentada à Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como requisito para obtenção do título de especialista em Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor.

**Presidente e Orientador**

**Nome:** Prof<sup>a</sup>. M<sup>a</sup> Sidnéa N. M. Rodrigues

**Titulação:** Mestre em Administração

**Instituição:** Pontifícia Universidade de São Paulo

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**2º Examinador**

**Nome:** \_\_\_\_\_

**Titulação:** \_\_\_\_\_

**Instituição:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**NOTA FINAL:** \_\_\_\_\_

**Biblioteca**

**Bibliotecário:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_ **Data:** \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

São Paulo, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

## RECOMEÇAR

Não importa onde você parou ...

Em que momento da vida você cansou...

O que importa é que sempre é possível e necessário “Recomeçar”.

Recomeçar é dar uma nova chance a si mesmo...

É renovar as esperanças na vida e o mais importante...

Acreditar em você de novo...

Sofreu muito nesse período? Foi aprendizado.

Chorou muito? Foi limpeza da alma.

Ficou com raiva das pessoas? Foi para perdoá-las um dia.

Tem tanta gente esperando apenas um sorriso seu para “chegar” perto de você.

Recomeçar...

Hoje é um bom dia para começar novos desafios.

Onde você que chegar?

Ir alto... sonhe alto...

Queira o melhor do melhor...

Pensando assim trazemos pra nós aquilo que desejamos...

Se pensarmos pequeno, coisas pequenas teremos...

Já se desejarmos fortemente o melhor e principalmente lutarmos pelo melhor, o melhor vai se instalar em nossa vida.

“Porque sou do tamanho daquilo que vejo, e não do tamanho da minha altura.”

## Agradecimentos

Aos nossos pais, pelo exemplo de vida, o incessante incentivo aos estudos e por representarem tão bem a narrativa de nossa história...

Aos nossos filhos, pela alegria incondicional que nos provoca e por nos fazer caminhar...

Aos nossos companheiros, pelo carinho, respeito e admiração que nos devotaram ao longo deste processo de desenvolvimento...

Às nossas irmãs, pelo exercício inicial e constante do viver em sociedade e por seu apoio incondicional...

Aos nossos sobrinhos, por dinamizarem nosso cotidiano com ideias renovadas...

A todos os familiares que contribuíram de várias maneiras para a concretização dos nossos objetivos...

Aos insuperáveis: Fabio; Ana Lima; D<sup>a</sup> Alice; Zilda e Marinalva pelo apoio e presença nos momentos mais agudos...

Em especial a professora Ms. M<sup>a</sup> Sidnéa N. M. Rodrigues, orientadora, por acompanhar com esmero nosso processo de aprendizagem durante a elaboração deste trabalho...

Ao professor Dr. Luciano A. P. Junqueira, coordenador do curso de Gestão de Projetos Sociais em Organizações do Terceiro Setor e todo corpo docente pela riqueza de conhecimento e experiências com que nos presentearam...

Aos membros da ABONG, em particular a Marta, pelo apoio institucional e atenção às nossas demandas...

Aos membros das ONG's que gentilmente participaram da pesquisa e entrevistas...

## Resumo

Fernandes, Rosemeire Aparecida; Lima, Cássia Maria Paula Lima. Mortalidade de ONG's: um estudo de caso das associadas ABONG; Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

Os movimentos protagonizados pelas organizações não-governamentais definem hoje a importância do Terceiro Setor como fenômeno de articulação, mobilização e transformação da sociedade brasileira. Se a perspectiva inicial dessas organizações esteve voltada à defesa de minorias e na satisfação de suas necessidades básicas, hoje elas perpassam suas ações como objeto de política social na garantia de direitos e cidadania. Apesar de toda sua importância, o Terceiro Setor, ainda carece de pesquisas mais amplas e específicas sobre sua singularidade.

A motivação em estudar o ciclo de vida dessas organizações partiu de um incômodo provocado pelo uso do termo “fechar”, muito empregado por setores que acompanham periodicamente a abertura e fechamento de pequenas e médias empresas. Nossa pesquisa foi desenvolvida com ex-associadas ABONG, regional São Paulo, a partir da análise de dados provenientes de arquivos, questionário, dados primários obtidos via internet e entrevistas. Observamos que, diferentemente de micro e pequenas empresas, o termo “fechar” não implica necessariamente em extinção da organização, visto que pode ocorrer um “compasso de espera” entre um projeto e outro, o que caracteriza um período de inatividade da ONG. A aproximação entre a ABONG e suas associadas não representa um fator determinante no processo de fechamento da organização. Como fatores que podem influir na questão do fechamento de uma organização, citamos três dificuldades apontadas: financeira, por falta de espaço, mudança de definição do papel política da ONG. Identificamos diferentes caminhos trilhados pelas ONG's à partir da sua desfiliação do quadro de associadas ABONG e que nos remete a uma reflexão da riqueza de experiências que abarca o Terceiro Setor.

**Palavras-chave:** 1. ABONG 2. ONG's 3. Fechamento 4. Ciclo de Vida.

# Sumário

<b>AGRADECIMENTOS</b> .....	<b>6</b>
<b>RESUMO</b> .....	<b>7</b>
<b>LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS</b> .....	<b>9</b>
<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>12</b>
<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
1.1 MICRO E PEQUENAS EMPRESAS .....	16
1.2 ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS .....	19
1.3 SOBRE A PERENIDADE DAS ONG'S .....	21
<b>2. HISTÓRICO DAS ONG'S</b> .....	<b>24</b>
2.1 HISTÓRICO DA ABONG, SUAS MOTIVAÇÕES E FILIAÇÃO .....	25
2.2 ATUAÇÃO DA ABONG À LUZ DO PENSAMENTO GRAMSCIANO .....	30
<b>3. METODOLOGIA</b> .....	<b>33</b>
3.1 MÉTODO DE IDENTIFICAÇÃO DOS PROCESSOS - ABONG .....	35
3.2 MÉTODO DE IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL DAS EX-ASSOCIADAS ABONG – REGIONAL SÃO PAULO .....	36
<b>4. EX ASSOCIADAS ABONG PESQUISADAS - IDENTIFICAÇÃO</b> .....	<b>38</b>
4.1 ABRA - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA .....	38
4.2 A.D.I – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA INTERCOMUNICAÇÃO .....	39
4.3 AGEN - AGÊNCIA ECUMÊNICA DE NOTÍCIAS .....	40
4.4 ANSUR - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO SOLO URBANO .....	40
4.5 APTA - ASSOCIAÇÃO PARA PREVENÇÃO E TRATAMENTO DA AIDS E SAÚDE PREVENTIVA .....	41
4.6 ARES - ASSOCIAÇÃO RIOPRETENSE DE EDUCAÇÃO E SAÚDE .....	41
4.7 PIRACEMA – ASSOCIAÇÃO PIRACEMA .....	42
4.8 CENTRO SANTO DIAS .....	42
4.9 CEDI – CENTRO ECUMÊNICO DE DIVULGAÇÃO E INFORMAÇÃO .....	43
4.10 ECOM – ECOLOGIA E COMUNICAÇÃO .....	44
4.11 FRANCO ROTELLI – ASSOCIAÇÃO FRANCO ROTELLI .....	45
4.12 INCA – INSTITUTO CAJAMAR .....	45
4.13 NATIVO DA NATIVIDADE – FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE .....	46
4.14 REAP – RECONSTRUÇÃO, EDUCAÇÃO, ASSESSORIA E PESQUISA .....	46
4.15 TIE BRASIL – CENTRO DE TROCA DE INFORMAÇÃO TRANSNACIONAIS .....	47
<b>5. ANÁLISE DE RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>48</b>
5.1 RESULTADOS – PROCESSOS ABONG .....	49
5.2 RESULTADOS – PERFIL DAS EX-ASSOCIADAS ABONG – REGIONAL SÃO PAULO .....	52
5.3 RESULTADOS – COMPARATIVO COM PERFIL DAS ASSOCIADAS ABONG .....	60
<b>6. CONCLUSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>62</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	<b>68</b>
<b>ANEXOS</b> .....	<b>73</b>

## Lista de Abreviações e Siglas

**ABONG** - Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais

**ABRA** - Associação Brasileira de Reforma Agrária

**ADI** - Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação

**AGEN** - Agência Ecumênica de Notícias

**AIDS** - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (do inglês: Acquired Immune Deficiency Syndrome)

**ANSUR** - Associação Nacional do Solo Urbano

**APTA** - Associação para Prevenção e Tratamento da AIDS e Saúde Preventiva

**ARES** - Associação Riopretense de Educação e Saúde

**CEB's** - Comunidades Eclesiais de Base

**CEDAC** - Centro de Ação Comunitária

**CEDI** - Centro Ecumênico de Documentação e Informação

**CENPLA** - Confederação Nacional Centros Planejamento Natural Família

**CNBB** - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

**CONIT** - Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte

**DNRC** - Departamento Nacional de Registro Comercial

**DST / AIDS** - Doenças Sexualmente Transmissíveis / Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (do inglês: Acquired Immune Deficiency Syndrome)

**ECOM** - Ecologia e Comunicação

**FASE** - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional

**FASFIL** - Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos

**FRANCO ROTELLI** - Associação Franco Rotelli

**FSM** - Fórum Social Mundial

**GIFE** - Grupo de Instituições e Fundações Empresariais

**GP** - Grupo de Trabalho

**IBASE** - Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**INCA** - Instituto Cajamar

**IPEA** - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

**ISER** - Instituto de Estudos da Religião

**LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social

**ONG** - Organização Não-Governamental

**ONG's** - Organizações Não-Governamentais

**OXFAM** - Confederação Internacional de Combate à Pobreza Mundial

**MPEs** - Micro e pequenas empresas

**NATIVO DA NATIVIDADE** - Fundação Nativo da Natividade

**NOVA** - Nova Pesquisa e Assessoria em Educação

**PIRACEMA** - Associação Piracema

**PDI** - Programa de Desenvolvimento Institucional da ABONG

**REAP** - Reconstrução Educação, Assessoria e Pesquisa

**SEBRAE** - Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**TIE BRASIL - Centro de Troca de Informação Transnacionais**

## Apresentação

Ao longo do curso de Gestão de Projetos Sociais nos deparamos com inúmeros temas interessantes que gostaríamos de abordar e conhecer mais profundamente, por ocasião da elaboração da nossa monografia. Ocorre que escolhas são sempre difíceis, pois ao elegermos um assunto para desenvolvimento de um estudo automaticamente deixamos de lado outras abordagens que também despertam a nossa mente e o nosso coração.

A princípio optamos por direcionar nossa pesquisa para o conhecimento sobre a articulação e o papel que a ABONG (Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais) desempenha no Terceiro Setor e junto às suas associadas. Ao buscar mais informações sobre o recorte escolhido, descobrimos o trabalho acadêmico de Tatiana Dahmer Pereira – O não governamental em Questão: um estudo sobre o universo ABONG, de 2003, onde a autora percebe a associação “como um campo político, marcado por embates e contradições, aglutinando forças heterogêneas em seu interior”. A autora busca entender ainda até que ponto essa entidade, “estratégica na construção do conceito não-governamental, pactua e busca a construção do consenso com a existência de vertentes diferentes em seu interior”. (PEREIRA, 2003, p.8)

Em seu estudo, Pereira observa que a proposta da ABONG pode estar constituída “sobre outras bases de articulação e de pactuação de uma convivência democrática” (p.78) o que justificaria, em seu interior, a “existência de pelo menos duas visões de matrizes ideológico-conceituais diferenciadas sobre pontos fundamentais como democracia, participação, sociedade civil, desenvolvimento, Estado e relação com políticas públicas”. (p.89)

Como atrativo para novas filiações, a ABONG apresenta-se em seu site, como um importante sujeito de intervenção política; interlocução com o Estado brasileiro e diversas instâncias internacionais; controle social das ações governamentais; espaço de articulação e reflexão sobre a forma de atuação das ONG's e dos movimentos sociais e redes com os quais se articula.

É juntamente com suas associadas que ABONG, através de debates, busca soluções a problemas comuns – tanto aqueles que afetam a sua forma de intervenção social como a sociedade brasileira – e, também, a possibilidade de intervenção por meio da representação coletiva exercida pela ABONG em diversos espaços públicos.

Foi para esse universo ABONG tão pluralista, que reúne entidades com forte atuação na esfera pública, em áreas como: direitos humanos, políticas públicas, questões agrárias e agrícolas, questões urbanas, desenvolvimento regional, promoção da igualdade racial, direitos das mulheres, meio ambiente e ecologia que percebemos a necessidade de dirigir nosso olhar mais atentamente; no intuito de descobrir como esse papel da associação era percebido pelas suas associadas.

A partir desse ponto, ao pesquisarmos os arquivos de associadas e ex-associadas, certa denominação chamou nossa atenção; ao nos depararmos com a expressão “fechou” que, no cadastro da ABONG, foi utilizada para designar algumas ONG's que deixaram a Associação. Como o termo utilizado dá alusão a algo que encerrou ou cessou suas atividades, a questão da desfiliação dessas ONG's trouxe-nos a questão: como isso ocorreu e em que circunstâncias?

Com a nossa pesquisa buscamos descobrir como ONG's tão próximas e parceiras da ABONG possam ter acabado ou se extinguido? Na admissibilidade da utilização do termo “mortalidade” para as organizações do Terceiro Setor, quais são os fatores que podem conduzi-las ao fechamento?

## 1. Introdução

A utilização do termo “mortalidade” talvez não soe estranho para aqueles que desenvolvem estudos e pesquisas junto ao segundo setor sobre o desempenho das empresas. No acompanhamento regular dessa performance, os dados são periodicamente analisados e permitem o conhecimento de informações básicas como geração de emprego, renda, produção, exportações entre outras variáveis.

Já para falar em mortalidade de ONG's é preciso, antes, considerar as diferenças em relação às empresas que têm como objetivo primeiro o lucro, ou seja, entregam aos seus clientes produtos ou serviços e recebem por isso. As instituições “sem fins lucrativos” são, conforme Drucker, “agentes de mudança humana. Seu produto é o ser humano mudado”. Segundo ele, “um jovem que se transforma em um adulto com respeito próprio, é toda uma vida mudada”. (DRUCKER, 1994, p. XIV)

Drucker destaca as características das instituições sem fins lucrativos que as distinguem das empresas e do governo: sua “missão” que se apresenta como um compromisso; os “resultados” de seu trabalho; as “estratégias” necessárias à comercialização dos seus serviços; a “obtenção de dinheiro” necessário para a execução de suas tarefas; o desafio da introdução de “inovação e mudanças” em instituições que dependem de voluntários.

As organizações sem fins lucrativos “acionam agentes com trajetórias e valores os mais diversificados. São mercado de trabalho e também terreno de ação voluntária. Mobilizam grande quantidade de recursos materiais de origens tão diversas quanto: governos, indivíduos, famílias, empresas, igrejas, fundações e associações. De natureza privada, não são empresas; atuando em benefício público, não são órgãos de governo”. (LANDIM, 1993, p.5)

Em conferência proferida durante o III Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, no Rio de Janeiro, em 1996, Jeremy Rifkin falou da preocupação com os rumos do mercado de trabalho a nível mundial, afetados pela automatização e a

globalização que resultam em um número cada vez menor de trabalhadores. A revolução tecnológica profunda contribui para a redução do trabalho humano e alerta para a necessidade de se acabar com os paradigmas econômicos e de compreendermos que cada país tem três setores e não dois. Segundo ele, essa nova visão é também uma nova missão para o século XXI.

Para Rifkin, o setor do mercado cria capitais e empregos de mercado e o setor do governo cria capitais e empregos de governo, no entanto, isso não é suficiente. Para ele, a sociedade civil cria capital social e empregos e quem dedica seu tempo ao Terceiro Setor acredita servir a comunidade, ou seja, criar capital social. Em seu texto, o conferencista atribui a Adam Smith (1776 Apud RIFKIN, 1996), a melhor definição do que seja capital de mercado: “cada indivíduo maximiza seus próprios interesses no mercado e isso faz com que os interesses da comunidade avancem”. Diferentemente, a teoria de capital social se baseia em que: “cada pessoa dá de si para a comunidade, otimizando o bem-estar desta e, portanto, otimizando os interesses pessoais de cada indivíduo”, logo, ele conclui, “precisamos tanto do capital de mercado como do capital social. Um equilibra o outro” (RIFKIN, 1996, p.21).

Considerando que as ONG's possam ser representantes e produtoras de capital social, visto que seu princípio fundante prevê atuação junto à comunidade ou a determinados grupos sociais e que buscam criar condições mais favoráveis para que estes se desenvolvam e propicie, a cada indivíduo pertencente a eles, melhores condições de vida; isto nos leva a refletir que admitir a possibilidade de extinção de uma dessas organizações é, num primeiro momento, admitir um fracasso coletivo.

Em algumas universidades, talvez com o objetivo de tornar as organizações mais preparadas para a execução de seus propósitos, observamos o surgimento de novos cursos de especialização e MBA direcionados ao Terceiro Setor. Também podemos destacar o crescimento na oferta de livros e artigos voltados à profissionalização das instituições sem fins lucrativos e dos profissionais que desejam atuar nessa área, bem como o desenvolvimento de ferramentas e metodologias administrativas que possam ser aplicadas às necessidades específicas do setor.

Apesar de todo esse movimento, não dispomos de um estudo mais aprofundado sobre o ciclo de vida das organizações sem fins lucrativos, bem como qual o caminho que elas percorrem para atingirem seus objetivos e sua missão.

Sendo assim, o objetivo principal deste trabalho, além de identificar as causas da mortalidade de organizações não governamentais é acompanhar a trajetória dessas instituições.

### ***1.1 Micro e Pequenas Empresas***

Cabe observar que a apresentação de dados sobre micro e pequenas empresas serve como referencial comparativo para a nossa pesquisa sobre ciclo evolutivo das organizações não-governamentais.

A entidade privada, sem fins lucrativos, SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – MPEs), criada em 1972, tem como missão “promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos empreendimentos de micro e pequeno porte”, para isso elabora estudos periódicos, anuários e boletins, utilizando a base de dados de pesquisas realizadas tais como: ECINF-IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) sobre dados da economia informal urbana de 1997 e 2003; o Cadastro Central de Empresas do IBGE; DNRC - departamento responsável pelo registro de novas empresas e o Ministério do Trabalho e do Emprego que dispõe de dados da RAIS (Relação anual de informações sociais).

O principal critério adotado para conceituação de uma MPE é sua receita bruta anual, porém esse fundamento, no nosso entendimento, não se aproxima da realidade das ONG's. O número de funcionários nas empresas é utilizado para conceituação das MPEs na economia brasileira e também faz parte da análise de dados da pesquisa sobre associações sem fins lucrativos (FASFIL), portanto julgamos ser esta uma base de melhor aproximação do universo das ONG's.

Nas MPEs, segundo o site do Sebrae, a média de funcionários na microempresa é de até 19 na indústria e construção e de até 9, no comércio e serviço. A pequena empresa é caracterizada por possuir de 20 a 99 funcionários na indústria e construção e, no comércio e serviços, possuir de 10 a 49. A pesquisa FASFIL de 2008 revela que a média de ocupados por entidade em 2005 era de 5,1 pessoas. Número que já foi de 9,7 pessoas em 1996. Sendo assim, o universo das MPE's é parecido com as ONG's quanto ao número de pessoas com carteira assinada.

Em artigo de Takeshy Tachizawa, os dados do IBGE de 2005, revelam que existem 4,6 milhões de empresas e que desse total, 99% são micros e pequenas empresas, sendo que os pequenos negócios, formais e informais, respondem por mais de dois terços das ocupações do setor privado. A tendência, afirma Tachizawa, é que esses pequenos negócios aumentem cada vez mais seu espaço empresarial, como resposta à redução na participação do total de pessoas atuantes nas multinacionais, conglomerados e empresas de grande porte.

Na pesquisa "10 anos de monitoramento da sobrevivência e mortalidade de empresas" de 2008, o Sebrae-SP aponta que, "a cada ano, das 134 mil empresas abertas no estado de São Paulo quase 88 mil não completam 12 meses de atividades" (pág.6). Nessa mesma pesquisa podemos acompanhar a queda nas taxas de mortalidade das MPEs do estado de São Paulo, na última década, através dos índices apresentados, que caíram no primeiro ano de vida de uma empresa de 35% para 27%; já no segundo ano foi de 46% para 38%; no terceiro ano de atividade, de 56% para 46%; no quarto ano caiu de 63% para 50% e no 5º ano, de 71% para 62%. Como justificativas para esses resultados são destacadas: a melhora da conjuntura econômica, o aumento na formação acadêmica dos empresários e incentivos financeiros aos pequenos empresários.

O Sebrae aponta que, a partir de 2001 ocorreram os menores números de encerramento de empresas dos últimos 15 anos, o que demonstra segundo seu entendimento, uma maior preocupação do empresário em procurar sanar suas carências sobre gestão e conhecimento empresarial, necessários à condução da empresa ao sucesso.

Outra pesquisa realizada pelo SEBRAE-SP em 2004 com 4.650 empresas revelou que: 48% confessaram que o problema ou é de planejamento (33%) ou de gestão (15%). Nessa mesma pesquisa, 44% dos proprietários de empresas, cujas atividades foram encerradas, afirmaram que muitos dos problemas enfrentados foram motivados fora da empresa ou, em consequência das políticas governamentais que não oferecem apoio às micros e pequenas empresas (25%) ou, da economia do país que não proporciona melhores condições às vendas (19%). O percentual restante, 8%, pode estar relacionado a outros fatores ligados a cada atividade empresarial.

Dados de taxa de mortalidade, perfil dos empresários e causas dos sucessos e fracassos serviram para as mudanças de estratégia dos serviços do Sebrae oferecidos aos empreendedores e articulação junto aos formuladores de políticas públicas.

Para Tachizawa, a alta mortalidade de micro e pequenas empresas é proveniente de falhas gerenciais na condução dos negócios, seguida de causas econômicas conjunturais e tributação. O autor ainda faz um alerta sobre a profissionalização da gestão na elaboração do planejamento e na gestão das MPEs. Se para muitos empresários o motivo do fracasso do seu empreendimento está relacionado a fatores externos como a conjuntura econômica do país, para outros, a falta ou ineficiência na administração da empresa levaram ao fechamento do seu negócio. Em sentido inverso, perguntamos: quais teriam sido os fatores que levaram esses empresários a dar início a um novo negócio?

Conforme apontam Tachizawa e Faria (2006), os motivos que impulsionam o empreendedor para a criação de novos negócios, em ordem de importância, são: oportunidade; experiência anterior; desemprego, tempo disponível; capital disponível; insatisfação no emprego e demissão com recebimento de indenização.

O Sebrae (2005) também já apontava como principal motivo para a abertura de uma MPE, tanto para empresários de sucesso quanto para empreendedores de empresas extintas “a Identificação de uma oportunidade de negócio”.

Ainda segundo o Sebrae, a administração bem-sucedida de uma MPE no Brasil, tem sido aquela que considerou, em primeiro lugar, o bom conhecimento do

mercado em que atua; seguido pela existência de um bom administrador à frente dos negócios; e pelo uso de capital próprio ao invés da utilização de empréstimo financeiro e capital de terceiros.

## ***1.2 Organizações Não-Governamentais***

Para descrevermos as causas da mortalidade das MPEs, os principais obstáculos que dificultam a perenidade da empresa e os incentivos que levam as pessoas à abertura de um novo negócio, contamos com dados estruturados em pesquisas específicas na abordagem sobre essas questões. Na busca por estudos semelhantes que possam responder a essas mesmas questões voltadas ao Terceiro Setor, nossa pesquisa bibliográfica encontrou apenas dados generalistas.

O Terceiro Setor ainda carece de investigações mais amplas que possam apontar, senão para a totalidade, que seja para uma realidade mais próxima do universo das organizações do setor e suas especificidades. O mais significativo levantamento desenvolvido até então, surgiu através de uma parceria entre o IBGE, IPEA, GIFE e ABONG no ano de 2004. A última edição da pesquisa FASFIL - 2008 “As Fundações Privadas e Associações Sem Fins Lucrativos no Brasil”, mapeou o universo das organizações da sociedade civil dos anos 1996, 2002 e 2005.

Segundo a FASFIL, que adotou os seguintes critérios para classificação das ONG's no Brasil: serem privadas sem fins lucrativos; institucionalizadas; auto-administradas e voluntárias foram identificadas 338.162 fundações e associações sem fins lucrativos no ano de 2005, contra 107.332 de 1996, o que corresponde a um crescimento expressivo de 215%. Essas 338.162 instituições empregam cerca de 1.709.156 trabalhadores assalariados. A absoluta maioria da FASFIL (79,5%) ou 268.887 entidades não possuem sequer emprego formalizado. A explicação para tal fenômeno é a forte presença de trabalho voluntário e informal.

Nessa pesquisa o tipo de atividade desenvolvida tem influência no número de profissionais requeridos. A classificação de entidades do tipo: religião, associações patronais e profissionais e associações do desenvolvimento e defesa de direitos respondem por 63% de empregados sem registro.

Quanto ao critério de idade das fundações e associações a média é de 12,3 anos sendo que, parte delas (41,5%) foi criada na década de 1990. Entre as que tiveram sua criação a partir de 2000, destacam-se as entidades de defesa de direitos e interesses do cidadão (30,1%) e as de meio ambiente e proteção animal (45,1%).

Não foi possível através do levantamento de dados das ONG's, traçar um paralelo com as MPE's quanto às causas que levam à mortalidade. O que fica perceptível é que, assim como as MPEs, as entidades sem fins lucrativos vêm crescendo ano a ano, no entanto, estas não estão sendo contabilizadas ou acompanhadas quanto à sua criação e eventual fechamento ou extinção. O exame dos números apresentados nas pesquisas do terceiro setor demonstra, somente, o total de entidades abertas no período.

Identificamos uma diferenciação quanto à gestão de recursos humanos de uma organização em relação à de uma MPE, que consiste na existência da utilização do trabalho voluntário. Enquanto micro e pequenas empresas desenvolvem suas atividades através da força de trabalho remunerada, as ONG's apresentam em seu quadro de profissionais um número significativo de voluntários (79,5%).

Em razão desse índice elevado da presença de voluntários nas organizações, cabe questionar: em uma sociedade capitalista, obcecada por resultado imediato e consumista, quais os estímulos que levam pessoas a desempenharem funções sem que sejam remuneradas por isso?

O grande número de pessoas que dedica parte do seu tempo e do seu talento para as organizações pode ser entendido conforme Teodósio (2004), que alerta sobre o equívoco de se imaginar “que voluntários não buscam uma remuneração”. Para ele, “voluntários buscam remuneração não-material, seja ela espiritual, afetiva, política, ideológica ou mesmo de realização profissional. Muitos voluntários buscam instituições sociais para realizar sonhos profissionais que nunca tiveram

chance de concretizar em suas carreiras, geralmente por falta de autonomia decisória nas empresas privadas, por carência de colaboradores e recursos, falta de tempo, dentre outros fatores”.

### **1.3 Sobre a Perenidade das ONG's**

Conforme já mencionado no item anterior, não identificamos dados que confirmassem a existência de mortalidade nas organizações sem fins lucrativos, assim, tomamos como elemento de investigação a taxa média de idade das ONG's que é de 12, 3 anos para questionar sobre a sua perenidade.

A essência ou natureza do que é perene, explica o dicionário, consiste em ser duradouro, não sofrer interrupção; algo inesgotável como eterno. Essa característica de continuidade é para o setor de MPEs sinal de uma boa administração e resulta de um conjunto de ações que podem ser desenvolvidas por administradores preparados e conscientes do potencial do seu negócio, o que intensifica as chances de consolidação do seu empreendimento.

Para as organizações não governamentais perenidade significa tornar possível a realização de um sonho, é a razão de ser da instituição, onde a prática contínua de um compromisso ou de uma paixão pela qual lutam, significa caminhar na direção do que propõe a sua missão.

Para que o cumprimento dessa missão seja bem sucedido, Drucker avalia que três fatores são essenciais: o exame da força e desempenho daquilo que já fazemos bem para fazermos ainda melhor; uma boa dimensão das oportunidades e necessidades que se apresentam e o grau de comprometimento pessoal naquilo em que acreditamos. (DRUCKER, 1994, p.5)

A descoberta da missão de vida demanda esforço e persistência, isto porque nasce da preocupação e do desejo humano de poder ajudar aos mais necessitados e desamparados. Na opinião de Silva, a definição e formulação da missão é algo

difícil e exige reflexões profundas e prolongadas podendo levar algum tempo até sua configuração final e, portanto ela deve ser construída ao longo do tempo. A missão deve estar interligada com a vocação, ou voz interior, que diz respeito “àquilo que as pessoas são capazes de fazer de melhor para o mundo” e com a visão “entendida como um objetivo claro e abrangente que fornece uma idéia nítida do que se quer ser ou fazer”. O autor considera que, para o desenvolvimento das idéias de missão, vocação e visão é preciso ter a visão de mundo como pano de fundo, o que lhes garante limite e ao mesmo tempo potência e ainda coloca como grande desafio para as organizações da sociedade civil “definir o foco e manter-se fiel a ele” (SILVA, 2003, p.81-90).

À frente de uma organização sem fins lucrativos a figura de um bom líder ou gestor também é critério determinante na condução da entidade a caminho do êxito, pois é dele que advém a confiança da equipe na superação de problemas. Esse elemento torna-se essencial na construção de uma organização madura, capaz de se colocar “adiante de uma tempestade”, chamado por Drucker de inovação ou renovação constante (1994, p.7). O líder deve estar adequado à missão da organização; ser equilibrado em suas escolhas e atento a reconhecer suas limitações.

É preciso também um amplo conhecimento do público beneficiário, dos seus valores e de como chegar até eles. Disso dependerá a adesão e confiança do seu público e também de doadores que acreditam na causa que a organização defende. Dessa forma, a estratégia de comunicação e marketing social deve ser desenvolvida nas organizações, tendo metas e objetivos específicos bem definidos, pois, ao mesmo tempo em que ela possibilita à instituição promover ações junto aos seus *stakeholders* (público envolvido), ela também oferece a oportunidade da apresentação dos resultados da sua atuação.

Relativo à questão financeira de uma organização sem fins lucrativos cabe salientar que é uma característica importante que a diferencia dos governos e das empresas, visto que elas dependem de parcerias e doadores comprometidos com a sua causa para obter o suporte financeiro necessário para o desenvolvimento de seus projetos. Drucker afirma que “uma instituição que se torna prisioneira do “levantamento de dinheiro” está com problemas sérios e também com uma séria

crise de identidade”. No seu entendimento as instituições devem mudar o termo para “desenvolvimento de fundos” que significa “criar um público que apóia a organização porque ela *merece*” (DRUCKER, 1994, p.41).

Outra característica determinante das organizações sem fins lucrativos consiste no gerenciamento do trabalho das pessoas que desempenham uma função de modo voluntário juntamente com uma equipe formada por profissionais remunerados.

Segundo estudo de Cavalcanti (2000), os resultados sobre trabalho voluntário na cidade de São Paulo não são animadores; em análise sobre pesquisa realizada pelo Data Folha, em outubro de 1998 com 1080 pessoas de diferentes níveis de rendas, escolaridade, raça, sexo e idade, ela observa que o trabalho voluntário é pouco difundido. Na pesquisa, embora 92% declararam acreditar no trabalho, apenas 20% já realizaram algum tipo de trabalho voluntário específico. As preferências dos entrevistados da pesquisa revelam que: 47% escolheriam a área da saúde para o trabalho voluntário, 27% educação, 21% lazer e esportes, 18% setor social, 17% meio ambiente e 11% cultura. A autora identifica a necessidade de mudar esse quadro com ações políticas tais como: articulação entre as organizações com troca de experiências; parceria entre diversos atores (Estado, empresa privada, sociedade civil); aspectos legais do trabalho voluntário, entre outras e, também com ações de marketing, mobilização, incentivo e reconhecimento.

Ao falarmos sobre a perenidade das ONG's estamos examinando sua capacidade de existir. Para que esta existência seja perene é preciso considerar que todos os fatores até aqui apresentados funcionem em harmonia, de maneira equilibrada.

## 2. Histórico das ONG's

Tão importante quanto observar de que forma atuam as organizações não governamentais, cabe lançar um breve olhar sobre alguns estudos que resgatam a história da formação dessas instituições dentro e fora do Brasil.

Em sua pesquisa sobre ONG's, Carvalho relata que “ao final da década de 60 é que começaram a surgir grupos organizados de pessoas, em todas as partes do planeta, dispostas a incorporar em suas discussões políticas a idéia de autogoverno e, com base em sua vivência cotidiana compartilhada, passaram a administrar diretamente a vida comunitária.” (CARVALHO, 1995, p.13) Segundo a autora, essas organizações de base, em menos de uma década, estabeleceram-se nos países desenvolvidos e muito rapidamente alcançaram o mundo todo. Visavam responder às demandas legítimas de governabilidade de seus associados, que não se viam atendidos pelos canais burocráticos estatais ou privados. Políticas alternativas às burocracias estatais, foram criadas ao longo desse processo.

No Brasil, segundo Landim (1993), um novo campo associativo começou a se formar durante o regime militar, próximo à “Igreja Popular” e a esquerda e mantinha-se distante e abertamente em oposição ao Estado, muitas vezes, no limite da clandestinidade. Afastadas do apoio empresarial e governamental, a aproximação dessas associações só ocorre junto a setores não-governamentais internacionais, por meio das “ONG's”. (p.32) Este termo, explica Landim, começou a ser usado em meados da década de 80 para identificar um conjunto de entidades formadas a partir dos anos 70 onde o cristianismo e marxismo, militância e profissionalismo estavam misturados. Essas organizações de caráter não representativo cresceram como novas associações e movimentos sociais do período autoritário e constavam dos próprios estatutos da recém criada Associação Brasileira de ONG's. (p.33)

Grande parte desses projetos com financiamentos de entidades não governamentais internacionais, explica Landim, constituiu-se como base para o trabalho das ONG's brasileiras, com a prestação de serviços de ordem material à

população-alvo, promoção de atividades em cooperativas, grupos de produção ou comercialização alternativa, de saúde, de desenvolvimento comunitário, entre outros. Mas o traço característico das ONG's era o direcionamento político de suas atividades. Seu ideário, como fundamento último, consistia “no exercício da cidadania e da autonomia dos grupos nas bases da sociedade, no sentido de romper com a secular lógica tradicional da dependência e da hierarquia que caracteriza as culturas populares”. (LANDIM, 1993, p.34)

Para a ABONG, o “longo processo de lutas sociais pela redemocratização culminou com a promulgação da Constituição de 1988 que, dentre outras inovações, estabeleceu um novo papel político às associações e demais organizações da sociedade civil na democracia brasileira, com base em uma concepção democrática participativa, destacando o seu papel protagonista no exercício do controle social e na influência sobre as políticas públicas em todos os níveis da Federação”. (ABONG, 2007, p.13)

## ***2.1 Histórico da ABONG, suas motivações e filiação.***

Comemorando 18 anos de existência, a ABONG escreveu a sua história atrelada às questões sociais no Brasil e no exterior. A sua “bandeira” ou luta estendeu-se desde a resistência à ditadura até a proposta de construção de um mundo plural, economicamente justo, socialmente igualitário e ambientalmente sustentável.

A trajetória da ABONG tem início uma década antes da sua fundação, ou seja, na década de 80 com a articulação das ONG's fundadoras. Essas foram: CEDAC, IBASE, FASE, CEDI, ISER, CENPLA e NOVA; organizações formadas entre o ano de 1961 a 1980, todas fundadas na cidade do Rio de Janeiro e com uma proposta de resistência a ditadura e construção da democracia. Algumas oriundas da Igreja Católica, como a CEDI e ISER, juntamente com outras ONG's do Recife, Rio Grande do Sul e São Paulo foram responsáveis e pioneiras na organização de

fóruns, seminários, encontros nacionais com outras organizações da América Latina e com órgãos internacionais como a OXFAM.

Desses encontros dá-se início à discussão sobre a constituição de uma Associação Nacional de ONG's e, no início dos anos 1990, o Grupo de Trabalho constituído para esse processo realiza uma série de reuniões onde questões políticas, conceituais e operacionais geraram documentos que acabaram por subsidiar a fundação da ABONG. Faziam parte desse contexto as discussões sobre “mudanças globais, o avanço do neoliberalismo, o processo internacional de reestruturação do capitalismo, a flexibilização produtiva, a globalização da economia, as reformas do papel do Estado, a mundialização da cultura e, particularmente, a conjuntura brasileira e a crise política do Governo Collor, que resultou em seu impeachment”. (ABONG, 2009, p.19)

Em 1991 foi fundada a ABONG, constituída com diretoria executiva e 6 diretorias regionais (Norte, Nordeste, Centro-oeste, São Paulo, Sul e Sudeste). Seu presidente de honra à época foi Herbert de Souza – o Betinho, somando um total de 108 entidades não governamentais.

As proposições iniciais da ABONG foram: a existência de fóruns regionais no Rio de Janeiro, Recife, Ceará, São Paulo e Distrito Federal; discussões em todo território nacional em função da retenção de fundos das organizações com o Plano Collor; reflexões em andamento com entidades internacionais sobre critérios de alocação de fundos e relacionamentos institucionais.

Os critérios para filiação adotados nesse período foram três: o relacionamento com movimentos sociais; defesa da democracia e autonomia perante os financiadores e entidades "sem fins lucrativos".

Na década de 90, a ABONG destacou-se pela participação em encontros, conferências e cúpulas internacionais nos anos de 1994, 1995, 1996 e 1998 com temas sobre desenvolvimento; a mulher; alimentação e troca de experiências com outras ONG's da América Latina. No âmbito nacional, os campos temáticos eram: terra e democracia; ecologia; ética na política; fome e miséria; direito da criança e adolescente. Essa articulação ocorreu através de feiras, seminários, workshop, encontros e fóruns. No ano de 1993 iniciou a participação na luta por leis

relacionadas à causa das associadas, como a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). Em 1995, criou-se o Grupo de Trabalho sobre Marco Legal.

As mudanças estruturais da época foram: criação do conselho Fiscal em 1992; a transição entre duas diretorias e duas sedes regionais da ABONG e a mudança da sede para São Paulo, em 1994. Já a divisão da regional nordeste em três ocorreu em 1996 e em 1998 teve início a parceria com a Unité - organização suíça responsável pelo envio de voluntários.

É a partir dos anos 2000 que a ABONG eleva sua visibilidade pública e seu protagonismo político através do aumento no número de participações em eventos: em âmbito nacional foram 7 eventos e, internacionalmente, 13 eventos contra 8 da década anterior.

Houve ampliação também no que se refere aos temas em discussão, a nível nacional, os temas foram: exclusão; formação de ONG's; racismo; Amazônia; corrupção eleitoral; redes; políticas públicas; plano plurianual 2004 – 2007; marco legal; avaliação do governo Lula; democracia; reforma política e direitos humanos. A participação de conselhos e fóruns ampliou os temas nacionais, tais como: criança e adolescente; assistência social; cidades; transparência; educação ambiental; alfabetização; patrimônio genético; reforma urbana e participação popular. No âmbito internacional, os temas tratados foram: educação; racismo; estudos sobre ONG's; sociedade da informação e solidariedade internacional.

O Fórum Social Mundial foi idealizado no ano de 2000 em meio a um momento difícil para os movimentos sociais na América Latina e em todo o mundo, pois o ideário neoliberal dominava o cenário político. O Fórum teve início em 2001, na cidade de Porto Alegre, no Brasil com a proposta de construir "*um outro mundo possível*" em contrapartida à miséria e problemas ambientais do começo do milênio. A partir do II Fórum Social Mundial, em 2002, a ABONG ficou responsável pela promoção desse evento. Os temas tratados nesses eventos de 2002 até 2005 foram: violência; direitos humanos; desenvolvimento sustentável; cooperação; políticas públicas; diplomacia não-governamental; comércio justo; democracia na América Latina e redes.

Como parte integrante do Comitê Organizador Brasileiro do Fórum Social Mundial e do seu Conselho Internacional, a ABONG esteve presente desde as primeiras discussões de articulação; onde a defesa pela autonomia do FSM diante de partidos e grupos políticos, tinha por objetivo “garantir a pluralidade de idéias”, com a participação das diferentes organizações no evento, em compromisso com a diversidade, defesa da vida, da paz e da justiça social no mundo e de processos políticos democráticos. (ABONG, 2009, p.27)

As mudanças estruturais tiveram início em 2001 com a criação da área jurídica da ABONG e com a criação do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI). Este projeto, com 9 anos de existência, tem como perspectiva estratégica potencializar a capacidade das ONG's de impulsionar processos de mudança social para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e sustentável. O programa agrupa atividades nacionais e regionais por área temática, tais como: desenvolvimento sustentável; participação e controle social; identidade e papel das ONG's; comunicação estratégica; transparência; planejamento; monitoramento; avaliação e sistematização; mobilização de recursos.

Em 2003, a ABONG inaugurou o escritório de Brasília. Nesse mesmo ano, criou-se a diretoria colegiada, diretoria de desenvolvimento institucional, diretoria de relações institucionais e diretoria de relações internacionais.

No ano de 2004, ocorreu o I Fórum Social Nordeste – I FSNE fruto da iniciativa de redes, fóruns e movimentos sociais do Nordeste, tendo como objetivos: colocar em debate os distintos enfoques, análises e propostas para um outro Nordeste democrático e sustentável; dar visibilidade aos avanços, às novas dinâmicas e novas pautas das lutas sociais na Região; articular as dimensões globais e locais das lutas emancipatórias e antineoliberais - por um outro mundo possível.

Em junho de 2005 foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR onde a ABONG teve assento e atuou. A associação integrou a coordenação da campanha “*Onde você guarda o seu racismo?*”. Em dezembro do mesmo ano foi a I Conferência Nacional de Cultura, que contou com a participação de mais de 800 representantes, de todas as regiões brasileiras, na

discussão sobre propostas de diretrizes para a construção do Plano Nacional de Cultura. A discussão se deu em torno de cinco eixos temáticos: Gestão Pública e Cultura; Cultura é Direito e Cidadania; Economia da Cultura; Patrimônio Cultural; e Comunicação é Cultura.

Em 2006, a ABONG comemorou seus 15 anos com o desenvolvimento do *Projeto Memória - ABONG 15 anos*, como forma de resgatar e dar visibilidade a sua atuação e das ONG's associadas. O processo incluiu levantamento e sistematização de documentação, realização de entrevistas e publicação sobre a história da Associação. Identificamos nesse mesmo ano, uma nova composição do Estatuto Social da ABONG, da qual destacamos o ART.º 6 que determina as regras para que uma ONG possa se tornar uma associada efetiva, isto implica, além da concordância com sua carta de princípios, a solicitação de filiação, juntamente anexada com cópias de seu estatuto em vigor; ata de eleição e posse dos dirigentes; plano de trabalho da ONG; balanço contábil vigente e carta de apresentação fornecida por duas associadas efetivas.

Em 2007, a ABONG lançou publicação voltada para a construção de um Marco Legal com objetivo de auxiliar na definição de uma identidade política e jurídica das entidades sem fins lucrativos que as diferencie das demais formas associativas. Para ABONG, a explicitação das diferenças que permeiam os dois formatos jurídicos - associações e fundações - “contribui para a transparência e o conhecimento sobre a diversidade de agentes sociais que atuam na esfera pública, bem como natureza das entidades, formas de organização e o sentido de suas ações” (ABONG, 2007, p. 5). Enquanto qualificações jurídicas distintas as associações e fundações podem ser: Organização sem fins Lucrativos (OSFL); Organização da Sociedade Civil (OSCs) ou Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP).

No ano de 2008 o Fórum Social Mundial foi marcado por ações descentralizadas, onde milhões de pessoas de 81 países participaram ativamente da Semana de Mobilização e do Dia da Ação Global, em 26 de Janeiro. No Brasil, a ABONG e seus parceiros marcaram sua participação com atos e diversos tipos de atividades, entre ações e manifestos distribuídos por 19 estados. Já em outubro do mesmo ano, a ABONG participou do encontro organizado pela Coordination SUD,

em Paris, França, com outras plataformas nacionais de ONG's, cujo objetivo principal era facilitar a cooperação entre as associações nacionais de cinco continentes e as coalizões regionais de ONG's nos níveis regional, inter-regional e internacional.

Em 2009, a ABONG deu continuidade às atividades nacionais e internacionais relacionadas às questões de direitos da mulher, do negro, homossexuais, reforma política, economia global, meio ambiente, reforma agrária, cultura, comunicação, entre outros temas. Para comemorar seus 18 anos de história, a ABONG lançou em outubro o caderno “Memória ABONG”.

Hoje é possível obter informações sobre o quadro de associadas diretamente no site da ABONG, que congrega a participação de 274 organizações,

## ***2.2 Atuação da ABONG à luz do pensamento Gramsciano.***

Ao se declarar na busca pelo fortalecimento e pela realização de “um projeto político de transformação radical da sociedade brasileira com vistas à eliminação de todas as formas de desigualdades, opressões e injustiças que marcam a nossa história” (ABONG, 2006), a Associação aproxima-se da idéia que Gramsci, pensador socialista italiano do início do século XX, concebia sobre um “dirigente”. Conforme deduz Semeraro, “na visão de Gramsci, os novos dirigentes são considerados em sua singularidade, mas não coagulados em seu individualismo; são livres, mas não anárquicos e pulverizados; são organizados em torno de um projeto de democracia popular, não “socialmente entrosados” para auferir interesses corporativos; são formados e não apenas informados; transformadores e não apenas “eficientes”; anseiam pela arte e não por modismos, são populares e não populistas; solidários e não assistencialistas”. (Semeraro, 2003, p.272)

Conforme observa Beired em seu artigo sobre os intelectuais nos escritos de Gramsci, o intelectual desempenha um papel central na sua teoria de transformação

social, uma vez que ele tanto pode agir para a transformação da sociedade quanto para a sua reprodução e, “na medida em que organiza a cultura e os homens, produz ideologia fornecendo consciência e homogeneidade às classes que representa”. (p.127). O autor assinala que a postura Gramsciana implicou a valorização dos agentes sociais que exercem atividades de natureza intelectual: o professor, o líder religioso, o militante político, o jornalista, o artista e o cientista (p.122). Na sua formulação ampliada do conceito de intelectual, todos são intelectuais, pois organizam o tecido social, refletem sobre si mesmos e sobre sua relação com a sociedade (p.125).

Beired chama a atenção para os escritos de Gramsci no que diz respeito à sua preocupação com as condições materiais e institucionais de formação das camadas intelectuais enquanto agentes históricos socialmente determinados e aponta para seu enfoque marxista na medida em que ele “relaciona a história dos intelectuais com o processo de divisão social do trabalho e com a crescente complexidade do aparelho estatal”. (p.127)

À figura do intelectual tradicional - o literato, filósofo, artista, marcado pelo diletantismo e pela crença na sua autonomia com relação aos outros grupos, contrapõe-se a figura do intelectual moderno ou orgânico – que tem a sua especialização e o hábito de trabalho coletivo, “capaz de articular a sua especialidade profissional ao desenvolvimento de uma ação política e cultural de natureza hegemônica”. Estes intelectuais seriam os responsáveis pelo “encontro entre elites e povo, pela criação da vontade nacional-popular”. (p.128) Nesse sentido, é possível identificar, na luta dos intelectuais que trabalharam pela fundação da ABONG, como a manifestação e representação de uma nova camada de intelectuais brasileiros, críticos das atividades desenvolvidas por uma camada de intelectuais tradicionais. Exemplos disso são: a motivação do grupo de trabalho contra as idéias do presidente Collor e o engajamento do presidente de honra, Betinho, na luta contra a fome.

Ao discursar sobre intelectuais, conhecimento e espaço público no pensamento de Gramsci, Francisco Oliveira (2001) aponta para três pilares de atuação no trabalho da ABONG nas décadas de 80 e 90.

A criação de espaços públicos para discussão de temas sociais, mesmo que esse espaço esteja restrito às suas associadas, caracteriza uma ação direcionada a promover o conhecimento e não simplesmente a divulgação de informação. O grupo de trabalho responsável pelo desenvolvimento do Marco Legal das ONG's extrapola as posições do universo das associadas, abrangendo posições diversas das ONG's no Brasil. Oliveira (2001) afirma que "a forma do público é a única não discriminatória" e isto se aproxima da opinião de Helda Abumanssur, assessora da diretoria da ABONG, que pondera sobre a representação da Associação para algumas ONG's que trabalham com direito humanos e que não há dúvida, todas as ações da ABONG acabam por repercutir para um universo de ONG's muito maior que o representado.

Michael Löwy na conferência proferida em 2003 no Fórum Social Mundial afirmou que o FSM "é no bojo desde amplo Movimento Pela Justiça Global,..., que se estão dando os primeiros passos,..., para a invenção de uma nova cultura da humanidade, que supere o pesadelo capitalista, imperial e neoliberal" (LÖWY, 2003, p.376). Essa afirmação reforça a idéia de que o trabalho desenvolvido pela ABONG, nessa década, de promover eventos direcionados para o debate público, dissemina o conhecimento e, possivelmente, possibilita o desenvolvimento de intelectuais orgânicos de Gramsci.

### 3. Metodologia

Para a viabilidade dessa pesquisa, optamos por trabalhar com a metodologia estudo de caso aplicado as ONG's ex-associadas da ABONG, localizadas no Estado de São Paulo.

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa sobre mortalidade de ONG's iniciamos fazendo uma analogia com estudos sobre o ciclo de vida de empresas do segundo setor. Através dessa aproximação buscamos quais as causas ou condicionantes mais freqüentes para a morte de uma organização. Utilizamos como base de comparação o estudo sobre mortalidade de micro e pequenas empresas do segundo setor, desenvolvido pelo Sebrae de São Paulo. Nesse estudo foi feito um detalhamento das micro e pequenas empresas paulistas presentes em 645 municípios.

Em relação às organizações não governamentais, constatamos que não dispomos de nenhum estudo específico sobre o tema mortalidade e que, portanto, o desenvolvimento deste primeiro estudo pode promover o interesse e perspectivas de pesquisa futuras.

Entendemos que estudar a mortalidade das organizações é ao mesmo tempo estudar a perenidade delas. Saber as causas da mortalidade de ONG's é saber o que fazer ou não para poder permanecer ativas. Um setor com grande representatividade numérica e com registro de altos investimentos, precisa desenvolver um estudo de continuidade e avaliação de ciclo de vida para melhor planejar o futuro.

Para a viabilidade do estudo, fizemos um recorte de análise, sobre o universo das associadas ABONG, enquanto "aglutinadora" de organizações plurais, o que nos permitiu, a princípio, o estudo sobre uma gama diversificada de atores sociais. Estudamos as características das associadas atuais, identificamos estudos sobre o perfil das associadas e partimos para a análise de um arquivo de controle da

ABONG com as organizações excluídas do quadro de associadas desde a sua fundação.

Segundo prevê o estatuto vigente da ABONG, as associadas podem ser excluídas do seu quadro de associadas através da apresentação de uma manifestação por escrito (carta); caso deixem de comparecer, sem justificativa, a duas Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas; caso violem os princípios e objetivos contidos no estatuto ou ainda se deixarem de efetuar sua contribuição por 3 anos. Constatamos que existiam organizações com a comunicação de desligamento feitas através de carta; quanto à exclusão por falta de pagamento, não identificamos nos cadastros da ABONG, nenhuma associada com essa referência.

De um total geral de 73 exclusões, a amostra que utilizaremos para a pesquisa pertence à regional de São Paulo e perfaz um total de 15 organizações. Buscamos informações preliminares, via internet, para examinar se ainda era possível localizar essas organizações. Durante esse levantamento, percebemos que a condição de mortalidade para as organizações pesquisadas, em muitas delas, não se aplicava. Ocorre que o quadro de informações obtidos nessa primeira pesquisa sugere um realinhamento ou readequação das atividades para outras ONG's ou ainda a transformação ou concretude de suas causas em políticas públicas.

A partir desse ponto outros questionamentos foram surgindo, como por exemplo: será que a idéia motivacional e inicial para a abertura de uma ONG não se acaba? Ela se transforma?

Outras considerações tornaram-se necessárias para a elaboração deste trabalho que agora prevê a identificação não apenas das causas da exclusão do quadro de associadas da ABONG, mas também de que forma isso é “contabilizado” ou acompanhado pela Associação. Quais as características em comum dessas organizações que deixaram de fazer parte da ABONG e ainda, é possível explicar esse desligamento com base na conjuntura política da época?

Também prevemos análise sobre como a ABONG lida com essas exclusões e o que isso representa para a Associação.

### **3.1 Método de Identificação dos Processos - ABONG**

Aplicamos o questionário elaborado para identificação de processos no dia 13 de outubro de 2009, às 11H30, no escritório sede em São Paulo, localizado em uma organização: Ação Educativa na Rua General Jardim, 660 – 7º andar. Conversamos com Helda Abumanssur, assistente de diretoria e com Marta Elizabete Vieira, responsável pela área administrativa. Ambas foram indicadas como participantes do processo de desfiliação atual das associadas.

O formulário referente a esta entrevista encontra-se no anexo I deste documento. Não foi possível aplicar um teste para este questionário por se tratar de uma entrevista exclusiva com as duas participantes. O objetivo dessa entrevista foi investigar o processo de exclusão de associadas da ABONG; identificar os motivos que podem levar a esse desligamento e, quais controles são utilizados para o acompanhamento do processo.

A entrevista durou aproximadamente 50 minutos e foi gravada em áudio. As perguntas não seguiram a forma seqüencial conforme questionário anexo, mas foram todas realizadas. A transcrição desta entrevista está no anexo V.

Após análise do conteúdo obtido nesta entrevista, decidimos que necessitaríamos de entrevista com um dos membros da regional São Paulo. Por indicação da representante da ABONG Marta Eliz, foi agendada entrevista com a Luana Vilutis do Instituto Paulo Freire. A regional São Paulo é constituída por mais dois membros que são: Sr. Antonio Eleilson Leite da Ação Educativa e Sr. Beloyanis Bueno Monteiro da SOS Mata Atlântica.

Atualmente o escritório da regional São Paulo e a biblioteca estão no mesmo espaço do Instituto Paulo Freire, onde realizamos a entrevista no dia 15 de dezembro de 2009, às 17H00, com duração de 46 minutos. O questionário para identificação de processos foi adequado para a regional de São Paulo e encontra-se, na íntegra, no anexo III. Para deixar a entrevista menos formal e adequar ao

tempo restrito da entrevistada, optamos por entregar-lhe uma cópia do questionário, que serviu de orientador na condução da entrevista. A transcrição da entrevista encontra-se no anexo VII.

A justificativa para a incorporação dessa entrevista é que, ao delimitarmos nossa pesquisa às ex-associadas da regional São Paulo, seria mais efetivo identificar os motivos dos desligamentos com o titular atual da regional. Essa necessidade ficou evidente com a entrevista de Helda Abumanssur da ABONG, onde identificamos que o regional possui participação efetiva na filiação e desfiliação das associadas.

### ***3.2 Método de Identificação do perfil das Ex-associadas ABONG – Regional São Paulo***

Buscamos obter um perfil das 15 ex-associadas ABONG, regional São Paulo, através da aplicação de um questionário, que se encontra neste documento no Anexo II. O objetivo foi descobrir junto às organizações qual ou, quais motivos levaram ao seu desligamento da associação, bem como conhecer os fatores que conduziram a organização à mortalidade ou, se novos caminhos foram trilhados pelas ONG's a partir dessa exclusão do quadro de associadas.

Inicialmente a pesquisa com as ex-associadas da ABONG foi aplicada, via telefone, com 1 participante desse grupo: a REAP (conhecida como Reconstrução). O objetivo desse teste era identificar possível erro na elaboração ou no entendimento das perguntas.

O teste foi aplicado no dia 09 de outubro de 2009. Conversamos com a Sra. Nádia, que trabalhou durante 17 anos na REAP como técnica de educação popular. A entrevista com base no questionário durou cerca de 20 minutos.

O resultado do teste confirmou que todas as perguntas foram devidamente entendidas pela entrevistada. Embora a aplicação das perguntas à entrevistada não tenha seguido a sequência original do questionário, a entrevistada respondeu a todas elas. A Sra. Nádia não teve restrição em responder as perguntas, mas enfatizou por duas vezes que não queria “questionar” o papel da ABONG, por falta de conhecimento da atuação da associação.

Após a realização desse teste, optamos por gravar as próximas entrevistas visto que o conteúdo obtido no teste indicou que as perguntas, embora estruturadas, podem dar margem a sondagens e busca por mais detalhes sobre a experiência do entrevistado. Sendo assim, o questionário desenvolvido passa a servir como uma das opções de obtenção de resultados, além de servir como um roteiro de entrevista em profundidade.

Além da aplicação dos questionários e das entrevistas utilizamos o banco de dados das associadas, disponível no site da ABONG, juntamente com um arquivo excel fornecido pela associação, para obter dados primários sobre o perfil das associadas atuais e servir como comparativo com ao perfil das ex-associadas.

## **4. Ex Associadas ABONG pesquisadas - Identificação**

Faremos aqui a apresentação e identificação das quinze organizações não governamentais, ex-associadas, que formam o quadro de associadas ABONG da Regional São Paulo e que foram desfiliaadas da Associação durante o período compreendido entre 1991 a 2003. O quadro de ex-associadas foi elaborado conforme arquivo excel (Anexo X) recebido da ABONG. As informações primárias sobre as organizações foram obtidas através da ferramenta internet, uma vez que a consideramos um canal rápido de busca e que, a princípio, pode permitir avaliar se a organização encontra-se: visível, ativa, acessível ou mesmo dispõe de informativos que nos remeta a dados históricos.

### ***4.1 ABRA - Associação Brasileira de Reforma Agrária***

As informações primárias da organização não governamental sem fins lucrativos, ABRA, foram obtidas através do site sobre reforma agrária. Consta que foi fundada em 1967, mas efetivamente instalada em 1969 e que ganhou destaque nos tempos da Ditadura Militar, dedicando-se à causa da Reforma Agrária. Tem como seu fundador e primeiro presidente José Gomes da Silva, especialista na matéria sobre a Reforma Agrária no Brasil. Segundo observa Eduardo Scolese na matéria veiculada pela Sucursal de Brasília em março de 2004, “a ABRA estava paralisada desde 2002 retornando oficialmente à ativa nesse ano, com a eleição da chapa única encabeçada pelo economista e petista histórico Plínio de Arruda Sampaio, elaborador, com sua equipe, do II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA)”.

O site sobre reforma agrária informa que a reivindicação da ABRA para o séc. XXI é de “um novo projeto de Nação – democrático; desenvolvido e socialmente justo”. Sua proposta é de “procurar abrir o diálogo nacional com toda a sociedade e os movimentos organizados; buscar o aprofundamento da democracia e o estabelecimento de relações respeitadas com todas as instituições democráticas. (...); lutar por um Brasil de todos, sem preconceitos e discriminações, com plena liberdade para todos, dentro do estado de direito democrático”.

A ABRA esteve filiada à ABONG até o ano de 1995 e consta no arquivo de controle de desfiliação da ABONG como uma entidade que fechou.

#### ***4.2 A.D.I – Associação para o Desenvolvimento da Intercomunicação***

As primeiras informações sobre a A.D.I foram obtidas diretamente em seu site e, segundo sua história, a organização foi criada em 1984 em continuidade ao projeto “Jornadas Internacionais por uma sociedade superando as dominações”, lançado mundialmente em 1975 pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB - com o apoio de cinco outras Conferências Episcopais e desenvolvido a partir de um escritório na França até 1981, quando foi descentralizado em quatro países: França, Índia, Estados Unidos e Brasil. Sua primeira iniciativa foi a realização de um seminário sobre a questão do poder e da tendência à divisão entre e dentro dos movimentos de esquerda no Brasil e em parceria com a Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego, de 1984 a 1986 a ADI assegurou através da publicação do jornal INTERCARTA, a intercomunicação de experiências entre os Grupos de Solidariedade de empregados e desempregados criados pela Associação.

Nos anos de 1985 a 1988 trabalhou para a publicação de um boletim de notícias intercomunicando os participantes dos plenários que se constituíram em todo o Brasil. Em seguida, através da INTERCARTA CIDADÃO 30.000, o apoio ao processo de apresentação de Emendas Populares ao projeto de Constituição, instrumento conquistado pelo Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, que resultou na apresentação de 122 emendas com 12 milhões de assinaturas.

Além do trabalho voltado para o desenvolvimento da intercomunicação, da mobilização popular e do trabalho em redes, a ADI foi responsável, nos anos subsequentes pela divulgação da Universidade Mútua e da Rede de Troca de Saberes, criando o 1º Clube de Trocas do Brasil (de saberes, produtos e serviços).

A ADI desligou-se da ABONG em 29/06/2001 e não consta no arquivo de controle de desfiliação da associação qual o status da ONG.

### **4.3 AGEN - Agência Ecumênica de Notícias**

Não foi possível colher informações preliminares sobre o trabalho desenvolvido pela AGEN, mas, através de consulta ao site da Arquidiocese de São Paulo, foi possível identificar que no período de sua fundação, a igreja vivia “sob o signo da teologia da libertação e da opção preferencial pelos pobres. A AGEN foi fundada em 15/03/1986 e teve como um dos fundadores Dom Evaristo Arns. É período de renovação da teologia bíblica, de distanciamento do poder político, particularmente no pastoreio de Dom Paulo Evaristo Arns. É o momento do surgimento das CEB's e da valorização dos movimentos sociais emergentes e de resistência face à ditadura militar”.

No arquivo de controle de desfiliação da ABONG a AGEN aparece com o status de organização que fechou no ano de 1995.

### **4.4 ANSUR - Associação Nacional do Solo Urbano**

Não foi possível colher informações imediatas da ANSUR. Após detalhada pesquisa, encontramos referências sobre sua formação e atuação no trabalho acadêmico desenvolvido por Eder Roberto da Silva (2003), onde o autor relata a retomada da reforma urbana, protagonizada pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana; esse movimento ocorreu em meados de 80. Silva aponta que, neste ressurgimento, a reforma urbana apresentava reivindicações “mais próximas da reivindicação popular e dos ideais da democracia” (p.42)

Segundo Silva, o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, “inicialmente, herdou a matriz de uma entidade chamada ANSUR – Associação Nacional do Solo Urbano, fundada por setores ligados à Igreja Católica, lideranças comunitárias, setores não governamentais, técnicos de assessoria aos movimentos urbanos e intelectuais” (p.42 e 43). Há referência em sua obra de que a primeira reunião com finalidade de criar esta entidade ocorreu em 1979, na cidade do Rio de Janeiro.

A ANSUR foi desfilhada da ABONG, conforme arquivo de controle desta Associação, no ano de 2001 e a descrição do status da organização é de que ela fechou.

#### **4.5 APTA - Associação para Prevenção e Tratamento da Aids e Saúde Preventiva**

Após busca mais refinada encontramos o site da APTA que foi criada em 1992 por profissionais das áreas da saúde e educação, que a partir da promoção de discussões, pesquisa e avaliação de resultados, visavam promover a educação e saúde preventiva relacionadas à HIV, DST's e para a população em geral.

É a organização responsável pela criação em 1996 do Projeto EDUCAIDS, com o objetivo de promover troca de experiências, ampliação do grau de conhecimento na área de Educação Preventiva entre educadores, profissionais de saúde e gestores públicos e privados. Este evento, segundo a APTA, é o único no mundo que trata da temática educação em saúde.

A APTA aparece no arquivo de controle de desfiliação da ABONG com data de desligamento da associação em 29/06/2001 e não há registrado qual status da organização.

#### **4.6 ARES - Associação Riopretense de Educação e Saúde**

Ao buscar as primeiras informações sobre a organização ARES, via internet, encontramos referência da organização na página do jornal Diário da Região onde este informa aos seus leitores sobre a formalização da Cooperlagos.

Segundo informa a matéria a Cooperativa de Coleta Seletiva, Beneficiamento e Transformação de Materiais Recicláveis de Rio Preto, gerenciada pela ONG Associação Rio-Pretense de Educação e Saúde (ARES), após seus 2 anos de funcionamento, seria formalizada.

A matéria datada de 19/04/2008 revela ainda que o trabalho de recolhimento de lixo desenvolvido pela Cooperlagos é realizado por 60 catadores que integram a Cooperativa e cobrem cerca de 30% da cidade. Quanto a ARES não foi possível obter mais detalhes sobre sua atuação nesse projeto.

Em outra página da internet de um guia sobre empresas, conseguimos obter o endereço e o telefone da Ares, deste achado foi possível entrar em contato com a organização.

No arquivo de controle da ABONG não há registro do status da organização ARES e a data da sua desfiliação está registrada como 31/10/2003, tendo sido arquivado com carta.

#### **4.7 PIRACEMA – Associação Piracema**

Não foi possível colher maiores informações sobre a Associação Piracema na internet. Após pesquisa minuciosa encontramos apenas uma referência desta organização em página do Governo Federal, onde são apresentados os resultados de investimentos federais feitos em projetos de ONG's com trabalhos específicos junto aos profissionais do sexo. Segundo informações do governo estes projetos receberam o apoio da CN-DST/Aids no período de 1993 a 1997.

O Projeto da Associação Piracema, segundo informa o governo, “visou à manutenção da infra-estrutura da instituição de forma a permitir uma melhor sistematização da metodologia do trabalho desenvolvido nas intervenções preventivas junto aos profissionais do sexo. Assim, suas atividades estavam relacionadas à instalação e/ou manutenção de suporte administrativo e operacional, propiciando um melhor planejamento das ações, a partir do conhecimento adquirido na área da saúde, incluindo a prevenção das DST/Aids”.

A Associação Piracema deixou o quadro de associada da ABONG em 31/10/2003, não há observações quanto ao status da organização, constando apenas o arquivamento do processo feito “com carta”.

#### **4.8 Centro Santo Dias**

As primeiras informações desta organização foram colhidas através do site da Revista Espaço Acadêmico, n.º 46, de março de 2005. Essa revista conta a história de Santo Dias um homem que, deixando a lavoura, foi trabalhar na indústria paulista. Integrado no novo meio, buscou no sindicato uma forma para alcançar

patamares mais altos de desenvolvimento, transformou-se em referência como um dos mais significativos líderes dos trabalhadores da indústria de São Paulo. Teve participação relevante na Pastoral Operária, o que contribuiu para o aperfeiçoamento de sua caminhada como trabalhador e sindicalista.

A revista revela que, “em meio a um movimento de reivindicação de trabalhadores metalúrgicos, em 1979, em frente a fábrica Sylvânia, Santo Dias foi atingido pelas costas, por tiros disparados por um policial militar, não resistindo aos ferimentos e vindo a falecer no dia 30 de outubro de 1979. Dom Paulo Evaristo, então arcebispo de São Paulo, ministrou-lhe os últimos sacramentos e em sua homenagem criou o Centro Santo Dias de Defesa dos Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo, com o objetivo de defender as vítimas da violência policial; intervindo em inquéritos policiais, assistindo o Ministério Público em ações penais, tendo, diante de omissões da Justiça brasileira, levado denúncias dessas violações à Comissão Interamericana de Direitos Humanos que é o órgão principal da Organização dos Estados Americanos (OEA) para a defesa dos Direitos Humanos em nosso hemisfério”.

O Centro Santo Dias aparece no arquivo de controle de desfiliação da ABONG com data de saída do quadro de associada de 29/06/2001, não há observações quanto ao status da organização, constando apenas o arquivamento do processo de desligamento feito “com carta”.

#### ***4.9 CEDI – Centro Ecumênico de Divulgação e Informação***

Ao buscarmos informações da CEDI na internet, obtemos muitas páginas com citações sobre essa organização, mas é através da Revista Tempo e Presença, formato digital, que obtemos os primeiros dados sobre a sua formação e direcionamento.

Herdeiro direto dos trabalhos desenvolvidos pelo CEI (Centro Evangélico de Informação) o CEDI, fundado no ano de 1974, veio dar continuidade à atuação no campo da pastoral e da educação de populares junto a dioceses católicas e grupos de igrejas e pessoas evangélicas que buscavam desenvolver práticas

evangelizadoras de resistência à ditadura e construção de novas bases para a democracia brasileira. Foi uma das organizações fundadoras da ABONG.

O boletim produzido pelo CEI deu lugar à revista Tempo e Presença em 1979 sob o mesmo propósito do ecumenismo solidário, conforme descreve Paulo Ayres Mattos, presidente da Koinonia, “nestes trinta anos de existência, reconhecendo que os tempos são outros; que os desafios têm nova cara; as oportunidades são diversas, e que os perigos, por sua sutileza, são maiores e mais devastadores para toda a humanidade -- mas de maneira particular para os setores mais vulneráveis de nossa sociedade, continuamos comprometidos com a utopia de sermos presença de comunhão, denúncia e esperança com os pobres e oprimidos deste nosso Tempo”.

Nos registros do arquivo de desfiliação da ABONG, o CEDI aparece com a inscrição “fechou” e ano de desfiliação 1995.

#### ***4.10 ECOM – Ecologia e Comunicação***

Ao procurarmos referências da ECOM, via internet, descobrimos uma página denominada “condomínio da biodiversidade” onde estão dispostos vários links relacionados às ONG’s que mantém projetos voltados ao meio ambiente e à biodiversidade.

Encontramos o link com o nome da ECOM e ao clicarmos nele somos direcionados para o site da GIRS – Guanandi Instituto Renovação Social uma OSCIP que tem por objetivo promover, desenvolver, executar e gerenciar diversas atividades nas áreas social, ambiental, educacional, cultural e saúde. Não obtivemos maiores informações desta organização nesta página.

Quanto ao registro de desligamento da ECOM do quadro de associadas da ABONG, o ano de desfiliação é 2003 e seu afastamento tem o status de “pediu desligamento”, “com carta”.

#### **4.11 FRANCO ROTELLI – Associação Franco Rotelli**

As primeiras informações da ONG Franco Rotelli foram obtidas através de uma página do site da SEGs (Seguro e Saúde). Postada em abril de 2009, a matéria fala sobre um momento triste da história do Hospital psiquiátrico Franco Rotelli com sua intervenção municipal e apresenta ao leitor uma nova fase vivida pela organização.

Conforme descreve a reportagem “a Associação Franco Rotelli cumpre o papel de sociedade civil organizada no Controle Social do Sistema Único de Saúde através de diversas entidades que se mantêm atenta à Saúde Mental na Baixada Santista. Tem participado de diversos debates e feito denúncias à imprensa sobre ocorrências graves principalmente em Santos, Praia Grande e Jardim Rio Branco em São Vicente sendo um braço da Rede Nacional Internúcleos da Luta Antimanicomial que se constituiu a partir da decisão coletiva de representantes de 13 núcleos de todo o Brasil, reunidos em dezembro de 2003, em Brasília”.

Nos registros da ABONG não consta o status da Associação Franco Rotelli ao se desligar. Quanto a data de afastamento é 31/10/2003 e consta arquivado “com carta”.

#### **4.12 INCA – Instituto Cajamar**

Ao procurarmos informações sobre essa organização via internet, recebemos a entrada de muitas páginas que citavam a organização, mas nenhuma delas como um site próprio do Instituto.

As primeiras informações obtidas sobre essa organização dão conta de que foi fundada em julho de 1986 como uma instituição autônoma, mas que teve a participação da SNFP (Secretaria Nacional Formação Política) em seu processo de construção. Descobrimos também que o INCA realizou, como primeira atividade, um seminário sobre participação popular na Constituinte no mês de dezembro desse mesmo ano. Em 1987, tiveram início os cursos de capacitação de quadros intermediários “voltados para dirigentes sindicais, lideranças populares, militantes partidários e monitores de formação política, que atingiram cerca de 2.700

militantes, entre os quais aproximadamente 1.100 enviados diretamente pelo PT”. A partir de 1989, passaram a realizar, também, cursos de formação de formadores.

O INCA aparece no quadro de registro de desfiliação com o status de “fechou” e ano de saída 1997.

#### **4.13 NATIVO DA NATIVIDADE – Fundação Nativo da Natividade**

Ao iniciarmos a busca por esta organização na internet, recebemos citações da Fundação Nativo da Natividade através da página de um Boletim Eletrônico, n.º 19, do site Democracia Socialista.

Em uma matéria, Eduardo Tadeu Pereira, autor do livro: Formar à Esquerda expõe a necessidade de “retomar a formação política pluralista, conteudista e revolucionária que existia, como projeto e perspectiva, na Fundação Nativo da Natividade”, objeto de seu estudo.

Pereira descreve o projeto da FNN como sendo uma forma de: “construir uma posição que revaloriza o conteúdo da teoria, na forma de conhecimento acumulado, ao mesmo tempo em que acentua a necessidade de uma formação democrática, portanto não dogmática, e ainda ideológica, no sentido gramsciano de forma de ver o mundo, de cultura, portanto de vivência de valores, costumes, comportamentos e sentimentos que encaminhem no sentido da construção de uma nova hegemonia na sociedade de caráter solidário e socialista”.

A Fundação Nativo da Natividade aparece no quadro de ex-associada ABONG com status de “fechou”, no ano de desfiliação 1995.

#### **4.14 REAP – Reconstrução, Educação, Assessoria e Pesquisa**

As primeiras informações da organização REAP foram encontradas através da página do site da CEEP (Centro de Educação, Estudos e Pesquisa).

Os dados obtidos, nessa página, indicam que o CEEP deu início às suas atividades em 1996, em parceria com a REAP - Reconstrução, Educação, Assessoria e Pesquisa, tendo sido fundado em 1º de maio de 1998 como uma

escola de trabalhadores com origem nas lutas e organização da classe trabalhadora. Como principal característica dessa escola de trabalhadores recebe destaque a “sua não adesão ao novo modelo de organização social-econômico-político excludente em curso tenha que nome tiver: neoliberalismo, social-democracia, liberalismo social ou neo-social”.

No arquivo da ABONG, não há indicações do status da REAP e o ano de desfiliação aparece como 2003, tendo sido feito seu arquivamento “com carta”.

#### ***4.15 TIE BRASIL – Centro de Troca de Informação Transnacionais***

As primeiras informações sobre esta organização foram colhidas através do próprio site dessa ONG.

Consta que o TIE, foi fundado em 1978, em Amsterdam, Holanda, na qualidade de rede de troca de informações e experiências entre Trabalhadores em empresas transnacionais. No ano de 1981, transformou-se em uma organização independente, abrindo seu escritório no Brasil em 1986.

Destaque para as informações obtidas sobre a atuação do TIE no Brasil: “trabalha com sindicatos e trabalhadores brasileiros desde 1986 quando, em parceria com os Sindicatos de Trabalhadores Metalúrgicos de Campinas, de São Bernardo do Campo e São José dos Campos deu início ao projeto quadrienal "Internacionalismo ou Protecionismo", que buscava discutir as novas estratégias empresariais na indústria automobilística e quais deveriam ser as respostas do movimento sindical autêntico e combativo à reestruturação industrial em curso e à divisão que ocorria no movimento sindical da época, onde alguns grupos defendiam o protecionismo das economias nacionais como forma de defesa dos Trabalhadores e outros defendiam o Internacionalismo, ou seja, que a efetiva defesa dos Trabalhadores só seria possível se os mesmos se organizassem globalmente”.

Sobre o status do TIE nos arquivos da ABONG encontramos o registro de “fechou”, com ano de desfiliação 1999.

## 5. Análise de Resultados e Discussão

Os contatos com as ex-associadas tiveram início em outubro de 2009 e foram realizados, inicialmente, com as organizações localizadas na cidade de São Paulo. Adotamos este critério por acreditar que a obtenção das devolutivas seria mais rápida. Mais adiante, por volta de novembro, ampliamos o contato para aquelas ONG's situadas em cidades do Estado de São Paulo.

Foi possível atualizar as informações de 100% das ex-associadas ABONG, regional São Paulo, via levantamento de dados pela internet, aplicação de questionário e entrevistas. A comunicação com essas organizações também foi feita via telefone e e-mail. A internet mostrou ser o canal mais eficiente, representando 80%, para a obtenção de localização e do status das ex-associadas, disponibilizando informações de partida. Já o questionário e a entrevista ofereceram, com representatividade de 20%, informações de melhor qualidade.

Tivemos boa receptividade na ABONG que apoiou a iniciativa da pesquisa oferecendo material informativo da Associação e publicações. Após reflexão e análise desse material foi possível realizar entrevistas que contribuíram sobremaneira para a qualidade deste trabalho. Complementamos o cenário de informações sobre o universo ABONG a partir de extração de dados via site desta entidade.

As entrevistas com as representantes da ABONG foram realizadas nos meses de outubro e dezembro e a análise de comparação dos dados das associadas teve início em janeiro.

## **5.1 Resultados – Processos ABONG**

A partir dos objetivos pretendidos com a aplicação do formulário para identificação de processos e entrevistas realizadas obtivemos os seguintes resultados:

**Objetivo 1:** Identificar o Processo de Exclusão de Associadas da ABONG.

Na entrevista com Helda Abumanssur verificamos que a ABONG mantém um processo de exclusão baseado em critérios adotados pelo seu Estatuto Social onde a Assembléia Geral, como instância soberana da ABONG, determina a exclusão ou não da associada. Essa Assembléia Geral ocorre a cada 3 anos de forma ordinária ou extraordinária se convocada pela maioria absoluta do Conselho Diretor. No mês de março de 2010 será a próxima Assembléia Geral com a realização do seu tradicional seminário que nessa edição abordará os temas: sustentabilidade das ONG's e Movimentos Sociais.

Luana Vilutis lembra que o processo de desfiliação também pode ser feito através de manifestação direta da associada solicitando sua saída do quadro de associadas. Ela ressalta que a questão do pagamento da anuidade é tratada estatutariamente, mas ela acredita que importante mesmo é a participação da organização de forma a ter um envolvimento realmente ativo com a ABONG.

**Objetivo 2:** Identificar quais motivos pode levar a esse desligamento.

Sobre a identificação de motivos que podem resultar em exclusão de associadas foi mencionado pela entrevistada Helda Abumanssur a existência de “n” razões para isso, sem a especificação clara de quais sejam elas. De acordo com o art. 9º de seu Estatuto “a associada que deixar de comparecer, sem justificativa, a duas Assembléias Gerais Ordinárias consecutivas, ou que violar os princípios e objetivos contidos neste estatuto, ou que deixar de efetuar sua contribuição de associada por 3 anos, poderá ser excluída do quadro de associadas da ABONG, por meio de decisão do Conselho Diretor. Dessa decisão, caberá sempre recurso à Assembléia Geral”.

Para Luana Vilutis os motivos de desligamento da associada passam pelo não pagamento da anuidade e também pela não participação e presença efetiva em reuniões e debates. Ela considera que a participação para a associada é um momento importante de se colocar entre iguais e poder dividir um pouco mais as mesmas questões. Em sua opinião há indícios de que uma organização pode fechar quando ela enfrenta dificuldades financeiras, dificuldades de espaço e mudança de definição do seu papel político.

Ao falar sobre o processo de entrada de uma associada, Helda Abumanssur menciona a importância da investigação, via PDI, do Regional sobre pertencimento. Nesse momento, questionamos sobre a possibilidade de desligamento de uma associada exatamente por esse motivo: não sentir-se parte do Projeto ABONG. A resposta para essa questão é que em dado momento da história da ABONG, algumas organizações aproximaram-se da associação de forma a dar-lhe um “peso”, como organizações fundadoras e posteriormente se desfilaram por não haver mais “sentido” a participação. Helda não exemplifica qual ou quais sejam essas organizações que se desligaram. Buscamos cruzar essa informação com o quadro de ONG’s fundadoras disponibilizado no histórico do site da Associação. Encontramos que o CEDI e o CENPLA não consta mais como associadas. Sabemos que a CEDI reformulou-se sendo incorporado pelo ISA (Instituto Socioambiental), o que nos direciona a concluir que o CENPLA possa ser essa organização.

**Objetivo 3:** Identificar quais os controles são utilizados para acompanhamento de processo.

Ao falar sobre controles no processo de exclusão, Helda Abumanssur afirma, num primeiro momento, que há um controle. Logo em seguida ela pondera que pode haver esse controle caso queiram, mas que não há uma preocupação imediata com isso. Segundo sua análise, ao realizarem a pesquisa Sob Perfil das associadas é possível ter uma idéia “mais clara” da situação e nesse momento, segundo suas palavras, “algumas vezes, você identifica e fica sabendo que a organização fechou”. Ela reconhece que não há um processo de acompanhamento de exclusão e que o controle de desfiliação elaborado em 2003 não teve continuidade em 2006.

Luana destaca controles sobre os possíveis motivos de saída de uma associada: a anuidade, cujo controle é feito exclusivamente pelo escritório central da ABONG e a participação das associadas cujo controle teve início em 2009. Sobre o pagamento da anuidade, embora controlado pela administração central, Luana acredita ser importante a presença do regional na negociação junto às associadas, dado a sua maior proximidade a elas. Quanto à participação das associadas, o controle está sendo feito por uma estagiária e isto foi possível graças a um repasse financeiro da administração central.

Cabe destacar que Luana faz uma indagação sobre a dificuldade das outras regionais em implantarem o controle de participação, considerando sua referência local em relação às associadas, como exemplo uma regional estadual.

Outro fator mencionado nas entrevistas diz respeito à sustentabilidade das associadas frente aos seus projetos. Helda Abumanssur destaca a importância da fundamentação dos objetivos propostos pelas organizações junto à sociedade onde estão inseridas. Segundo ela, quando o objetivo é claro, é compreendido, ele se torna legítimo, o que torna a questão operacional, ou seja, gerencial algo a ser visto em segundo plano. O PDI é apontado por Helda como um dispositivo que propicia um desenvolvimento sustentável por inteiro, ou seja, institucional e operacional.

Para Luana, muitas associadas enfrentam dificuldades financeiras devido às agências internacionais estarem direcionando seus investimentos para outros locais mais desprovidos que o Brasil, como exemplo: a África. Essa dificuldade agrava-se ainda mais pelo fato de que os convênios nacionais não prevêm recursos para gastos administrativos como aluguel, água, luz e outros, tornando a sustentabilidade dessas organizações mais vulnerável. Salaria que o papel do regional é o de atuar mais próximo à associada, como exemplo, cita casos em que escreveram carta de ato de solidariedade e de apoio, de manifestação, divulgação da situação das associadas e acompanhamento dos processos de fechamento, na intenção de reverter esse quadro.

Outro fator a ser destacado diz respeito à discussão sobre a posição política da ABONG e sua atual estrutura. Ao falarmos com Helda, ficou claro que há uma discussão interna sobre forma de atuação versus estrutura organizacional. Uma

das propostas em discussão é o GT (grupo de trabalho). Para Luana o desafio de atuação da ABONG está em se requalificar ou redirecionar, uma vez que o efeito de fóruns e redes impõe uma nova dinâmica de atuação da Associação.

## **5.2 Resultados – Perfil das ex-associadas ABONG – Regional São Paulo**

A partir dos objetivos pretendidos com a aplicação do formulário para identificação de ONG's, obtivemos os seguintes resultados:

**Objetivo 1** – Traçar um perfil das ex-associadas ABONG – Regional São Paulo.

Os dados para elaboração do perfil das ex-associadas ABONG regional São Paulo foram obtidos através de arquivo fornecido pela ABONG (Anexo X) onde constam: o nome e abreviação da ex-associada; ano de desfiliação da ABONG; status da ONG e forma de arquivamento.

Outras Informações como origem, ano de fundação, área temática de atuação, missão e objetivos das ex-associadas foram obtidos através de pesquisa, via internet, como dados primários das organizações.

No que se refere ao ano de fundação das ex-associadas obtivemos informação de 12 entidades, com exceção das instituições: ARES, PIRACEMA e ECOM. Desse grupo, identificamos que seis organizações foram constituídas na década de 80; três na década de 70 e outras três na de 90.

Quanto à desfiliação do quadro de associadas ABONG - nacional, verificamos que houve a saída de 73 entidades, no período compreendido de 1993 até 2007. A regional São Paulo responde por 15 desfiliações (21%) do total nacional, que ocorreram a partir de 1995 até 2003, sendo que neste último ano houve o maior número de saídas; num total de cinco entidades. Em 2001 e 1995 quatro

organizações deixaram os quadros de associadas em cada ano e em 1999 e 1997 uma organização em cada ano.

Sobre o status das quinze organizações que constam no arquivo de desfiliação da ABONG na regional São Paulo, sete delas aparecem com a nomenclatura de “fechou”, são elas: ABRA; AGEN; ANSUR; CEDI; INCA; NATIVO DA NATIVIDADE e TIE BRASIL. Destas, não obtivemos nenhuma informação da situação atual de apenas duas organizações – a INCA e a NATIVO DA NATIVIDADE.

É possível obter informações sobre a história da ABRA, organização voltada ao tema reforma agrária, em site direcionado à causa. É possível identificar, através do site, que seu atual presidente na gestão 2007-2010 é Plínio Sampaio, deputado federal constituinte e pré-candidato à Presidência da República pelo PSOL, portanto, a designação “fechou” não cabe para a ABRA.

A AGEN, organização direcionada a produzir informações advindas dos movimentos populares, está inativa devido a dificuldades financeiras de manutenção dos custos que envolvem sua estrutura administrativa como: edição, equipe, espaço, impressão e distribuição. Neste caso, a organização encontra-se realmente fechada. Estas informações foram obtidas via questionário.

Sobre a ANSUR, entidade ligada a movimentos populares a favor da reforma urbana, temos informações de que se encontra inativa, segundo relato, via telefone, do Sr. Adail Ribeiro de Carvalho, ex-secretário executivo da organização. Não pudemos investigar as causas da inatividade da entidade, pois não conseguimos efetivar a entrevista e a devolutiva do questionário sobre identificação de ONG's.

Quanto ao CEDI, organização com a missão de atuar no campo da pastoral e educação de populares, resistência à ditadura e construção de novas bases da democracia brasileira, verificamos que o seu patrimônio material e imaterial foi incorporado pelo ISA (Instituto Socioambiental); que hoje faz parte do quadro de associadas ABONG desde 1994, mesmo ano de sua fundação. Constatamos que neste caso não houve um fechamento da organização e sim uma transferência de conhecimentos e resultados para outra organização direcionada à defesa e bens e

direitos sociais coletivos e difusos, relativos ao meio ambiente, ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos.

A TIE BRASIL, organização que visa contribuir e formar parte dos movimentos sociais na luta por mudanças reais das relações sócio-econômicas injustas, em nível nacional e mundial, mantém-se ativa. Através do seu próprio site é possível acompanhar sua linha de trabalho e atividades atuais, portanto, a denominação “fechou” aqui também não se aplica.

Como resultado do status das organizações designadas “fechadas” no arquivo da ABONG pode-se dizer que das 7 entidades apenas 2 encontra-se realmente fechadas. Outras 2 estão ativas, uma delas foi reformulada e as últimas 2 não obtivemos informações.

Pesquisando sobre a origem das 15 ex-associadas regional São Paulo observamos que 7 dessas organizações tiveram como base de origem a aproximação entre militantes de esquerda com as teorias sociais de setores da igreja católica. São elas: ABRA; ADI; AGEN; ANSUR; PIRACEMA; SANTO DIAS e CEDI. Duas organizações: INCA e NATIVO DA NATIVIDADE tiveram como origem a militância política do Partido dos Trabalhadores. Já a REAP e a TIE BRASIL tinham em sua raiz a educação e formação sindical.

Ao examinarmos a distribuição das ex-associadas - regional São Paulo no item áreas temáticas, podemos distribuí-las em nove áreas, de acordo com sua atuação: comunicação; DST/AIDS, desenvolvimento da economia; educação; justiça e promoção de direitos; meio ambiente; organização e participação popular; questões agrárias; questões urbanas; saúde. Cabe ressaltar que algumas dessas organizações atuam em mais de uma área temática. Em comunicação atuam: ADI; AGEN; CEDI e ECOM. Em DST/AIDS temos: APTA e PIRACEMA. Em desenvolvimento da economia temos a ADI como única representante. Na área de educação: ADI; ARES; INCA e NATIVO da NATIVIDADE. Justiça e promoção de direitos são representadas pelo CENTRO SANTO DIAS. Meio ambiente é área de atuação da ECOM. Organização e participação popular são áreas da REAP e TIE BRASIL. Em questões agrárias temos a ABRA atuando. Questões urbanas é área

temática da ANSUR e saúde conta com duas representantes: ARES e FRANCO ROTELLI.

<b>Tabela 1: Quantidade de respostas das associadas Abong por área Temática - ex-associadas</b>			
#	Área Temática	Quant.	%
1	Comunicação	4	22%
2	Educação	4	22%
3	DST/AIDS	2	11%
4	Organização popular / participação popular	2	11%
5	Saúde	2	11%
6	Justiça e promoção de direitos	1	6%
7	Meio Ambiente	1	6%
8	Questões agrárias	1	6%
9	Questões urbanas	1	6%
Total		18	100%
Fonte: Planilha excel da Abong sobre as ex-associadas mais dados da internet			

Cabe mencionar que as áreas temáticas comunicação e educação destacam-se como maioria no quadro de atuação das ex-associadas ABONG, respondendo por 22% do total cada uma delas. Ao compararmos este percentual com o quadro atual de associadas ABONG – regional São Paulo, verificamos que a área temática educação responde por 14% do total, enquanto comunicação aparece somente na 8ª posição, de um total de 21 áreas temáticas, com 5%.

<b>Tabela 2: Quantidade de respostas das associadas Abong por área Temática - Nacional</b>			
#	Área Temática	Quant.	%
1	Educação	92	14%
2	Organização popular / participação popular	79	12%
3	Justiça e promoção de direitos	62	9%
4	Relação de gênero e discriminação sexual	54	8%
5	Fortalecimento de outras ONGs / Movimentos populares	50	7%
6	Trabalho e Renda	46	7%
7	Saúde	42	6%
8	Meio Ambiente	41	6%
9	Arte e cultura	27	4%
10	Comunicação	26	4%
11	DST/AIDS	26	4%
12	Agricultura	24	4%
13	Assistência social	20	3%
14	Questões urbanas	20	3%
15	Questões agrárias	15	2%
16	Desenvolvimento da economia	14	2%
17	Discriminação racial	11	2%
18	Orçamento público	8	1%
19	Segurança pública	7	1%
20	Consumo	6	1%
21	Comércio	3	0%
Total		673	100%
Fonte: Site da Abong - consulta em janeiro de 2010			
Nota: área temática hachurado de amarelo são as áreas que aparecem nas ex-associadas Abong - regional de São Paulo			

Verificando o quadro de associadas ABONG nacional, que também apresenta 21 áreas temáticas, educação aparece em primeiro lugar com o mesmo percentual da regional São Paulo: 14%; comunicação ocupa a 10ª posição com 4%.

<b>Tabela 3: Quantidade de respostas das associadas Abong por área Temática - Regional São Paulo</b>			
#	Área Temática	Quant.	%
1	Educação	21	14%
2	Organização popular / participação popular	16	11%
3	Justiça e promoção de direitos	15	10%
4	Relação de gênero e discriminação sexual	14	10%
5	DST/AIDS	12	8%
6	Fortalecimento de outras ONGs / Movimentos populares	12	8%
7	Saúde	12	8%
8	Comunicação	8	5%
9	Trabalho e Renda	8	5%
10	Meio Ambiente	7	5%
11	Assistência social	5	3%
12	Questões urbanas	5	3%
13	Discriminação racial	4	3%
14	Arte e cultura	2	1%
15	Questões agrárias	2	1%
16	Segurança pública	2	1%
17	Consumo	1	1%
18	Desenvolvimento da economia	1	1%
19	Agricultura	0	0%
20	Comércio	0	0%
21	Orçamento público	0	0%
Total		147	100%
Fonte: Site da Abong - consulta em janeiro de 2010 mais dados da planilha excel da Abong			
Nota: área temática hachurado de amarelo são as áreas que aparecem nas ex-associadas Abong - regional de São Paulo			

**Objetivo 2** – Saber qual ou, quais motivos levaram ao seu desligamento da associação.

Para a verificação das causas do afastamento das organizações do quadro de associadas da ABONG, foi elaborada uma pergunta aberta para que a entidade ex-associada pudesse expressar os motivos de sua desfiliação. Essa questão está inserida na parte 3 do Formulário de Identificação de ONG's (Anexo II), designada a entender a percepção da ex-associada sobre a ABONG.

Das devolutivas dos questionários, o representante entrevistado de uma das ex-associadas, AGEN, não quis preencher a parte 3 do documento, abstendo-se de falar sobre o período em que a organização esteve associada à ABONG, justificando que a atividade desempenhada à época não lhe dá suporte para

responder tais questões referentes à ABONG. Apesar da sua dificuldade em responder a essa questão, ao falar sobre a situação atual da ONG na questão g do Item I, Djair justifica a inatividade da ONG devido aos confiscos de recursos da era Collor. A ADI deixou o quadro de associada ABONG por não cumprir o ART. 7º Dos Deveres das Associadas, ou seja, o pagamento das anuidades. Este procedimento foi justificado pelo entrevistado como consequência “dos pouquíssimos recursos” que a entidade dispunha no momento e do grande volume de trabalho desenvolvido praticamente com trabalho voluntário. A outra organização, REAP, justificou seu afastamento da ABONG devido á inatividade da organização.

Temos aqui a confirmação de que a AGEN deixou o quadro de associadas da ABONG devido a problemas financeiros. Já a ADI alegou que o não pagamento da anuidade o levou a ser desligado da Associação e que isso ocorreu devido a sua inatividade momentânea. A REAP justificou seu pedido de desligamento pela situação de inatividade.

**Objetivo 3** – Conhecer os novos caminhos que foram trilhados pelas ONG's, a partir dessa exclusão do quadro de associadas.

No formulário de identificação de ONG's a parte 1 do questionário permite que as organizações ex-associadas da ABONG falem sobre sua entidade, a missão, objetivos, dificuldades vividas e situação atual da ONG.

De acordo com o recebimento das 3 devolutivas foi possível saber que: a organização AGEN, encontra-se inativa e, conforme expõe Djair Freire, ex-colaborador da ONG, após a recessão provocada pela era Collor, aconteceu à progressiva falência do projeto, bem como de outros movimentos populares.

O representante da organização ADI Chico Withaker, informa que a entidade vem, aos poucos, retomando suas atividades inclusive com novos projetos em vista e revela que não ficaram paralisados por completo após sua desfiliação da ABONG apesar da situação financeira difícil, mas sim em compasso de espera.

Quanto à REAP, a entrevistada Nádia, que foi educadora da ONG, informa estar inativa e sem perspectivas de retomar seus projetos, uma vez que entende

ser muito difícil atuar, nos dias de hoje, num modelo neoliberal, onde as ONG's absorvem o papel que deveria ser do Estado.

Para melhor entendimento, elaboramos critérios para classificação, a partir dos resultados obtidos em nossa pesquisa somados às informações das devolutivas recebidas, que nos permita agrupar as organizações naquilo em que se assemelham, quanto ao caminho percorrido após sua desfiliação da ABONG.

Criamos quatro grupos para essa classificação das organizações que são: Grupo 1 = aberta; Grupo 2 = fechada; Grupo 3 = reformulada e, Grupo 4 = sem informação.

As organizações que podem ser classificadas como Grupo 1 – aberta, são aquelas que continuaram atuando de alguma forma no terceiro setor com o mesmo foco, mesmo direcionamento e com o mesmo nome de origem. São elas: ABRA; ADI; APTA; ARES; SANTO DIAS; FRANCO ROTELLI e TIE BRASIL.

As organizações pertencentes ao Grupo 2 – fechada, são aquelas que se encontram inativas e não deram sequência às atividades e projetos após seu desligamento da ABONG. As organizações nessa situação são: AGEN; ANSUR; PIRACEMA e REAP.

As organizações do Grupo 3 – reformulada, são aquelas que trilharam outros caminhos após sua desfiliação da ABONG. Tiveram um redirecionamento ou reformulação em seus objetivos, tendo sido, inclusive, incorporadas junto a outra organização. Citamos neste caso as organizações: CEDI (ISA) e ECOM (GIRS).

Enquadram-se no Grupo 4 - sem informação, aquelas organizações em que não foi possível obter maiores informações. Temos duas organizações neste grupo: a INCA e a NATIVO da NATIVIDADE.

A tabela abaixo sintetiza todos os tópicos apresentados e discutidos sobre o perfil das ex-associadas, regional São Paulo:

**Tabela 4: Perfil ex-associadas da regional São Paulo**

Item analisado	Representatividade
Tempo de Existência	31% foram formadas na década de 80
Desfiliação	5 entidades foram desfiliaadas no ano de 2003 (33%)
Status na ABONG	das 7 entidades com nomeclatura "fechou", 5 possuem informação atualizada
Origem	movimentos da esquerda associados a setores da igreja católica
Área Temática	44% Educação e Comunicação
Caminhos Trilhados	9 continuam ativas (abertas ou reformuladas)

Fonte: Planilha das ex-associadas da Abong

### **5.3 Resultados – Comparativo com Perfil das associadas ABONG**

A elaboração de um perfil das atuais associadas ABONG tornou-se relevante para a nossa pesquisa no sentido de aprofundarmos o olhar sobre esse universo e compreender todo um movimento que acompanha a sua trajetória em consonância com os deslocamentos das suas associadas.

Sem a pretensão de contrapor ou inovar o perfil das associadas criado pela ABONG desde 1998, procuramos analisar e identificar resultados atualizados específicos, que possam servir de cotejamento à nossa pesquisa. Desta feita, caminhamos no sentido das palavras de Taciana Gouveia ao aspirar que novas análises e utopias possam ser criadas a partir da leitura do Perfil das Associadas à ABONG, refletindo que “ainda que retratos sejam expressão de um momento histórico, toda história se faz por meio de ações e movimentos”. (2006)

Após levantamento de dados realizado e elaboração de arquivo com base nas informações fornecidas pelo site da ABONG, analisamos algumas variáveis como o ano de fundação das organizações. Quanto às associadas ABONG – nacional, encontramos 84 associadas (31%) que foram fundadas na década de 90. O percentual de (30%) representa 81 associadas da década de 80 sendo que a década de 70 aparece com 23 associadas (8%). O percentual de 3% se repete nas décadas de 60 e de 2000, equivalendo a 7 organizações para cada uma. A

diferença (26%) diz respeito ao total de 72 organizações que não disponibilizaram tal informação em seus cadastros.

A pesquisa feita sobre o atual quadro de associadas ABONG da regional São Paulo conta com um total de 53 organizações. Deste grupo, a maior representatividade está na década de 80 que soma 20 ONG's (38%). Os anos 90 aparecem representados com 16 ONG's (30%). Os anos 60 e 70 possuem 3 organizações (6%) em cada década e, não disponibilizaram tal informação, 11 entidades (21%). Cabe ressaltar que o atual quadro de associadas dessa regional não possui nenhuma representante fundada na década de 2000.

A análise do tempo de permanência das organizações como associadas ABONG parte de uma base de dados mais substancial, considerando que é possível obter tais dados de 272 ou 99% das associadas. Considerando as associadas em âmbito nacional temos 101 organizações que representam 37% com filiação entre 17 e 18 anos na ABONG. Na regional São Paulo, temos 23 ONG's na mesma faixa de tempo de permanência, representando 38%.

## 6. Conclusões e Considerações Finais

Durante todo o processo de desenvolvimento deste documento fizemos indagações que deram suporte a outros questionamentos, e na medida em que esses caminhos foram sendo construídos, vimos aparecer um cenário intrigante.

Nossa primeira indagação buscava saber sobre o fato, se procedente, de como ocorre o fechamento de uma ONG. Foi a partir da análise das informações das ex-associadas, regional São Paulo, que comprovamos que a palavra “fechou” não se aplica à situação atual de todas essas organizações.

Na entrevista com o idealizador da ADI, Chico Withaker, temos um exemplo de como a história de uma organização pode percorrer caminhos diversos. Ele acredita que em termos de fechamento, o processo que ocorre com as ONG's é completamente diferente do que acontece com empresas com fins lucrativos. Na sua experiência ele identifica um compasso de espera entre uma iniciativa e outra, mas não um fechamento.

Ao descrever a trajetória da sua organização, Withaker apresenta um quadro incessante de movimentos que, de alguma forma, demonstra que sua atuação permanece perceptível. É talvez destes deslocamentos que nasce o sentimento de pena, conforme relata, em deixar “fechar um instrumento que pode vir a ser útil”.

Outro questionamento inicial diz respeito à aproximação entre ABONG e ex-associadas quanto à questão do fechamento. Tínhamos, a princípio, a visão de que essa proximidade poderia ter um papel decisivo no processo de fechamento das organizações, porém nossa investigação demonstrou que não há uma relação direta como causa e efeito. Ao conversarmos com Helda Abumanssur, concluímos que o arquivo das ex-associadas pesquisado por nós foi um documento elaborado apenas como um norteador, para uma das reuniões de diretoria, mas que efetivamente não era uma prioridade da Associação como controle. O escritório central da ABONG obtém a informação sobre a desfiliação efetiva de uma associada na Assembléia Geral, encontro trienal, e não tem um conjunto de ações pré-estabelecidas para esse tipo de situação. Já a regional de São Paulo declara ter um contato mais direto

com as associadas que apresentam indícios que podem resultar em fechamento, sendo que essa atuação serve como um apoio, com ações pontuais, conforme relata Luana Vilutis. Não há, portanto, um vínculo formal entre ABONG e suas associadas sobre acompanhamento de processo de fechamento, diferentemente do que ocorre quando uma organização pretende se associar, momento este que detectamos a existência de exigências burocráticas.

Acreditamos que deve haver um envolvimento maior da ABONG com as suas associadas quanto à manutenção desse quadro, que ultrapasse a linha de discussão exclusivamente financeira ou pagamento da anuidade. Na sua Carta de Princípios, em um dos itens, a Associação se compromete em “estimular a parceria entre suas associadas e com outras organizações da sociedade civil de modo a racionalizar recursos...”. Investigar e entender os motivos de desligamento pode contribuir para a relação dessa parceria. Esta atitude pode evitar um distanciamento entre a Associação, no papel de intelectual, com suas associadas, analisando a questão sob o pensamento Gramsciano que “quanto mais cosmopolita, maior a cisão e, por conseguinte mais difícil a constituição de uma força popular nacional” (BEIRED, 1998).

Refletindo um pouco mais sobre proximidade vale destacar o sentimento de uma ex-associada ao se referir a Associação. No seu entendimento, sua organização era demasiada pequena para participar dos grandes debates da ABONG. Helda Abumanssur chama atenção em seu relato sobre a importância do pertencimento, segundo ela cabe às organizações desenvolverem a responsabilidade e o compromisso de participação, pois acredita que mesmo sendo uma ONG pequena é necessária a clareza do significado político de estar integrada a ABONG.

Esse reconhecimento a que Helda se refere, identificamos na fala de Chico Withaker, ao descrever o período em que sua instituição passou por um momento de “espera” e em que não conseguiu cumprir com o pagamento da anuidade. Ele revela que não queria deixar o quadro de associadas, mas teve que sair. Observamos, a partir deste caso, que o pagamento da anuidade converte-se em potencial determinante na questão do pertencimento e participação na Associação.

Quanto ao questionamento sobre a existência de mortalidade de organizações não governamentais cabe, primeiramente, diferenciar o conceito de “fechar” ou “morrer” para esse grupo. Vimos que “fechar”, termo utilizado pela ABONG, tem sentido para a Associação, de desligamento ou desfiliação sem um comunicado formal. Entretanto nossa pesquisa aponta para outra posição. É a partir dos depoimentos dos representantes das ex-associadas REAP e ADI que reconhecemos que o termo “fechamento” pode ser classificado como “estado de hibernação”, ou seja, uma inatividade parcial e temporária.

Para as organizações não governamentais e para a Associação a utilização do termo “morrer” ou “mortalidade”, como sinônimo a fechamento, causa certa estranheza e repulsa. Pela Associação, Helda justifica essa dificuldade na utilização do termo por entender que representaria algo forçado, inevitável; preferindo mesmo a utilização do termo “fechamento” que dá sentido a algo opcional a organização.

Ao responder sobre a possibilidade de mortalidade de ONG's, Chico Withaker condiciona o termo a algumas organizações específicas, pessoalizadas, que não detêm o princípio de horizontalidade em rede e que fazem uso da hierarquização do poder. Mas, ao falar sobre o que acredita ser realmente uma ONG, ou seja, aquela que realmente representa a sociedade civil, independente de governos, partidos e empresas, Chico passa a utilizar o termo “fechamento” associado à dificuldade de subsistência das entidades. Corroboramos a tendência do entrevistado em optar pela utilização do termo “fechamento” ao invés de “mortalidade”, dando-lhe a significação de inatividade.

Da nossa concepção inicial de aproximação entre os termos “fechamento” e “mortalidade”, amplamente utilizados para micro e pequenas empresas, passamos a utilizar somente o termo “fechar” para as organizações não governamentais, com base na diferenciação acima exposta. A partir disto, não identificamos causas de mortalidade, mas sim fatores que conduzem ao fechamento dessas entidades.

Entre fatores apontados como possíveis desencadeadores do fechamento de ONG's, nossos entrevistados destacam: dificuldade financeira; dificuldade de espaço e dificuldade de mudança de definição do seu papel político. Estes fatores aparecem em nossa discussão sobre a perenidade das ONG's. Nesse capítulo

abordamos a importância de harmonização entre missão, vocação e visão na construção de uma organização, o que vai ao encontro do destaque feito pelos entrevistados à definição do papel político das entidades. Sobre a questão da dificuldade financeira, também discutida pelos entrevistados, entendemos estar atrelada a outros pontos do capítulo mencionado como: captação de recursos e reconhecimento do público envolvido.

Encontramos ausência da menção de alguns fatores relacionados à perenidade das ONG's nas entrevistas e questionários, são eles: boa liderança; estratégia de comunicação e marketing social e gestão de pessoas o que inclui atenção ao papel do voluntariado.

A lembrança mais próxima da figura de um líder foi destacada apenas por um dos entrevistados e de forma negativa, ao ser associada ao “dono de ONG”, aquele que se torna o “grande puxador” e ao mudar de profissão ou campo de atividade, abandonando a organização, pode favorecer sua morte. Para a Associação e ex-associadas entrevistadas identificamos uma postura mais voltada ao coletivo, onde as decisões acontecem por colegiado, resultantes de um trabalho conjunto.

Cabe citar nossa abordagem sobre a figura do líder em uma organização não governamental e refletir sobre o pensamento de Peter Drucker que destaca como um bom líder aquele capaz de promover a renovação constante ou inovação. Neste ponto entendemos que esse líder se aproxima da figura do dirigente, do pensamento Gramsciano, cuja qualidade consiste em promover transformações e não apenas ser eficiente.

Não identificamos nas entrevistas algum destaque ou preocupação com os fatores comunicação e marketing social como dispositivos capazes de impedir ou dificultar a perenidade de ONG's. Quanto ao fator gestão de pessoas e mais especificamente, sobre voluntariado, tomamos conhecimento do caso da ADI que, antes de ser formalizada juridicamente como viabilidade na obtenção de recursos para contratação de pessoal já operava com um efetivo de voluntários engajados na causa da intercomunicação, o que estabelece relação com a opinião da representante da regional São Paulo, Luana Vilutis, ao enunciar uma das maneiras

possíveis de uma organização sem recursos financeiros trabalhar: com trabalho voluntário.

Ao questionarmos sobre a perpetuidade das ONG's e de seus ideais motivacionais buscamos entender como esse processo se realiza ao longo do caminho trilhado por essas entidades. Há transformações durante esse trajeto?

Verificamos através do estudo das organizações sem fins lucrativos, ex-associadas ABONG, que estas entidades trilharam diferentes caminhos que expõem quão rico em experiências e interessante pode ser o estudo sobre o Terceiro Setor. Vimos casos de ONG's que foram instituídas em momentos históricos que necessitavam de uma ação efetiva na defesa pelo direito à informação e comunicação. Outras buscaram caminhos de luta contra a opressão e a supressão dos direitos civis e da cidadania. Algumas delas viram sua bandeira política, anos mais tarde, se transformar em política pública como, por exemplo, a promoção da saúde e educação relacionada ao HIV e DST's ou mesmo o Projeto Internúcleos na Luta Antimanicomial. Ainda há aquelas que atuaram na defesa da democracia e na educação de populares em um período em que o silêncio era imposto com excesso de autoritarismo, tirania e despotismo.

Há também a história da organização que admite ter deixado de atuar por entender que a forma de trabalho adotado pelas ONG's hoje em dia, acaba por substituir o papel que deveria ser desempenhado pelo Estado.

Outras entidades voltadas ao desenvolvimento de canais de comunicação e troca de informações e experiências atuaram de forma a permitir o acesso à informação e educação de populares e na defesa dos ideais de liberdade.

A história das organizações ex-associadas ABONG e de suas lutas é capaz de descrever caminhos diversos percorridos, mas acabam por emoldurar a conjuntura política de uma época em que, como já visto anteriormente, grande parte dessas entidades eram financiadas quase que exclusivamente por setores não governamentais internacionais.

Nesse sentido podemos imaginar que uma nova configuração pode estar se formando no Terceiro Setor aqui no país, pois conforme observa Luana Vilutis,

financiadores internacionais hoje se voltam na direção de países mais pobres, como por exemplo, do continente africano, considerados em pior situação se comparados ao momento atual vivido pelo Brasil.

## Referências Bibliográficas

ABONG. **Um novo Marco Legal para as ONG's no Brasil – Fortalecendo a cidadania e a participação democrática.** São Paulo: 2007.

ABONG. **ONG's no Brasil – Perfil das Associadas à ABONG.** São Paulo: 2006.

ABUMANSUR, H. Helda Abumanssur: entrevista [out.2009]. Entrevistadores C. Lima e R. Fernandes. São Paulo: ABONG/SP. 2009. Gravador celular Nokia (50 min). Entrevista concedida exclusivamente para elaboração deste documento

BEIRED, J. **A função social dos intelectuais.** In: Aggio, A. Gramsci: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Fundação Editora da UNESP: 1998. p. 121-132.

CARVALHO, N. **Autogestão: o nascimento das ONG's.** 2<sup>o</sup> Ed. rev. São Paulo: editora brasiliense, 1995.

CASTRO, C. **A prática da pesquisa.** 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: editora Pearson Prentice Hall, 2006.

CAVALCANTI, M. **O Novo Papel das Organizações Comunitárias.** Caderno de Administração PUC SP; São Paulo, n. 3, p. 127-135, mar., 2000.

DRUCKER, P. **Administração em organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas.** 2<sup>a</sup> Ed. São Paulo: livraria pioneira editora, 1994.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 7ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1989.

LUIZ, J. **Por que as empresas morrem?**. Administradores.com.br O portal da administração. São Paulo: 2006. (Home Page <http://www.administradores.com.br/artigos/>).

LANDIM, L. **Para além do Mercado e do Estado? Filantropia e cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Núcleo de pesquisa / ISER, 1993.

LÖWY, M. **Por uma cultura da solidariedade e da esperança**. In: FÓRUM SOCIAL MUNDIAL, 3. Porto Alegre: Comitê Organizador, 23-28, jan. 2003. Anais... 373-376.

OLIVEIRA, F. **Intelectuais, conhecimento e espaço público**. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 24. Caxambu: ANPED, 7-11, out. 2001. Anais... 55-67.

PEREIRA, T. **O Não-Governamental em Questão: um estudo sobre o universo ABONG**. Rio de Janeiro: FASE, 2000.

RIFKIN, J. **Identidade e natureza do Terceiro Setor**. In: Encontro Ibero-Americano do Terceiro Setor, 3. Rio de Janeiro: GIFE, set. 1996. Anais... p. 13-23.

SEBRAE-SP. **10 anos de Monitoramento da Sobrevivência e Mortalidade de empresas**. São Paulo: 2008.

SEMERARO, G. **Tornar-se “dirigente”. O projeto de Gramsci no Mundo Globalizado**. In: Coutinho, C. Ler Gramsci, entender a realidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003. p. 261-273.

SILVA, E. **O Movimento Nacional pela Reforma Urbana e o Processo de Democratização do Planejamento Urbano no Brasil**. UFSCAR: 2003 Dissertação (Mestrado profissional em engenharia urbana) Disponível na internet: [http://www.oidc.org.br/oidc/img/img\\_downloads/O%20Movimento%20Nacional%20pela%20Reforma%20Urbana%20e%20o%20Processo%20de%20Democratiza%20E7%20E3o%20do%20Planejamento%20Urbano%20no%20Brasil.pdf](http://www.oidc.org.br/oidc/img/img_downloads/O%20Movimento%20Nacional%20pela%20Reforma%20Urbana%20e%20o%20Processo%20de%20Democratiza%20E7%20E3o%20do%20Planejamento%20Urbano%20no%20Brasil.pdf).

SILVA, O. **Pesquisa Atitudinal como Instrumento de Monitoramento Organizacional: O Caso da ABONG**. Unicamp: 2004 (citado em 31.03.2004) Dissertação (Mestrado profissional em engenharia mecânica) Disponível na internet: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000324127> .

TACHIZAWA, T. **Condicionantes na Criação de Negócios e a Contribuição das Incubadoras como Fator Inibidor da Mortalidade de Empresas**. Ciências Sociais em Perspectiva. São Paulo, v. 5, n. 9, p. 137-147, 2º sem., 2006.

TEODÓSIO, A. **Mitos do Voluntariado no Brasil: para além de boas intenções**. Integração – A revista Eletrônica do Terceiro Setor. São Paulo: FGVSP, 2004 (Home page [integracao.fgvsp.br/ano7/05/administrando.htm](http://integracao.fgvsp.br/ano7/05/administrando.htm))

VILUTIS, L. Luana Vilutis. entrevista [dez.2009]. Entrevistadores C. Lima e R. Fernandes. São Paulo: Instituto Paulo Freire/SP. 2009. Gravador celular Nokia (46 min). Entrevista concedida exclusivamente para elaboração deste documento.

WHITAKER, C. da Chico Whitaker: entrevista [nov.2009]. Entrevistadores C. Lima e R. Fernandes. São Paulo: ao telefone. 2009. Gravador celular Nokia (50:43 min). Entrevista concedida exclusivamente para elaboração deste documento.

### **Documentos pesquisados na ABONG (site)**

Estatuto e Carta de Princípios da ABONG. Disponível em: <http://www.abong.org.br>. Acesso em setembro de 2009.

Lista das associadas em 2009

Lista das associadas excluídas até 2009

Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) Disponível em: <http://www.abong.org.br>. Acesso em outubro de 2009.

Perfil das associadas da ABONG. Disponível em: <http://www.abong.org.br>. Acesso em setembro e outubro de 2009.

### **Documentos pesquisados na Internet sobre Ex-associadas**

ABRA - <http://www.reformaagraria.org/contato>. Acesso em setembro de 2009.

A.D.I - <http://www.intercomunicacao.net/adi/>. Acesso em setembro de 2009.

AGEN - [http://www.arquidiocese-sp.org.br/historia/historia\\_arquidiocese.htm](http://www.arquidiocese-sp.org.br/historia/historia_arquidiocese.htm). Acesso em setembro de 2009.

ANSUR -

[http://www.oidc.org.br/oidc/img/img\\_downloads/O%20Movimento%20Nacional%20pela%20Reforma%20Urbana%20e%20o%20Processo%20de%20Democratiza%20E7%E3o%20do%20Planejamento%20Urbano%20no%20Brasil.pdf](http://www.oidc.org.br/oidc/img/img_downloads/O%20Movimento%20Nacional%20pela%20Reforma%20Urbana%20e%20o%20Processo%20de%20Democratiza%20E7%E3o%20do%20Planejamento%20Urbano%20no%20Brasil.pdf). Acesso em outubro de 2009.

APTA - <http://www.apta.org.br/index>. Acesso em setembro de 2009.

ARES - [http://www.diarioweb.com.br/noticias/corpo\\_noticia.asp?](http://www.diarioweb.com.br/noticias/corpo_noticia.asp?) e, <http://saopaulo.entrei.net/empresa/associacao-riopretense-de-educacao-e-saupe-ares/953820.html>. Acesso em setembro de 2009.

ASSOCIAÇÃO PIRACEMA - <http://www.aids.gov.br/c-geral/ong/item14.htm>. Acesso em setembro de 2009.

CENTRO SANTO DIAS -

[http://www.espacoacademico.com.br/046/46res\\_wrossi.htm](http://www.espacoacademico.com.br/046/46res_wrossi.htm). Acesso em setembro de 2009.

CEDI -

[http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod\\_artigo=312&cod\\_boletim=17&tipo=Artigo](http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=312&cod_boletim=17&tipo=Artigo). Acesso em setembro de 2009.

ECOM - [http://www.condominiobiodiversidade.org.br/s\\_links\\_e.asp](http://www.condominiobiodiversidade.org.br/s_links_e.asp) e, GIRS: <http://www.meioambiente.org.br/>. Acesso em setembro de 2009.

FRANCO ROTELLI - [www.segs.com.br](http://www.segs.com.br). Acesso em setembro de 2009.

INCA -

[http://www.pt.org.br/porta1pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=79518&Itemid=233](http://www.pt.org.br/porta1pt/index.php?option=com_content&task=view&id=79518&Itemid=233). Acesso em setembro de 2009.

NATIVO DA NATIVIDADE -

<http://www.democraciasocialista.org.br/ds/index.php?option=content&task=view&id=491&Itemid=33>. Acesso em setembro de 2009.

REAP -

<http://www.ceep.org.br/index.php?q=node/view/34&PHPSESSID=tbymgxotz>. Acesso em setembro de 2009.

TIE - <http://www.tie-brasil.org/tie.php>. Acesso em setembro de 2009.

## Anexos

### Anexo I

#### Roteiro de entrevista aplicado na ABONG



#### FORMULÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO PROCESSOS

O roteiro abaixo tem por objetivo identificar o processo de exclusão de associadas da ABONG, identificar quais motivos podem levar a esse desligamento e quais controles são utilizados para o acompanhamento de processo.

**Nome do Entrevistado:**.....

**Campo de Atuação na ABONG:** .....

A) Principal motivo que leva as associadas a se aproximarem da ABONG:

.....  
 .....  
 .....

B) Qual o tempo médio de permanência de uma ONG nos quadros de associada da ABONG? .....

.....  
 .....  
 .....

C) Principal motivo que leva as associadas a saírem da ABONG?

.....  
 .....  
 .....

D) Como é feito atualmente o processo de exclusão de uma associada? E como era feito no início das atividades da Associação?

.....  
 .....  
 .....  
 .....  
 .....

E) Tempo médio para que o processo de exclusão esteja concluído?

.....  
.....  
.....

F) Qual setor acompanha esse processo e de que forma?

.....  
.....  
.....  
.....

G) Quais as principais dificuldades que a ABONG enfrenta ou enfrentou, desde o início de suas atividades, quanto à manutenção do quadro de associadas?

.....  
.....  
.....  
.....  
.....

H) As regionais da ABONG desempenham algum tipo de monitoramento das ONG's associadas quanto às suas atividades e projetos? Caso afirmativo, de que forma isto é feito?

.....  
.....  
.....

I) A ABONG desenvolve algum tipo de programa ou projeto de sustentabilidade direcionado exclusivamente às suas associadas?

.....  
.....  
.....  
.....

J) Como a ABONG percebe a atuação das ONG's associadas no que se refere às questões de planejamento estratégico, viabilidade econômica e sustentabilidade?.

.....  
.....  
.....  
.....

K) Para a ABONG, é possível destacar as principais diferenças de atuação da Associação do início das suas atividades em 1991 em comparação com o momento atual do Terceiro Setor?

.....  
.....  
.....  
.....

## Anexo II

### Roteiro de entrevista aplicado à ex-associadas da ABONG



### **FORMULÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE ONG'S**

O roteiro abaixo tem por objetivo traçar um perfil das ex-associadas ABONG – Regional São Paulo; saber qual ou quais motivos levaram ao seu desligamento da associação, bem como conhecer os fatores que conduziram à mortalidade ou conhecer os novos caminhos que foram trilhados pelas ONG's a partir dessa exclusão do quadro de associadas.

**Nome do Entrevistado:**.....

**Campo de Atuação na ONG:** .....

#### **1. Sobre a ONG**

L) Início das atividades e período de atuação:

.....

M) Qual a missão da ONG e seus objetivos?

.....  
 .....  
 .....  
 .....

N) Como surgiu a idéia de criar a ONG?

.....  
 .....  
 .....  
 .....

O) Houve algum tipo de planejamento para a abertura da ONG? Caso afirmativo, durante quanto tempo ele foi desenvolvido e por quem?

.....  
 .....

P) Quais foram as principais dificuldades que a ONG enfrentou ao longo da sua história?

.....  
 .....  
 .....

Q) Quem foram os principais parceiros ou apoiadores da ONG?

.....  
 .....  
 .....

R) Situação atual da ONG: ativa ou inativa? Poderia ter sido diferente? Explique.

.....  
 .....  
 .....

## 2. Sobre o entrevistado

S) Qual seu papel junto à ONG?

.....  
 .....  
 .....

T) Atividades que desempenhou na ONG e por quanto tempo:

.....  
 .....  
 .....

U) Fale sobre as atividades que desempenha atualmente. (Local, setor, período)

.....  
 .....  
 .....

## 3. Sobre a ABONG

V) Como a ONG ficou sabendo da ABONG? E porque resolveu se associar a ela?

.....  
 .....

W) Quais as expectativas quanto a essa associação? Elas foram supridas?

.....  
 .....

X) Por quanto tempo a ONG permaneceu como associada da ABONG?

.....  
 .....

Y) Motivo principal que fez com que a ONG deixasse de ser associada ABONG?

.....

Z) Como enxerga o papel da ABONG junto às associadas e frente ao Terceiro Setor?

.....  
 .....

### Anexo III

#### Roteiro de entrevista aplicado na Regional São Paulo da ABONG



### FORMULÁRIO PARA IDENTIFICAÇÃO DE PROCESSOS

O roteiro abaixo tem por objetivo identificar o processo de exclusão de associadas da ABONG, identificar quais motivos podem levar a esse desligamento e quais controles são utilizados para o acompanhamento de processo.

**Nome do Entrevistado:**.....

**Campo de Atuação na ABONG:** .....

A) Principal motivo que leva as associadas a se aproximarem da ABONG:

.....  
 .....  
 .....

B) Qual o papel da Regional em relação à ampliação do quadro de associadas da ABONG?

.....  
 .....  
 .....  
 .....

C) Principal motivo que leva as associadas a saírem da ABONG?

.....  
 .....  
 .....

D) Como é feito atualmente o processo de exclusão de uma associada? Qual o papel da Regional nesse processo?

.....  
 .....  
 .....  
 .....

E) Tempo médio para que o processo de exclusão esteja concluído?

.....  
 .....  
 .....

F) A Regional acompanha esse processo? De que forma?

.....  
.....  
.....  
.....  
.....

G) Quais as principais dificuldades que a Regional enfrenta ou enfrentou, desde o início de suas atividades, quanto à manutenção do quadro de associadas?

.....  
.....  
.....

H) A Regional desempenha algum tipo de monitoramento das ONG's associadas quanto às suas atividades e projetos? Caso afirmativo, de que forma isto é feito?

.....  
.....  
.....

I) A Regional desenvolve algum tipo de programa ou projeto de sustentabilidade direcionado exclusivamente às associadas pertencentes à sua região atendida?

.....  
.....  
.....

J) Qual o papel da Regional junto às associadas no que se refere às questões de planejamento estratégico, viabilidade econômica e sustentabilidade?

.....  
.....  
.....  
.....

K) Para a Regional, é possível destacar as principais diferenças da sua atuação no início das atividades da ABONG em 1991 em comparação com o momento atual do Terceiro Setor?

.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**Anexo IV**

<b>Ex – Associadas ABONG – Regional São Paulo</b>		
<b>ONG's</b>	<b>Nome</b>	<b>Missão / Objetivo</b>
<b>ABRA</b>	Associação Brasileira de Reforma Agrária	Novo Projeto de nação, democrático; desenvolvido e socialmente mais justo
<b>ADI</b>	Associação para Desenvolvimento da Intercomunicação	Mobilização popular nos processos constituintes
<b>AGEN</b>	Agência Ecumênica de Notícias	
<b>ANSUR / AÇÃO URBANA</b>	Associação Nacional do Solo Urbano	
<b>APTA</b>	Associação para Prevenção e Tratamento da Aids	Educação e saúde preventiva relacionadas à HIV e DST's
<b>ARES</b>	Associação Riopretense de Educação e Saúde	
<b>PIRACEMA</b>	Associação Piracema	Projeto "Resgate Metodológico na Prevenção" Instalação e manutenção de suporte administrativo
<b>SANTO DIAS</b>	Centro Santo Dias	Direitos Humanos (proteção aos perseguidos políticos)
<b>CEDI</b>	Centro Ecumênico de Divulgação e Informação	Pastoral e educação de populares, resistência à ditadura e construção de novas bases
<b>ECOM</b>	Ecologia & Comunicação	
<b>FRANCO ROTELLI</b>	Associação Franco Rotelli	Oficinas terapêuticas e cooperativas sociais
<b>INCA</b>	Instituto Cajamar	Formação política militantes PT
<b>NATIVO DA NATIVIDADE</b>	Fundação Nativo da Natividade	Formação política militantes PT
<b>RECONSTRUÇÃO</b>	Educação, Assessoria e Pesquisa	Escola de Trabalhadores
<b>TIE BRASIL</b>	Centro de Troca de Informações Transnacionais	Criar laços de comunicação e cooperação entre os trabalhadores e as suas org. sindicais. Democratização dos sindicatos.

## Anexo V

### Transcrição da entrevista com Helda Abumanssur da ABONG

Rose: Estamos dando andamento na monografia e temos modificações a fazer com a nossa orientadora, como as questões de terceiro setor, ONG's e tal. Nós estamos fazendo o perfil de associadas, ex-associadas, na verdade, ABONG. O trabalho quer falar sobre mortalidade e ONG's, como isso acontece. Fizemos um recorte de ex-associadas, para entender, nessa reunião, como é feito esse processo de desligamento e de aproximação. Como elas chegam e como vão? De início, gostaríamos de saber sobre o início do seu trabalho com a ABONG?

HA: Comecei como coordenadora do programa de desenvolvimento institucional em agosto de 2003 e em maio de 2006; Jorge Durão me pediu para ajudar e assumir o lugar e fazer algumas coisas e depois quando entrou a nova gestão ele pediu para continuar. Então é isso, que eu estou na ABONG já nessas duas funções: de coordenação do programa de desenvolvimento institucional, que é um projeto específico e como assessora de diretoria desde 2006.

Rose: então você está na ação junto à diretoria?

HA: sim, junto dessa diretoria que começou em novembro de 2006. Exatamente.

Cássia: Conta um pouco dessa parte de convívio com as associadas, PDI. Você deve ter convivido bastante, não é mesmo? Você teve que integrá-los?

HA: Então, o programa é muito diferente de outros, como ilustrar? Porque uma coisa é um desenvolvimento institucional. Diferentemente das associadas, tinha algumas atividades nacionais que restringe alguns debates nacionais a esse programa. Mas, a gente tinha um repasse semestral para os regionais, um apoio para algumas atividades, na articulação de algumas atividades nacionais com o PDI. Então ele tem

um foco, assim, de dupla forma de atuação, de implementação: a parte nacional, a parte dos regionais e algumas coisas em conjunto.

Cássia: Então o contato ABONG era freqüente com as associadas...

**HA**: Exato. Entrava muito em contato com os regionais, com as direções dos regionais. A ABONG tem 8 regionais com o seu funcionamento

Cássia: Ela já nasceu com essa formação, não é mesmo? Quer dizer, menos 3.

**HA**: Ela nasce como o formato que era: direções nacionais; mas não tinha caráter regional.

Cássia: O que você acha do termo mortalidade de ONG's? Acredita ser pertinente?

**HA**: Parece uma rescisão da organização. A mesma coisa é você chegar num ponto em que muito das nossas organizações não aceitam redes públicas: federal, municipal ou estadual. Não tem como um critério. Isso pode significar em algum momento que elas acabam fechando se não conseguirem outro tipo de acordo. E elas vão ter que decidir se acham melhor abrir mão desse critério e continuar e que forma continuar. Elas podem decidir que não vão abrir mão desse critério. Não tem recurso. É melhor fechar. E aí assim, morte talvez passe a sensação que não tem outro jeito, não é? A gente não tem preço. O dia que eu descobrir o que fazer com a minha morte, eu vou ficar muito feliz.

Cássia: Mortalidade remete a alguma coisa negativa? Mórbida? O termo mortalidade vem do segundo setor.

**HA**: É. Nas empresas tem muito.

(interrupção para atendimento de uma ligação particular)

**HA**: Para a ONG não é uma coisa forçada necessariamente. Ela pode optar por isso. Não estou dizendo que é fácil ou bom. Não é simplesmente uma coisa que ela não tem apoio. Ela tem que medir que não vai a recurso público por conta em pensar

em terminar. Agora, tem muitas terminando por falta de recursos. Tem muitas fechando por..., se esforçando..., se debatendo por causa.

Cássia: Vocês possuem algum levantamento disso? Falando mais sobre o processo dentro da ABONG, a parte de desfiliação?

HA: então; desfiliação não se dá só por causa disto; por conta própria. Tem “n” razões para haver desfiliação. Então, a gente tem um controle. A gente pode ter se quiser. É, estamos tentando. Foi apresentada a listagem de filiação, fechada, não é? Naquele período e tal na assembléia. Mas em 2006 a gente não fez isso! Não há uma preocupação com isso. Quando a gente faz o perfil das associadas, a pesquisa, chamada de Sob Perfil, a gente costuma ter uma idéia mais clara de como estão todas as coisas! Então, algumas vezes, você identifica e fica sabendo que a organização fechou. Ela não participa das regionais. Não tem obrigatoriedade de participação do regional. Não existe conferência de presença. Não existe. Têm associados que são da ABONG, mas naquele momento não estão envolvidos, não estão participando de tudo. Então a gente não sabe por que necessariamente, quando é que fecha, por mortalidade, vamos falar assim.

Cássia: na verdade, não é um processo! Vocês fizeram apenas em 2003, mas não é um processo que vocês estão se preocupando, certo? Tem outras preocupações...

HA: é. Assim de ter uma lista de identificar o porquê, quais foram os motivos, não. A gente tem um quadro, a gente tem das dificuldades de sustentabilidade.

Cássia: Podemos falar um pouco sobre a parte da entrada? Como a associada se aproxima da ABONG?

HA: é via regional.

Cássia: via regional?

HA: via regional. A indicação é que o regional deve apresentar a nova associada, uma organização para se associar, na reunião do conselho diretor que acontece três

vezes no ano. Então, está ok, aquela organização? Ele traz a carta de apresentação de duas outras organizações. O regional apresenta aquela organização; já deve ter passado no regional por um processo de aprovação, do regional e vem para o conselho diretor referendar ou não. Quem referenda última instância é o conselho diretor. Última, última instância, é a assembléia. Então, chegar à assembléia, agora no ano que vem, a gente tem que ter a lista de todos os associados que foram indicados nessa gestão (2006 – 2009) e ela vai referendar. Já foram aprovados, já estão participando da vida institucional, mas ela foi referendada na assembléia. Assim como o histórico de desfiliações, a gente pode até fazer ou receber um pedido de desfiliação, mas vai ser oficializado na assembléia.

Cássia: Então o papel do regional é de indicar as ONG's?

HA: é. Através deles. Ou, eles fazem um “certo” trabalho; eles é que tem que receber e mobilizar as associadas.

Cássia: Elas não vêm direto à ABONG. É feito através dessas regionais.

HA: não! Quando elas vêm diretamente para cá, e acontece, e quer se associar; qual é o seu estado? Onde você está? Olha no site, que tem e-mail. Aí ela vai ligar para aquelas pessoas; vai perguntar quais atividades tem. Alguns regionais estabeleceram regras: você precisa participar durante um tempo. Entendeu? Não basta chegar lá e dizer: eu quero participar.

Cássia: Tem que acompanhar esse processo.

HA: Durante um tempo sacar bem o que é a associação? Como ela funciona? Saber se realmente vai fazer parte daquilo! Algumas regionais têm esse critério. Isso não é estatutário. A gente não faz esse tipo de controle. Não há estatutariamente esse nível de controle, mas alguns regionais definiram...

Rose: Qual a forma de trabalhar com as regionais? A ABONG determina para as regionais um parâmetro ou meta, algo assim? Ou não?

**HA:** não, não. Não tem problema nenhum.

**Rose:** (as regionais) não tem uma pendência?

**HA:** não, não.

**Cássia:** Sobre o número total de associadas, atualmente, são 274? Mas ou menos isso?

**HA:** quase 280.

**Cássia:** A ABONG tem duzentas e oitenta. A FASFIL, agora, apresenta um número de 333 mil? Como vocês enxergam este número em relação ao número de associadas hoje em todo o Brasil?

**HA:** a FASFIL vem enquadrada dentro da figura jurídica: associações e fundações sem fins lucrativos. Esse é um mundo que inclui; você quer ter uma idéia; a PUC, o Mackenzie, a Santa Casa, a FGV...

**Marta:** Os clubes.

**HA:** por exemplo: associações médicas que tem convênio. A Golden Cross durante muitos anos foi; para a surpresa de todo mundo. Então é assim, a gente não vê problema nenhum de ser um pequeno campo no meio disso tudo, porque realmente a gente não se identifica: cooperativas. Todo mundo ali debaixo desse enorme guarda-chuva! Muito diversificado; muito variado: de tamanho, de porte, de objetivo e tal. A ABONG não pretende absolutamente ser representante...

**Cássia:** nem absorver todo esse universo?

**HA:** nem absorver tudo isso! A gente é a associação que reúne ONG's que trabalham com a questão de direitos humanos, justiça, meio ambiente, que tenham foco com questões estruturais da sociedade. Então por exemplo: a preocupação com a assistência ou tipo, atendimento direto ao público; até muitas associadas

fazem, mas esse não é o foco desta. Então independe; aí o projeto de políticas públicas, na questão de convênio das ações: etnia, gênero, credo. Muito das nossas associadas, tão historicamente ligadas aos movimentos sociais e a luta pela questão de gênero e agora a questão racial. Por exemplo: na gestão anterior, as associadas que estariam no movimento negro, ligadas ao movimento negro, No entanto foi identificado como um avanço o fato que entre um período e outro nós tivemos uma avanço significativo desse número de associadas, porque a gente se interessa! É uma ordem de organização matemática que tem haver com os princípios da ABONG.

Cássia: E quais foram esses princípios?

Marta: Inclusive para se associar a ABONG. Elas têm de estar de acordo com a carta de princípios da ABONG.

Cássia: Imaginamos também que mesmo em direitos e questões estruturais não são foco em 280?

HA: não existe esse tipo de trabalho. E nem só organizações não governamentais trabalham com isso, com esse critério. Aí muitos deles são obrigados a respeitar. Tem fóruns. Então na ABONG existe um conceito; que é o conceito de campo político. Então a ABONG se fortalece e é fortalecida. Se fortalece e fortalece um campo político mais amplo! Integra esse campo político mais amplo. Não necessariamente precisa estar associado a ela, mas luta junto em outras instâncias.

Cássia: Sim, é o que acontece?

HA: Agora há um debate forte sobre isso. Existem posições diferentes dentro da associação. Isto é normal. É uma entidade de posições no conselho diretor sobre: devemos sentar e pedir posições para; de fazer uma mesa generalizada; cuidando desse “perguntar”: o porquê sim e o porquê não. Esse é um debate. Daí veio a questão da carta de princípios, da questão estrutural. E também que tudo deve refletir o debate e o consenso que a gente vai chegar na assembléia sobre essa que é uma das questões maior. O debate também. Maior democracia interna. E também

quando se amplia como você garante a participação, a discussão, os encaminhamentos, posições políticas. Então é um equilíbrio bem difícil de fazer

Rose: pelo o que você disse, também já existe essa discussão da presença, estrutura de regionais, de atuação, não é mesmo?

HA: é. Isso tudo são debates internos, viu gente. É absolutamente. É importante isso, porque a câmara predial avalia os impactos de estudos éticos. Eles são debates, acabei de passar hoje os temas À medida que são debatidas profundamente essas questões e colocadas.

HA: que se referem às questões de pertencimento! O sentimento de pertencimento que a associada tem; de compromisso com a associação e de envolvimento com o trabalho, não é! Qual é o significado de fazer parte da ABONG ou não para ela? Então eu acho que quando a gente fala em desenvolvimento sustentado aparece uma vez por ano tem cobrança de anuidade. Em ano de assembléia, não pagar anuidade demonstra com o anterior atestado significa não poder participar da assembléia, votar! Participatória, eu quero votar. Então é assim, sempre aparece isso! Aparece isso, porque se tem equação de gente muito envolvida na vida institucional, nas regionais.

HA: a vida tem, quer continuar com ONG como associação. ABONG hoje tem um peso. Paga, mas não quer participar no sentido de que a gente entende de envolvimento, de convivência, de responsabilidade, de compromisso, de enfim... Tem quem.. Nas mais diferentes situações mesmo. Então, a dificuldade eu acho que é essa clareza mesmo! Para as associadas, do significado. Mesmo sendo uma associação pequena, acaba tendo uma ampliação de quadro. Muitas vezes as organizações que não vieram com uma idéia, e vieram outra coisa ou então tem essa coisa de só entende, ou trata disso como trata de outras questões. Então, vou ser associada ali; consegui. E agora me interessa só dessa forma, o envolvimento com a ABONG. Perfeito? Então, essa é a grande dificuldade eu acho. Não sei se está muito claro.

Cássia: Deixa ver se eu entendi: essa parte de pertencimento da ABONG, não é?

**HA:** é. De clareza do significado. Por exemplo: o que vocês oferecem? Muita gente liga aqui e fala: o que vocês oferecem?

**Marta:** é. Qual é a vantagem?

**HA:** qual é a vantagem?

**Cássia:** porque as outras (associações), do segundo setor, são assim, não é? Oferecem alguma coisa!

**HA:** eles preferem fazer parte de um clube. Preferem: o que? pelo o quê?, não é? Exatamente.

Marta: um clube...

**HA:** então um clube, tubo bem! Você até não querer ou estar na administração. Tem algumas pessoas que levam e tal, mas você quer aproveitar aquelas vantagens, então você pega e as paga e tudo bem. Não é um problema para o clube, social. Aqui não. No momento, é suado, é esforçado. Tem coisas muito importantes para fazer com ele. Então seja político, o que ele é e se tem um sentido. Enfim, essa associação não oferece serviços tradicionais a ela? Ou esse sentido está compreendido, ou você não vai ter! Você não tem esse envolvimento. Então a gente tem essa dificuldade dessas duas ordens: da clareza do significado e da questão de recurso mesmo. De não ter recurso. Agora, eu acho também que a gente tem que considerar.

**Cássia:** vocês trabalham como? Essa é uma dificuldade: o que vocês vão me dar?! Olha, eu sou aqui uma ONG...

**HA:** a gente explica o que a gente é. Peço para ler o estatuto. Peço para ler a carta de princípios. A gente não é uma organização de serviço. Se você quer integrar, tem que ter clareza do significado político de estar integrado à ABONG, que luta pelas perspectivas que a agente tem.

**HA:** Vira e mexe precisa, volta a fazer. Nas regionais ele acontece, mandando a apelação para o conselho diretor. Na assembléia, ele retorna. Com certeza. Então, eu acho que essa é uma questão permanente. O que aparece, por exemplo, isso é o que eu estava lembrando, numa das falas mais comuns: o que a ABONG isso, a ABONG aquilo, que é uma fala de alguém que está ausente, não é! Como se a ABONG você alguma coisa externa e a ABONG são todas as associadas. Uma associada teoricamente não deveria dizer: a ABONG fez tal coisa. Não. Eu sou parte da ABONG! Aquele posicionamento e aquele investimento: é a ABONG que está fazendo. Agente fala que... Como uma associação do tipo que a gente é; que é diferente dessa do setor público. E a gente trabalha, sei lá. Tem os nossos jornais quinzenais.

**HA:** Mas a gente tem aqui, por exemplo: o tipo de áreas que interessa a ela. Como o terceiro setor se concentra, a gente socializa. Materiais...

**Cássia:** o fórum também, seminários, não é?

**HA:** isso. É. A gente promove seminários...

**Rose:** e também tem tudo a ver com aquele: ajudando a realizar! Certo?

**HA:** exatamente.

**Marta:** uma coisa do pertencimento: acho que é trabalhar as ONG's com os regionais! Questão mais de aproximação. Aí uma pergunta: essa avaliação do PDI, que vai ser, também, vai entrar essa coisa de pertencimento?

**HA:** ela (Marta) pode fazer perguntas?

**Rose:** pode. Pode sim!

**Cássia:** ela também vai colocar no trabalho dela. A pergunta dela está na questão aqui, olha! (risos)

Marta: eu vi hoje a avaliação do PDI, que conta um pouco como é a relação das associadas com o regional e conta os anos também com a questão do pertencimento. Acho que o fato delas participarem e não participarem, também tem a ver com o que elas se sentem: pertencerem ou não.

Cássia: isso também não poderia ser um dos motivos de saída da associada?

HA: não. Pode ser. Mas muito daquilo que eu falei de expectativa, não é? Já teve gente que... Não. Já tivemos algumas que disseram que não fazia mais sentido de participar e teve gente que participou no começo, por exemplo, como organização fundadora; mas veio como um peso. Não porque queria... Era uma associação do tipo das organizações que a gente articula, mas porque dava para a fundação da ABONG, um peso. Fazer parte dessa rotina. Porque não tem sentido para o tipo de organização que nós somos. Então com o tempo, existe esse tipo de coisa. Agora, a avaliação vai pegar, vai tentar identificar mesmo esse sentimento de pertencimento, embasamento, de articulação via as regionais.

Cássia: sobre as regionais... Existe essa visão de outra estrutura?

HA: ah, Ter GP, por exemplo. Você tem um corpo diretivo nacional, que tem que ter a clareza de como seria... Existe uma forma de que chamamos uma academia, eu acho que pudesse ser interessante. Mas de qualquer forma, a esses GP's poderia se juntar associadas..

Cássia: para vida inteira...

HA: para a vida inteira. E a forma de trabalhar seria um e-mail, seria ritual, se reuniriam algumas vezes e tem um acento de alguma forma.

Marta: me parece.. Até mais democrático. Simula também, não é? Mais...

HA: exato. E mais participativo também. Agora a discussão da questão corporativa, que essa coisa de serviço, ela está em pauta também. Então, a afirmação de que

não somos absolutamente corporativistas, no sentido de perder e atender a um interesse desse grupo especificamente...

Cássia: vocês tem uma posição quanto a isso... sobre, por exemplo, aborto...

HA: tem. Aqui é a favor do aborto. Todas as pessoas que tenho visto. A gente está, inclusive na primeira jornada pelo direito ao aborto. A ABONG faz parte.

Marta: tem a questão de super posições.

Cássia: então aquela ONG que é a favor e até faz movimento contra o aborto, não pode estar na ABONG.

HA: ela não deve. Ela provavelmente não luta pelo valor pela ABONG, porque a questão do aborto é uma questão... Evidentemente, entre as nossas associadas tem, podem não estar. Por exemplo: o CEDI, O CEDI no sul não é uma organização ligada formalmente à estrutura religiosa, mas é.

HA: origem do debate mesmo, mas que tem algumas posições de dúvida ou não é um tema que eles estão na luta contra ou a favor. Eles estão mesmo e enquanto está na direção da ABONG, eles vão seguir também.

Cássia: interessante...

HA: não sei se você entende. Cito um exemplo: deu início a uma organização, assim como muitas nossas de base tem origem. Mas enquanto a associação está fechada para posição. Assim como uma feminista tem que engolir um ou, outras coisas, que ela talvez não.

Rose: não está dentro da visão dela...

Cássia porque a Marta é feminista!

HA: ela é feminista! (risos)

Cássia: falando mais sobre os motivos da saída poderia ser a parte...

**HA**: era a visibilidade! Portanto, que captar recursos a partir dessa questão. Porque não tem sentido... Como a gente melhora a capacidade das organizações de desenvolver mesmo a clareza da percepção da sociedade em relação ao seu trabalho e a legitimidade dela, a importância dela. Isso tudo tem a ver com credibilidade, legitimidade, visibilidade. Então o programa tem todo um foco no que a gente chama de desenvolvimento sustentável por inteiro. E é a organização e o seu papel na sociedade. Muito mais compreendido, com muito mais força. A questão gerencial, ela tem um lugar também, mas tradicionalmente o programa de desenvolvimento institucional tinha esse foco que a gente chamava operacional ou gerencial. A gente chamava de DI e DO. Desenvolvimento institucional e Desenvolvimento operacional.

**HA**: ela junta em uma única coisa: se chama desenvolvimento institucional. Ou uma organização se fortalece politicamente, estrategicamente na sociedade, e também gerencialmente. Ou também ela não. Ela pode ter dinheiro e fazer um monte de coisa e sua missão institucional está perdida. Ou a organização também. Uma outra coisa é que há um debate grande que a gente fazia. Faz ainda. Mas teve um período mais forte. É que era o debate sobre a própria afinidade, vamos chamar assim, entre o que você faz gerencialmente e o que você faz politicamente.

Cássia: muito interessante isso.

**HA**: então você não, a gente, você foi recebendo e engolindo muito instrumento e a forma de gerenciar das empresas. A coisa de uma empresa está visando lucro que a meta é essa, essa e essa. Aqui a gente não é a mesma coisa. Então o tipo de gestão deve ser aproveitado, mas tem que ser adaptado; porque não é a mesma coisa. A meta não é igual, a forma de medir, o resultado não pode ser igual. Eu não estou tratando com número, estou tratando com vidas. Não estou querendo vender um produto, estou querendo mudar a cultura da sociedade, mudar uma estrutura. Muitas vezes lutando contra uma forma da sociedade que já está. Por exemplo: a questão racial ou a questão mais radical a questão dos direitos de sexualidade. Não

é fácil trabalhar com isso, não vem querer meta para isso, entendeu?! Divulgar para conseguir, uma época, para ir para a Bahia, principalmente na recente captação de recursos de esporte pela forma de impacto da coisa. Então a gente tem algumas ações nesse sentido mais gerencial, temos que transformar mais em redações; mas sempre impregnada desse debate político de: quem somos nós?

Cássia: só mais uma pergunta. Conversei com algumas ex-associadas e eles falam que estão um pouco... Hoje tem associação de monte. Como falamos da FASFIL... E eles falam, elogiam a parte da ABONG; porque a ABONG não queria, estou tentando buscar a palavra da pessoa, ela (ABONG) não queria ficar no lugar do governo. Ela não quer fazer o papel do governo, não é mesmo?

HA: que a luta era mais clara nesse sentido. Evidentemente, eu estou falando do tempo que a ABONG... A gente fazia um debate de que você fazia ações democráticas. Quando você desenvolve, por exemplo, trabalho com a estrutura familiar com determinados agricultores. É no sentido de experimentar uma forma de atuação. É vital que possam ser demonstrativos de como políticas públicas devem ser criadas para essa questão específica. Mesma coisa, a quilombola, mesma coisa com os indígenas hoje. Então, a gente chama de ações democráticas. E aí, você tem evidentemente um investimento a ser feito aí e depois um investimento para transformar tudo em política pública. O melhor evento que a gente tem é o movimento da saúde. No Brasil, temos essa passagem do movimento.

HA: você pode fazer, mas parte da articulação e da mobilização da sociedade; o movimento, principalmente a geração da área; é uma questão da sociedade

## Anexo VI

### Transcrição da entrevista com a Chico Whitaker da ADI

Cássia: bem, vou explicar um pouco qual é o nosso trabalho.

CW: pois não!

Cássia: fizemos o curso de gestão de projetos sociais em organizações não governamentais na PUC. Somos do primeiro grupo que fez curso lá. E agora, estamos para entregar nossa monografia. Tanto eu quanto a Rose, não trabalhamos no terceiro setor. Viemos do segundo setor e esse curso foi até um interesse para que a gente faça...

CW: o que é o segundo setor? O que é? Governo?

Cássia: é o mercado. Eu vim de empresas privadas

Rose: empresas, não é?

Cássia: Isso, empresas.

CW: sei.

Cássia: de corporações!

CW: sei. Sei.

Cássia: Para essa monografia, fomos conhecer o pessoal da ABONG. A idéia inicial era verificar qual o papel da ABONG junto às suas representadas, junto às associadas. Só que achamos um trabalho já bem desenvolvido, da Tatiana Pereira.

CW: ah, certo.

**CW**: inclusive ela era do colegiado nacional da ABONG, não é?

**Rose**: isso mesmo.

**Cássia**: bom; aí na verdade, o nosso tema meio que se “esvaziou” e pesquisando um pouco mais os trabalhos e a ABONG, percebemos as (associadas) desfiliadas. Surgiu uma curiosidade, porque no arquivo ABONG constava que muitas tinham fechado. Resolvemos pesquisar, já que e a gente, por ter trabalhado no segundo setor, já ouvíamos muito sobre mortalidade das empresas. Pela nossa investigação inicial, já vimos que não é bem assim, não!

**Rose**: é. Estamos tentando saber um pouco mais como é esse processo. Na verdade, para nós, agora, está se configurando não como mortalidade, mas há aí, talvez, uma transformação, um novo caminho; um novo olhar, buscamos traçar como esse movimento acontece.

**Cássia**: para começar nossa conversa, Chico, eu queria saber um pouco da história da ADI, certo? Porque chegamos até você pela ADI. Você tem uma história própria. A gente sabe disso.., mas a gente queria falar com você um pouco sobre a ADI. Como você se associou (ABONG)?

**CW**: sei. Eu te dou o quadro então. Ela (ADI) foi fundada há mais ou menos... Mais de 20 há quase 30 anos. Fundada em torno de 1984, me parece. 25 anos atrás. Ela foi criada... Houve um projeto internacional que funcionou com sede na França, de 1975 a 1981, que chamava Jornadas Internacionais por uma Sociedade Superando as Dominações. E eram uns projetos lançados pela CNBB aqui no Brasil com apoio de outras cinco conferências de outros países. Esse projeto em preparar um grande encontro mundial em torno dos direitos humanos. Só que a idéia era trabalhar especificamente a questão das diferentes formas de opressão e de dominação e das diferentes maneiras pelas quais as pessoas tentam sair da opressão. E o projeto consistia em fazer uma intercomunicação de experiências. Durou 4 a 5 anos coletando, pedindo a pessoas do mundo todo que relatassem; os relatos a gente chamava de estudos de casos; relatassem a sua experiência. Tinha algumas regras, por exemplo: tinha que ser um relato curto, 4 a 5 páginas; tinha que ser contado

pelos próprios atores da experiência; tinha que ser uma situação de dominação e opressão estrutural e não pessoal e não podia fazer propaganda de meios violentos para superar a opressão. Com essas regras, o escritório que existia lá em Paris, ele trazia em quatro línguas e re-mandava para todo mundo que entrou nesse processo. Isso começou em 75 / 76, praticamente depois foi agregando outros textos, que eram distribuídos e pegou um ritmo muito grande. Alcançou 90 países do mundo todo e um montão de gente recebia isso. Entendeu?

Cássia: ok!

CW: e criou um processo de intercomunicação, exatamente. Quando chegou em 81 / 82. 1980, eu tava lá na França e trabalhava nesse projeto junto com a minha mulher, inclusive com a Estela e nessa altura lá na França, nós achamos que o projeto deveria ser descentralizado. Devia de ter um, somente um escritório de um país que fazia todo o trabalho de recepção dos documentos, tradução e envio. Ele deveria ter escritórios regionais. Então, nós, a partir das pessoas que vinham participando, nós propusemos a criação do escritório regional na Índia, escritório regional na França, obviamente, um escritório regional nos Estados Unidos e um escritório regional no Brasil. Temos quatro países que nós. O Brasil se encarregaria da América Latina. Estados Unidos dos países de língua inglesa. Índia se encarregaria da Ásia e a França da Europa e África, etc. Era essa a idéia. Nós, nessa altura, nessa fase desse projeto, eu e minha mulher pudemos voltar para o Brasil. Foi a anistia, já tinha ocorrido a anistia. Já tínhamos estado aqui uma vez, então pudemos nos transferir de volta ao Brasil e assumi aqui; estávamos encarregados com outros do escritório de Paris. Pudemos assumir aqui da América Latina em São Paulo. Então, nós nos instalamos na PUC, no Instituto de Estudos Especiais e daquele tempo, o vice-reitor pedagógico <sup>1</sup> da PUC era Dom Cândido Padim; alguma coisa desse tipo. Não sei que tipo de posição ele tinha. Foi nos cedido um espaço lá no IES (Instituto de Estudos Sociais). Inclusive existe até hoje, não é?

Rose: sim, existe!

---

<sup>1</sup> Nota das autoras: Dom Cândido Padim ocupava o cargo de vice-reitor comunitário.

**CW:** para instalar o escritório regional desse projeto, e nós nos encarregamos de fazer, naquela altura, a gente não só fazia boletins desses estudos de casos, mas também o boletim de notas e notícias que a gente chamava. E a gente trouxe da França todo o repertório de endereço dos países de língua espanhola e portuguesa e passamos a fazer esses boletins, que a gente fazia, nessas duas línguas e a redistribuir. Além disso, nós começamos nesse escritório a promover outras atividades: seminários, coisas desse tipo. Um dos seminários que logo promovemos, foi um seminário sobre a questão da divisão. Então, como é que as organizações que lutam contra a opressão, alguma coisa, digamos dos oprimidos, elas tem a tendência de dividir. A se enfrentar umas com as outras e a se dividir e a competir e mesmo a se enfrentar mesmo. E fizemos um seminário sobre a, o que leva as entidades dessa forma, as organizações, sejam ONG's, sejam partidos, seja movimentos sociais; todos os tipos de organizações da sociedade civil a se dividirem. O que evidentemente, para a alegria dos dominantes, que quanto mais dividirem os dominados melhor e segurança eles tem, não é?

**Cássia:** lógico.

**CW:** então, isso é para dar um exemplo de um dos estudos que nós... Nós não tínhamos muita, digamos muita... Nós não tínhamos, não me lembro agora de muita outra coisa. Estamos inclusive querendo até escrever um texto sobre essa experiência toda. Entendeu? Desde a experiência Jornadas lá na França até toda a história da ADI aqui. Até agora, até os dias de hoje.

Rose: interessante.

**CW:** então quando chegou por volta de 83 e 84, inclusive por uma questão de ter uma personalidade jurídica, para poder, porque era um grupo de voluntários que fazia tudo isso. A gente conseguia cada um conseguia ser pagos de diferentes maneiras; mas o nosso escritório funcionava entre em torno de voluntários: um grupo de 10, 12 a 15 pessoas que davam o seu tempo para aquilo funcionar. E aí, nos achamos que deveríamos ter uma estrutura jurídica que pudéssemos contratar gente e que pudéssemos inclusive receber recursos que fossem dados pelo trabalho

que a gente fazia. Foi nessa altura que nós resolvemos criar a ADI. Então nós criamos uma associação e pegamos a grande proposta do projeto internacional que era a idéia da intercomunicação. E por isso dissemos: vamos fazer o desenvolvimento da intercomunicação. Criar mecanismos de diferentes tipos para intercomunicar. E já por de trás disso tudo, já havia uma proposta, que já tinha nascido nos anos 70 e tava avançando bem, que era a proposta da organização em redes. A organização horizontal em redes. Então nós tínhamos a intercomunicação e as redes, como um substrato teórico, digamos, por trás da atividade. E nós criamos, então, essa associação em 84, me parece, não tenho certeza absoluta, mas acho que foi isso, que se instalou e continuou instalada lá no Instituto de Estudos Sociais. Dali para adiante, ela teve uma série de outras solicitações. A primeira grande solicitação foi exatamente em 83, portanto um pouco antes da sua criação, já houve essa solicitação. Houve uma grande situação de desemprego aqui em São Paulo. Foi a primeira vez que o número de desemprego subiu de 1 milhão e foi uma espécie de susto geral, inclusive porque foi uma crise econômica que se instalou naquele momento. Levou a coisa muito trágica de gente que se suicidaram, etc, etc. Isso criou na opinião pública um grande impacto com o nível de desemprego que se chegou em São Paulo. Aí então, três constituições religiosas: a católica, a espírita e a igreja evangélica, que se reuniram e fizeram uma associação: a Associação Paulista de Solidariedade no Desemprego e assumiu a tarefa de captar junto à sociedade recursos que eram distribuídos a desempregados que se organizassem em grupos de solidariedade. Tinham todo um mecanismo, existem até teses na PUC sobre isso aí. Teses ou pelo menos monografia sobre esse trabalho que durou de 84 até 87, por aí 88 e que estimulou a criação de mais de 300 grupos de solidariedade na cidade de São Paulo e um repasse de muitos recursos para esses grupos. Não cobria evidentemente todas as necessidades. Davam um salário mínimo para x número, era distribuído, que era distribuído, digamos, proporcionalmente ao número de desempregados, de família desempregadas que existiam nos grupos. Os grupos reuniam não somente desempregados, como empregados. Eram grupos de solidariedade, como se chamavam. E ADI começou, então a ajudar essa associação. Como ela começou a ajudar? Ela começou a ajudar na intercomunicação entre grupos de solidariedade de desemprego. Então ela inventou uma publicação, chamada Intercarta, e que a gente publicava todas as experiências que esses grupos tinham para eles, digamos, trocaram experiências através desse boletim. Era

um boletim mensal. A gente usou isso, na mesma filosofia, nas Jornadas Internacionais, que funcionava em Paris. A gente recebia os documentos e não editava, não transformava, não modificava, não diminuía. Publicava *ipsis litteris* o que as pessoas tinham mandado. Quando elas mandavam coisas grandes demais, a gente devolvia e pedia para eles diminuírem para o tamanho adequado. E a gente publicava sem hierarquia, sem nada, na ordem que os documentos chegavam e não tinham jornalzinho referente a Intercarta, não tinha editorial e não diretores, ou seja, nós realmente passamos a facilitadores da intercomunicação. Não queríamos fazer comunicação, mas sim intercomunicação. Essa foi a primeira experiência que a ADI assumiu um papel auxiliar e ela funcionou nessa altura, ela já, não me lembro bem onde é que nós, já tínhamos arrumado uma sede. Nós tivemos 3 a 4 sedes aqui em São Paulo. Casas e salas que a gente alugava.

**CW:** a experiência seguinte já foi por volta de, começou pouco e quase junto com essa, essa foi de 83 até 88, a experiência seguinte foi o Plenário Pró Participação Popular na Constituinte. E que, era uma organização das pessoas que começaram a apresentar emendas para o projeto de Constituição, ainda nos anos da constituinte de 86 / 89 / 88. E a ADI funcionou, prestou um serviço para esse plenário, publicando seu boletim. Um boletim. Sempre o mesmo princípio da intercomunicação. Era boletins que publicavam o que os participantes, os membros dessa rede de plenário pelo Brasil todo, fizeram parte desse plenário. Além do boletim, quando saíam do regimento interno da constituinte a possibilidade com 30 mil assinaturas, apresentavam a emenda popular à Constituição, nós inventamos uma publicação chamada Intercartas cidadão 30 mil, porque precisava 30 mil assinaturas para apresentar essas emendas. Então, isso tocou, foi essa atividade da ADI. Em seguida, a ADI continuou dando uma mão, quando as constituições estaduais a se organizar. Constituintes estaduais, depois Constituintes municipais. Nessa altura, nas constituintes municipais, eu tinha sido eleito vereador. Então eu saí um pouco disso, o grupo continuou a ADI, dando apoio para o plenário com a participação popular municipal para fazer a ajuda de intercomunicação para elaboração da Constituinte do municipal. A etapa seguinte; a fase seguinte, a ADI descobriu na França uma experiência de redes de troca de saberes. Redes de Trocas de Saberes. Então, ela montou aqui em São Paulo, já estava na terceira série dela coisa que o valha. Ela montou um sistema das pessoas que tinham coisas

a ensinar pudessem ensiná-las para quem quisessem saber, ou seja, cursos, oferecimento de saber. E nós chamamos isso, naquela época, antes de chamar de Redes de Troca de Saberes. Deixa voltar um pouquinho, antes das Redes de Troca de Saberes, nós montamos isso que eu estou dizendo agora, que chamamos de Universidade Mútua. Eu estou me confundindo um pouquinho, porque a Universidade Mútua significa que já estamos nas Redes de Trocas de Saberes. Antes, nós começamos com a oferta de cursos e a gente publicava um catálogo: oferta de cursos. Depois, facilitava a realização desse curso lá na nossa sede, tinha um lugar que o pessoal ia e podia dar os cursos. Os interessados se inscreviam, todo gratuito, evidentemente, tudo na base de voluntariado. A lei ajudou isso. Quando veio a idéia das Redes de Troca de Saberes, que é não somente ensinar, mas também todos ensinam e todos aprendem. Então é uma troca de saberes, na perspectiva um pouco Paulo Freire. Todo mundo tem o que ensinar e todo mundo tem o que aprender. Foi aí que nós inventamos a Universidade Mútua, que foi um sistema desse tipo. Era um local que as pessoas ensinavam a cozinhar, outros ensinavam informática, outros ensinavam dança, o que fosse. Havia grupos que iam aprender e devolviam aquilo que eles aprendiam ensinando alguma outra coisa. Essa foi uma fase importante da ADI. Depois disso, já um pouco por conta da minha experiência na Câmara Municipal, nós começamos, eu lancei, enquanto meu grupo de pessoas conhecidas, lançamos, o que chamamos de Grupo de Acompanhamento Legislativo. Que nós identificamos que o grande problema do Legislativo, principalmente, quando se faz, é a falta de controle social de tudo que eles faziam. Então nós inventamos a proposta e começamos a divulgar isso no Estado inteiro e no Brasil todo e ADI começou a ajudar organizando seminários e encontros dos grupos que existiam pelo Brasil a fora. A Vera organizou vários seminários aqui em São Paulo, reunindo muita gente. Foi mais ou menos essa época, um pouquinho mais por adiante, um pouquinho, nós lançamos uma rede chamada Redes de Reflexão Política Livre. A chamada Rede Política, que visava também uma nova forma de fazer política. A ADI sempre, o grupo de pessoas que tocava essa associação, sempre dava uma ajuda, um apoio a essas iniciativas, facilitando seja a publicação de materiais; na organização de encontros, seminários, etc. A etapa, se eu me lembre bem, é outra iniciativa. Ah, foi exatamente, foi quando, foi lançado já em 1987, foi lançado já a Campanha da Iniciativa Popular contra a Corrupção Eleitoral, que era a coleta de assinatura para apresentar um projeto de lei de

iniciativa popular para punir candidatos que comprem votos de eleitores. Isso iria... já o projeto que foi lançado por um montão de entidades brasileiras, uma delas a Constituição Brasileira de Justiça e Paz e a ADI, nessa altura, se engajou, usando a sua rede de contato, de grupos solidários de empregos, de grupos de apoio e movimento Legislativo e espalhou pelo Brasil inteiro essa idéia da Iniciativa Popular. Apoiou muito isso. Parece-me que aí pelas tantas, nós trabalhamos na ADI, com absolutamente com pouquíssimos recursos. Só o estrito e necessário para tocar aquelas coisas que a gente fazia. E aí pelas tantas, descobrimos que estávamos sendo desligados da ABONG porque não pagávamos a anuidade da ABONG. Aí então, porque muito tempo o longo período teve certos períodos que a gente ficou num certo compasso de espera, digamos. E a ADI então ficou funcionando só o mínimo possível para não perder a sua personalidade jurídica, mas não tinha mais nenhuma atividade maior organizada. Ela está retomando das atividades organizadas recentemente, com várias coisas, inclusive um site agora. Entre essas coisas agora, a Campanha Ficha Limpa, mas antes disso o projeto de montadores de boas novas. Depois, do aniversário do ultra, nós lançamos outra coisa que a ADI também que estimulou que foi os chamados Clubes de Troca, na linha já da economia solidária. Os seja, os Clubes de Trocas são feiras em que as pessoas trazem o que elas produzem e vende com a moeda local, a moeda do clube, uma moeda específica, chamada moeda social. Esses Clubes de Trocas estão hoje a toda por aí. E são a partir da experiência inclusive da Argentina, que nós captamos, e que demos as nossas Redes de Trocas do Saber. Nós passamos a criar Redes de Trocas de Saber, produtos e serviços. Esses são os produtos de trocas. Então você vê: ela (ADI) foi fazer tudo isso, mas enquanto entidade, as pessoas iam tocando esses projetos e a entidade propriamente acabou; entrando num período um pouco de espera e com isso ela deixou de pagar a anuidade e a ABONG disse: bem, se não paga anuidade, tem que se desligar e nós dissemos: que não queremos nos desligar, simplesmente não queremos pagar a anuidade. Mas aí, foi feito um acerto de não sermos expulsos. Parece-me que não fomos expulsos. Uma situação um pouco assim, digamos, precária de associados sem ser associados, porque não cumpre com os requisitos, dos quais é pagar a anuidade. Eu tenho a leve impressão, que nunca retomamos os pagamentos, inclusive porque continuamos funcionando com muito trabalho e trabalho voluntário e ficamos pendurados. Então é isso, quer dizer, portanto e agora, ela está com um monte de atividades e inclusive

se olhar para o site da ADI atualmente (intercomunicação.net) você vai ter vários projetos que estão sendo tocados dentro da ADI e ela tem outros aí em vista. O último agora, que ela pegou é... Para tocar, foi a Campanha da Ficha Limpa, especialmente. Nós fizemos um blog especial de intercomunicação de experiências, chama-se [campanhafichalimpasp.blogspot](http://campanhafichalimpasp.blogspot)<sup>2</sup>, que é um dos blogs que a gente tem e um projeto que está esperando o momento dele nascer que é esse de desenvolver o Contador de Boas Novas. Tem outro projeto, que está aí para ser montado, pegando o ano que vem que é um ano 2010, em que a CNBB com a CONIT, ainda é uma campanha ecumênica sobre a Economia Solidária. Então nós vamos, provavelmente, talvez conseguir, fazer alguma prestação de serviço na intercomunicação de experiências de Grupo de Trocas e outras iniciativas de economia solidária pelo Brasil a fora. A ADI teve uma presença sempre em todos os Fóruns Sociais Mundiais em torno do Brasil e alguns deles apresentaram algumas atividades, não me lembro quais, mas é, portanto, uma história absolutamente contínua e que não houve a chamada mortalidade. Ou seja, te contei um romance, não é?

Rose: é mesmo.

Cássia: adoramos. Nos deliciamos com esse romance.

CW: é. Não sei mais o que você quer mais saber?

Cássia: é, qual a sua opinião sobre mortalidade de ONG?

CW: olha, objetivamente, as ONG's, elas têm diferentes tipos de ONG's, não é? Tem ONG's com dono, tem ONG's que são mais organizações e outras que são reis. Eu acho que quando ela tem um dono, ela tende a morrer quando o dono desaparece. Quer dizer, quando o dono da ONG criou a ONG e foi o seu grande puxador, quando ele muda de profissão ou campo de atividade e abandona, a ONG morre, porque dependia dele. Agora, ONG's que são mais coletivas, são resultados de uma opção, de um trabalho coletivo que inclusive tem uma parcela de voluntariado bastante

---

<sup>2</sup> Nota das autoras: faltou do entrevistado mencionar no endereço virtual .com, portanto o endereço correto do blog é: [campanhafichalimpasp.blogspot.com](http://campanhafichalimpasp.blogspot.com)

grande, mais ainda, quando ela se constitui horizontalmente em redes, elas não morrem. Elas continuam, mudam de caras, mudam de figura. Muito importante é que elas saibam mudar de figura e de cara, porque a conjuntura vai mudando a realidade, o contexto vai mudando e não tem sentido elas ficarem insistindo naquilo que tão fazendo somente para manter a entidade funcionando. Então tudo depende disso. Depende da maneira como elas são organizadas, da visão e da opção das pessoas que a organizam e eu acho que elas não têm, nunca tem porque morrer. Há um pequeno problema, à medida que elas adquirem estatuto e personalidade jurídica. Temos algumas regras do sistema brasileiro legal, que obriga a ONG a ter um presidente, um secretário e um tesoureiro. Quando acontece isso, é ruim, porque a entidade tem uma “piramidizinha” de poder. Então, dentro dela pode se dar pequenas tensões para o poder dentro dela e isso pode levar a morte, porque leva a divisão das pessoas que estão dentro dela. Agora quando a ONG consegue se organizar juridicamente de outra forma, por exemplo, sendo dirigida não por uma cúpula, por uma “piramidizinha”, mas sim por um colegiado de pessoas horizontalmente interligadas com co-responsabilidade e etc; elas superam essas dificuldades. Dependem muito, portanto, do espírito de quem está fazendo a própria ONG. Porque tem muita ONG aí que é simplesmente aparelho de alguém, aparelho seja até de partido, seja de outra entidade, seja de empresa, não é! Quando é aparelho de empresa, a empresa tem interesse que ela continue e vai fazer ela continuar, porque paga. Então no fundo ela não tem lucro, mas a empresa tem. E as vezes a ONG da empresa é boa para dar uma melhor imagem da empresa. Até no uso da ONG com objetivos comerciais. Isso também tem esse tipo de ONG. Mas em geral, quando é uma ONG assim realmente a sociedade civil, independentemente do governo e de partidos e de empresas. Depende muito da maneira como as pessoas que a constitui a fazem continuar. Agora tem um outro detalhe também que seja importante considerar, vocês que estão analisando a mortalidade delas. Nós passamos por essa dúvida num certo momento: é que dá tanto trabalho para criar uma entidade juridicamente, digamos, legal. Legalmente constituída, que às vezes dá pena de fechar. Inclusive porque fechar é muito complicado. Às vezes fechar é muito mais difícil do que abrir, porque tem tantas coisas. Então, por exemplo, eu tenho várias situações, tem uma associação que eu participei na constituinte: Associação Brasileira de Apoio à Participação Popular à Constituinte, que era uma ONG para dar simplesmente uma cobertura jurídica para um plenário de

participação popular na constituinte. É uma ONG que ela não tinha poder político, mesmo porque quem tinha poder político era o plenário. Ela simplesmente executava as decisões no plenário, mas nós, até então, continua existindo até hoje. Ela não foi fechada, porque é muito complicado fechar. Mas em compensação, às vezes a gente não fecha porque fica com pena de acabar com um instrumento que pode a vir ser útil. Mais para adiante tem alguma outra situação. Isso um pouco, quando pusemos a ADI um pouco num compasso de espera, era porque nem tínhamos projetos específicos para desenvolver, nenhum naquele momento. As pessoas que participavam da Associação então não estavam com, digamos, com “pique” para poder pegar novas iniciativas. Mas também porque podia nos acontecer, mais para adiante, alguma coisa. É um pouco o que aconteceu com a ADI. Ela depois de um tempo, um pouco de refluxo, não é! Ela retoma e... eu vejo grande perspectivas no trabalho que ela está desenvolvendo dentro do objetivo dela. Não saindo do objetivo dela, que é desenvolver a intercomunicação e a organização horizontal em rede.

Rose: nós vimos essas experiências. A experiência que a gente está pesquisando das associadas, das ex-associadas. Percebemos que esse fato... Talvez a expressão: “fechou”, fique fora de contexto para ONG’s. Justamente, por isso, pelo que você está expondo para nós, não é?! Mais do que simples empresa! A ONG tem uma idéia por trás, uma missão por trás, um propósito, não é?! Uma história de vida! Que é o que estamos conversando hoje aqui. É mais do que uma associação, na verdade é uma história de vida. Então, fechar simplesmente é um termo, talvez, que não abrange...

CW: exatamente. Não dá. É completamente diferente de uma empresa com fins lucrativos.

Rose: sim, sim.

CW: uma empresa com fins lucrativos inclusive tem tantas obrigações fiscais. A ONG também tem, é obvio. Mas quando ela entra. Ela pode entrar em “compasso de espera” que não tem muita coisa. Então ela não tem funcionário nenhum pago. Só tem uma coisa ou outra de taxa a pagar que pode manter ela, digamos, como é que

se diz uma palavra para isso: “em compasso de espera”. Enquanto uma empresa, se ela não fecha, tem um monte de impostos que vem em cima dela, tem que fechar. Então, eu não sei. Não conheço muito a área de empresas, mas vocês que já trabalharam no segundo setor, devem saber disso, não é?

Cássia: sim, é isso mesmo.

Rose: é uma crescente, não é? A gente vê. Fizemos um curso para explorar, no sentido de conhecer, o terceiro setor. E a gente observa que há um interesse muito grande na profissionalização do terceiro setor. E talvez, a gente também enxergue esse conflito batendo à porta do terceiro setor: de uma forma que as associações e ONG's, por menores, que sejam precisam trabalhar dentro de um ritmo, de um canal de produção, no sentido de conseguirem se manter ativas, isso também acaba por afastar ou dificultar toda aquela questão do início, a própria missão, as próprias metas e objetivos.

CW: tem um dado que acho importante considerar nisso, que há toda uma visão na área tanto sociológica quanto política. E aí eu diria que o exemplo típico disso é o casal Fernando Henrique e Ruth Cardoso que tem uma visão de ONG como uma auxiliar do governo. Inclusive, Fernando Henrique, chegou a usar a expressão: ONG. Usava ironicamente, mas ONG é uma Organização “Neo Governamental” e não “Não Governamental”. Neo Governamental, por quê? Porque o governo tem interesses, às vezes, quando ele não tem condições de enfrentar determinado problema de recursos e a sociedade está interessada em fazer a que uma determinada atividade funcione, ele delega. Toma a ONG essa tarefa. E aí, eles deram o passo, Fernando Henrique deu um passo muito grande quando ele criou as OSCIP's. Quer dizer, OSCIP é um novo nome de ONG que pode receber dinheiro do governo. Pode realmente ser uma Neo Governamental. Então isso, num certo sentido, criou, infestou o panorama de ONG, estas que são formas indiretas de atuação do governo. Inclusive, do ponto de vista do lucro, obviamente, as ONG não tem lucro, não tem nenhum tipo de benefício, mas muitas vezes podem ser muito bem pagas para essas pessoas. Muito melhor pagas do que ONG's que se fundaram por um princípio de sociedade civil eu tenho a impressão que a ABONG reúne mais ONG que não se prestam a serem OSCIP's. Entende? São ONG's que

tão numa perspectiva inclusiva de política e engajamento político. Não sei quais são as associadas ABONG atualmente, mas é muito mais na linha de movimento social, na linha de gente defendendo minorias, a não prestação de serviço. Por exemplo: pessoal que trabalha fazendo uma casa para gente de rua: é uma prestação de serviço. O governo não tem capacidade de fazer aquilo e entrega para os estados abnegados, trabalham gratuitamente. Ele se sai bem, porque não gasta aquilo que tem e deveria gastar. O pessoal trabalha doidamente, muito mais do que trabalharia se fosse funcionário público e fazem funcionar o serviço em si, hospitalar, assistente social, tudo essas coisas. Isso é uma jogada, que num certo sentido, perverte um pouco o que deveria ser uma ONG. Mas é uma ONG. Perverte o sentido que a gente gostaria que tivesse, ou seja, organizações não-governamentais que estão movidas ou estimuladas por interesses coletivos, mas, digamos, atendendo a solicitações de governos ou coisa que o valha. Há também terríveis ONG's que são maneiras disfarçadas de políticos de repassar recursos para suas famílias. Fundam ONG por aí afora, em que a presidente é a mulher do deputado. Arruma uma verba, uma emenda parlamentar para aquela ONG e é uma forma dele captar dinheiro público. Tudo isso faz parte do processo de corrupção brasileira. Isso não tem nada que ver com ONG do tipo ABONG. Acho que a ABONG é um espaço especial dentro do mundo das ONG's, eu tenho a impressão que a própria definição da ABONG não faz menção a isso, mas não entra na ABONG entidade que é constituída pela mulher do deputado. Só entram entidades que funcionam muito mais do tipo de exemplo que dei sobre a ADI; que são entidades movidas por interesses de pessoas que, voluntariamente, querem prestar aquele serviço. Agora tem muitas ONG's que fazem formação, então ajuda que o governo pode dar para essas entidades. Não quero dizer que não podem receber ajuda do governo, mas tem que garantir uma grande autonomia, em relação ao governo. Tem que evidentemente apresentar projetos. Esses projetos devem ser anunciados e devem ser cumpridos, segundo o que foi financiado. É uma visão e uma prestação de serviço útil e no nosso caso, entidades da ABONG em geral são na perspectiva transformadora. Transformação da sociedade e não evidentemente de remediar situações precárias da sociedade.

Rose: sobre essa experiência de associada e ex-associada da ABONG. Nesse período que teve uma aproximação da ABONG. Como você enxergava isso? O que

a ABONG lhe trazia, obviamente, além de todo aquele trabalho que ela desenvolve em termos de rede, que você até estava expondo, mas o que você poderia nos dizer dessa participação?

**CW:** a nossa associação era uma associada relapsa. Ela parou de pagar. Ela era relapsa na verdade, não. A ABONG acaba sendo uma ONG. Na medida em que ela tenta ligar uma porção de associação com atividades próprias dela. Para te falar bem a verdade, nós enquanto ADI, no fundo a gente muito mais usava o que a ABONG poderia nos ajudar, tipo: com publicações, eventualmente com participação em algum seminário e algum debate do que, nós não esperávamos muito, não precisávamos tanto, estávamos dentro de alguma coisa. Quando a ABONG fazia, as entidades da ABONG faziam algum tipo de mobilização, nós evidentemente apoiávamos e ajudávamos. Mas não tínhamos uma vida de ABONG: associação de ONG. A nossa ONG era uma ONG que tinha sua etnia e tinha sua vida. A ABONG propriamente era uma figura de mais referência de ONG. Éramos do grupo das entidades da ABONG. Ponto. Parava nisso.

**Rose:** percebemos nessas ex-associadas pesquisadas ABONG, que elas têm muito a ver com o contexto político.

**CW:** é. São transformadoras.

**Rose:** enfim, a gente percebe que algumas, dentro desse pequeno bloco de estudo, uma parte desse pequeno, obviamente, por não haver tempo suficiente para desenvolver uma pesquisa mais ampla. Mas, dentro desse universo, que é o das desfiladas da ABONG percebemos essa tendência no campo político num momento determinado, tinha uma associação, certa rede de ONG's mais formada para a área de própria formação política mesmo. É uma ação política mesmo, não é?

**CW:** de esquerda.

**Rose:** e hoje já apresenta outro gênero de movimento.

**CW:** outro o quê?

Rose: outro caminhar. Não diria gênero, mas outro contexto.

CW: esse mundo de ação política é muito preenchido também não só por ONG's, mas por movimentos sociais. Isso quer dizer: movimentos de mulheres, de negros, de sem terra, sem teto, dos ribeirinhos. Tudo isso são movimentos sociais que não se constitui em necessariamente em ONG's. Não tem necessariamente abertura jurídica e fazem parte desse universo do qual as associadas da ABONG vivem. É o mesmo universo. Tem uma associação muito grande entre esses movimentos sociais e as ONG's da ABONG.

Cássia: bem, acho que a gente conseguiu cobrir tudo que estávamos querendo saber. Tem mais alguma pergunta Rose?

Rose: Chico creio que você nos falou que a ADI contava muito com apoio de voluntários, não é?

CW: era muito. Muito na linha do trabalho voluntário. Até hoje!

Rose: está certo.

CW: os membros da associação não é um número de grandes pessoas. Tem 20 pessoas, entendeu? Tão mais velhos; todos eles como eu. Têm jovens entrando, nitidamente, mas são todos dando o tempo de livres que eles têm.

Rose: e essa ação de rede de voluntários daquele tempo que iniciou as atividades da ADI. Você poderia fazer um comparativo? Não sei bem se é um comparativo, mas um quadro do que foi e do que é hoje.

CW: uma série deles morreu nada mais nada menos, morreram. Então eles tão nos ajudando do céu. Essa é a contribuição que eles podem dar lá de cima. Uma "empurradinha" a cada momento. Mas, têm jovens entrando. Essa preocupação é exatamente que. Mas agora, os chamados velhinhos, continuam se reunindo com outros velhinhos para decidir e com os jovens vai tentando achar os caminhos. Os

jovens muito, muito. Por exemplo: recentemente, eu também contei essa história, mas o Fórum Mundial de 2008 foi uma forma de se realizar completamente diferente dos Fóruns centralizados. Foi um Fórum descentralizado pelo mundo afora, atividades desenvolvidas por um mundo afora. De gente que fazia. Então, aqui em São Paulo, a ADI associou a comissão de atividade de São Paulo e nós organizamos uma feira. Nós chamamos de sábado feira. Era o dia 28 de janeiro. Era uma feira em que organizações da cidade São Paulo trabalhavam pela mudança em geral, por dentro do universo do Fórum Mundial, fizeram um guia inteirinho por troca de experiência, de palestras, encontros, de grupos de conversa e disposição de suas próprias atividades. Isso a ADI fez, mas agora quem fez isso aí para valer foi a moçada. A moçada jovem que assumiu essa coisa. Os velhinhos, coitados, não dava para subir a escada.

Rose: ok. Agora daquela primeira iniciativa que foi da ADI de contar com esses seminários onde tratava sobre a questão do poder e a tendência à divisão...

Cássia: da parte esquerdista...

Rose: você acredita que isso ainda hoje está sendo tratado?

**CW**: tudo isso foi se acumulando e foi amadurecendo. Eu tenho a impressão que o Fórum Social mesmo, ele já é uma resposta ao que acumulou. Não somente na nossa reflexão, mas a reflexão de muita gente. O grande objetivo dele é permitir a intercomunicação de experiência, através de regras de uma futura política nova, que implica um tratamento diferente à questão de poder. Então o que nós identificávamos lá nos primeiros seminários que fizemos em 70 ou 82 por aí, sobre a divisão. Isso ficou muito mais claro para diante, inclusive porque o mundo político se transformou muito no Brasil. Então ficou claro e aquela problemática continua exigindo e não só, exigindo um tratamento. Então são coisas que tão fora da ADI hoje, na medida em que ela promove, por exemplo, essa questão da economia solidária, já é um resultado um pouco. Tem regras, em redes, por exemplo: nós fizemos cartilhas e eu não contei, mas fizemos muitas cartilhas desse tempo afora. E cartilhas para ajudar o funcionamento de rede, de clubes de troca, etc. etc. São

todas as coisas que tão num certo sentido em coerência com aquelas intuições direitinho. Certo?

Rose: com aquela sementinha que foi plantada lá trás, não é?

CW: exatamente.

Cássia: bom, acho Chico que a gente conseguiu abranger o que a gente queria aqui.

CW: se precisar de alguma coisa, de alguma dúvida, você me telefona de novo. Só que eu já estarei viajando.

Cássia: eu imagino, mas muito obrigada pela disponibilidade. Eu sei que você é uma pessoa super ocupada. Não é tão velhinho, mas a experiência... Muito obrigada mesmo.

Rose: Agradecemos de coração pela receptividade.

CW: O que isso? Disponham.

## Anexo VII

### Transcrição da entrevista com Luana Vilutis da Regional São Paulo - ABONG

Rose: Começamos a trabalhar nossa monografia pensando em falar sobre a ABONG; o trabalho da ABONG, o papel da ABONG para as organizações não governamentais. Iniciamos a pesquisa bibliografia e descobrimos o trabalho da Tatiana Pereira. Ela fez o trabalho identificando a ABONG como um campo político. Bem abrangente o trabalho dela. Muito bom.

LV: a Tatiana é ótima.

Rose: então a gente acabou direcionando não para a ABONG, mas para as ex-associadas.

LV: ex-associadas?

Rose: ex-associadas. Quando começamos a levantar o material que a ABONG forneceu para nós. Pesquisamos o número de associadas, todo o universo ABONG. Nesse material da ABONG, nos relatórios, apareciam algumas ex-associadas. No relatório de associadas também constavam as ex-associadas e na frente delas uma nomenclatura de “fechou”. Isso acabou chamando nossa atenção, porque como vemos no segundo setor, no setor privado, empresas, esse termo é muito utilizado. Fechar empresa é mais comum. Organização não-governamental como é que funciona isso? Como é que se dá? Ocorre isso, ou não ocorre? A organização fecha? Por que fecha? Então isso nos deixou instigadas a pesquisar. Então mudamos o foco da pesquisa: o que teria, exclusivamente, na atuação da ABONG para a gente pesquisar? Escolhemos a regional São Paulo pela localização, pelo prazo que tínhamos para a pesquisa. Então acabamos apurando que 15 ex-associadas saíram no período de 1991 a 2006.

Rose: pegamos essas ex-associadas e começamos a estudar quem eram. Ainda estamos fazendo o levantamento. Fizemos um questionário para isso e tentamos localiza-las.

**LV**: legal. Conseguiram?

**Rose**: algumas. Começamos pela internet para ver: é possível localizar? Vamos ver, se fechou; ela tem um histórico? Ela está aí, acessível? Onde está?. A primeira informação, informação primária, onde elas estão e como estão? Porque tem organizações grandes e outras menores e aí começamos a levantar essas informações. Algumas a gente localizou e aí fizemos contato, mandamos o questionário. Umas devolveram, outras ainda não.

**LV**: Para gente é super importante essas informações. Vocês pegaram da de São Paulo, das que saíram. O foco.

**Rose**: só São Paulo. São Paulo Estado, porque tem uma de Santos, e outra de São José do Rio Preto.

**LV**: de Ribeirão Preto?

**Rose**: São José do Rio Preto. Estamos pesquisando para chegar nisso: por que fechou? Fechou é apenas uma nomenclatura, mas fechou mesmo? Elas estão fazendo o quê? O que fizeram de lá para cá? Da saída da ABONG até hoje, o que estão fazendo? Aí achamos importante, como tem a regional que está nesse caminho entre a ABONG e as associadas, julgamos importante também falar com o regional. Como ela está nesse processo de associação e ex-associada?

**Cássia**: Nós também conversamos com a Helda. Fizemos uma entrevista com, basicamente, as mesmas perguntas, mas na maior parte das perguntas em que queríamos saber sobre as associadas, a Helda nos dizia que as regionais é que atuavam junto às associadas.

**LV**: verdade.

**Cássia**: Conversando com nossa orientadora, concluímos que seria interessante falar com alguém da regional para termos um pouco mais da sensibilidade quanto a esse relacionamento de vocês com as associadas.

LV: bacana. Legal. Então são várias perguntas. Pode ser conversa, não é?

Rose: Estamos gravando, tudo bem? O questionário é só para você seguir com a gente.

LV: deixa eu ver a questão de tempo: são cinco e dez. vocês acham que até. Eu tenho que sair cinco para seis, porque eu tenho que seis horas tenho que pegar um material aqui em outra casa.

Rose: sim, a gente pode ser bem...

LV: seis horas eles fecham lá e eu tenho receio de chegar lá depois.

Cássia: tem uma pergunta para iniciar que não está aqui: eu queria que você contasse um pouquinho da sua história com a ABONG, quer dizer: você com o Instituto Paulo Freire e com a ABONG.

LV: a minha relação com a ABONG começou antes com a minha relação com o Instituto Paulo Freire. Eu tive uma relação muito próxima com a ABONG desde o início, pois eu comecei a participar do Fórum Mundial em 2002. Eu já acompanhava, na verdade, a história da ABONG indiretamente. Eu não tinha tanto contato. Tive contato a partir dos Fóruns que eu comecei a ir, nas atividades dos Fóruns e acompanhar as atividades da ABONG nos Fóruns em Porto Alegre na época. Eu tive a oportunidade de trabalhar na secretaria executiva do Fórum Mundial aqui em São Paulo, que era coordenado pela ABONG na época. Eu tive um vínculo muito estreito com a ABONG. Tinha uma coordenação própria da secretaria, mas que tinha um vínculo muito estreito com a ABONG. Inclusive ficava no mesmo prédio da Ação Educativa. Um andar que era da ABONG, outro era do Fórum. Então aí eu acabei conhecendo o dia-a-dia do trabalho da ABONG: as pessoas que trabalhavam; participar dos seminários. Mesmo que indiretamente, porque eu não trabalhava na ABONG, mas a gente tava sempre juntos. Todo mundo. Então acabei tendo um olhar de dentro e sempre me interessei. Gostei muito. Lia os materiais. Tinha tudo haver com aquilo que eu tava trabalhando na época, que era pós (situação política

da sociedade civil). Depois disso, continuei em contato, mas vim para cá para o Instituto Paulo Freire em 2005. Então teve um tempo aí que não foi tão direto com a ABONG, mas a finidade sempre continuou e faltou oportunidade também. Aí aqui no Instituto, quem era diretora regional da ABONG era outra diretora nossa: a Salete. Eu acompanhava um pouco com ela. Algumas atividades, alguns seminários.

Cássia: o Instituto já era associado da ABONG?

LV: quando eu cheguei, o instituto já era membro da ABONG e já era coordenação do regional também. Só não era na minha pessoa, era na pessoa da Salete que é a nossa atual diretora de relações institucionais. Na época também era diretora. E eu entrei mais aqui enquanto coordenação mesmo, direção executiva, direção do regional nessa última gestão, que foi a partir de 2006/2007 e agora. Então aí, digamos, pelo Instituto decidiu manter a nossa atuação na coordenação. Por uma reorganização interna de responsabilidade tudo e até pelo meu histórico de proximidade, por gostar bastante também desse trabalho; eu acabei assumindo. A gente teve uma mudança em 2007, onde o escritório da regional São Paulo saiu da Ação Educativa e veio para o Instituto Paulo Freire. A gente assumiu nessa última gestão que foi uma mudança colegiada, onde era uma diretoria, coordenada pela Ação Educativa e agora nessa última gestão assumiu uma gestão colegiada do regional também. Seguindo um pouco a linha da ABONG que também mudou de uma estrutura presidencial para uma estrutura colegiada. E a gente fez isso no regional e aí conversando com os outros coordenadores que são da Ação Educativa e da SOS Mata Atlântica. A Ação Educativa demonstrou interesse em fazer circular o escritório do regional e aí a gente assumiu essa responsabilidade também. Então aqui funciona também o escritório do regional, que fica nessa outra casa aqui na frente, na verdade. Depois se vocês quiserem ir? A gente pode até ir lá. Com todo o prazer. E aí a gente tem um estagiário que trabalha com a gente e também com a mudança de status da ABONG nacional. Eles cederam para a gente, enfim, cuidar e tomar conta da biblioteca nacional da ABONG. A gente também aceitou todo esse trabalho de gestão da biblioteca e aqui também tinha um espaço bom para isso, e aí a gente acabou juntando, tudo junto com o escritório regional de São Paulo. Basicamente e rapidamente, essa foi a minha trajetória desde que eu participava

dos seminários até assumir, um pouco, a coordenação do regional e do escritório do regional também.

Cássia: Entrando no assunto sobre as associadas, como elas se aproximam da ABONG? E no caso da regional São Paulo. Como é feito isso?

LV: antes de ser associadas. É interessante pensar de como as organizações não governamentais se aproximam da ABONG. Elas se aproximam. A gente tem muita demanda de orientações técnicas mesmo. De: como eu faço para abrir uma ONG? De: como eu faço para obter uma titulação de OSCIP? Isso antes de serem, inclusive, associadas e eu digo em termos gerais de organizações não governamentais. Tem essa demanda muito grande de procura na ABONG assim: de informação, de orientação, de assistência jurídica, de assessoria técnica mesmo. Que a gente acaba não dando conta de atender, porque a gente não tem um corpo para responder essa demanda. E também nem acredita que é o papel da ABONG, que atua muito mais num campo político, de reivindicações e tal. Mas é uma grande demanda que a gente recebe e eu acho que existe a expectativa de algumas associadas quando se associam de que a ABONG, de certa maneira, vão estar mais próximas desse espaço político que discute isso; que resolvem juntamente alguns problemas e dificuldades, mas fundamentalmente as organizações aproximam da ABONG por identificação de um campo político. São instituições que já atuam com outras filiadas da ABONG em diferentes espaços e acreditam na força de estar vinculada a um conjunto maior de organizações, de representação, de terem as mesmas lutas, de defenderem as mesmas causas, de estarem em processos semelhantes: campanhas, fóruns, redes; dos quais a ABONG faz parte e então é uma tentativa, interesse, de tanto reforçar o campo político quanto de se reforçar também nesse campo.

Rose: de estar mais presente?

LV: de estar mais presente, de acompanhar mais os debates, de estar entre iguais, de poder dividir um pouco as mesmas questões. Enfim, basicamente é isso. A gente não teve muito novas filiações.

Cássia: qual é essa relação? Dessa ampliação?

LV: a gente carece de um esforço mais acentuado de ir à busca das associadas. A gente não faz isso. Elas que vem. A gente poderia fazer, mas realmente a gente não tem condições para isso. Porque no fundo a gente trabalha na ABONG. Enfim, a gente acredita muito, a gente depende muito, dá muito o sangue, mas no fundo a gente não faz muito isso: que o trabalho com a ABONG ou para a ABONG. A gente faz um pouco de tudo. Então, sobra pouco tempo. Essa é uma realidade. Eu acho que a gente já tentou fazer um plano de tentar alcançar outras associadas no Estado e de mobilizá-las, de envolver o litoral. A gente tem umas problemáticas super sérias, principalmente em relação ao meio ambiente. A problemática ambiental e tudo, mas a gente nunca foi realmente atrás. Elas se aproximam, elas ligam; elas buscam, elas conhecem a ABONG, querem se associar. Elas que tem essa iniciativa.

Cássia: Então elas batem aqui e falam assim: eu quero entrar e aí você (a regional) tem que fazer todo um processo?

LV: elas têm que apresentar um conjunto de documentações jurídicas. Algumas cartas de indicações de outras associadas da ABONG. Isso é um documento importante. A gente valoriza no sentido de saber se recebeu indicação de alguma associada que já atua na ABONG e conhece ou que já teve alguma participação com elas. Até para a gente poder ter uma referência do trabalho que elas fazem por instituições pelas quais a gente também tem afinidade e integração no próprio campo da ABONG. Em geral, elas apresentam a documentação. Sempre está tudo em dia. E elas passam a fazer parte do quadro de associada. Basicamente é isso. A gente passa a documentação. A gente faz uma reunião do conselho diretor. Então, na verdade, quem aprova a filiação de novas associadas é o conselho diretor, não é o regional. A gente não tem autonomia. No máximo que a gente tem autonomia é de mobilizar, organizar a documentação e levar para o conselho diretor. O conselho diretor é composto por todas as coordenações de todos os regionais. Então a decisão é coletiva. A gente não decide só o nosso regional.

Cássia: é colegiado?

**LV:** é. O conselho diretor reúne as diretorias, as coordenações de cada regional. Hoje todos os regionais estão com colegiado. Não, quase todos os regionais estão com colegiados. Outros não. O Sul não é colegiado. Acho que tem uma representação, uma coordenação central.

**Rose:** de qualquer forma a ABONG mudou, mas as regionais ficaram com esse dispositivo de poder escolher, de poder mudar?

**LV:** é na verdade a ABONG mudou em termos de sua estrutura. Está mudando. A gente já está pensando em novas mudanças. Na reunião em março, vamos propor uma nova estrutura. Que está sendo construída e os regionais têm autonomia de definir qual é o melhor funcionamento: se é uma representação central, se é uma direção colegiada. Enfim, é a questão das novas associadas é feito nesse espaço do conselho diretor que integra todos os regionais.

**Cássia:** qual a relação de vocês quanto à anuidade?

**LV:** anuidade. Dos regionais com a anuidade? Quem cuida da anuidade é o escritório central da ABONG. A gente não cuida, mas a gente tem uma relação muito forte; porque na verdade a gente tem o contato direto com as associadas. Então para a gente é importante acompanhar isso. Saber quem está pagando e quem não está pagando. Trazer isso para a pauta de debates na reunião. Cobrar junto. Reportar a cobrança, mas na verdade isso é uma atribuição hoje do escritório e que fazem essa administração. O recurso não passa pela gente.

**Rose:** Sobre a questão de desfiliação, no caso, como elas saem? Elas passam por vocês: olha, estamos saindo. Tem a questão do não pagamento. É uma das questões...

**LV:** estatutariamente é uma das questões. Elas manifestarem tranquilamente a saída, elas serão desligadas. Tem uma questão que eu, por exemplo, considero muito importante que a gente está começando a rever inclusive de inserir no estatuto, que é a questão de participação. Acho que as associadas que não

participam, quando não tem o interesse de acompanhar, de contribuir, de debater, de propor; não poderiam ser associadas. Porque não faz sentido, a ABONG não é um selo. Você entende? Você tem o selo, está lá fazendo a tua atividade, a tua vida e está tudo bem. Não. Ou existe o envolvimento realmente ativo ou perde o sentido a ABONG com essas associadas e essas associadas para a ABONG.

Cássia: mas vocês já indicaram alguém para sair? Ex: olha eu indico aquela associada, que não está participando, alguma coisa assim?

LV: não, a gente está agora fazendo isso.

Cássia: entendi.

LV: nesse exato momento.

Cássia: aí vocês entram em contato com a associada?

LV: é. Casando dois elementos: pagamento de anuidade e participação. Então, se a instituição, a gente tem vários casos. Raramente, a gente tem casos de associadas que pagam e não participam. Geralmente, quem não paga, não participa. Na regional São Paulo, nas outras regionais é diferente. Porque tem regionais com uma realidade muito diferente. Que são regionais mesmo, a gente é estadual. É só o estado e mais ainda só São Paulo. Porque a gente tem uma de Campinas só. Então, é muito restrito até e a questão da participação é mais fácil; porque você está na mesma cidade. Agora, o regional que tem o Estado, como o pessoal vai participar?

Cássia: então como fica esse caso de: não paga, mas participa?

LV: tem casos. É o caso mais comum e como a gente trata? Na verdade, busca entrar em acordo, ou seja, negociar, conversar, mas por que é que não paga? Quais são as dificuldades que estão enfrentando? Tem clareza da importância de pagar? Tem alguma proposta de negociação? De como quer pagar? De como não quer pagar? A gente valoriza a negociação também. A questão que mais incomoda e que

mais interfere numa eventual desfiliação é não pagar, não dispor negociar, não propor nenhuma possibilidade.

Cássia: Ex: olha eu trato só com voluntário, não tenho dinheiro; mas eu quero participar. Aí vocês falam ...o quê?

LV: não tem muito isso. Quando você se filia, você já assume o compromisso. Dificilmente um faz assim: eu não posso. A gente até entende que não pode esse ano, está muito difícil. Há dois anos, está muito difícil, tudo bem. Mas como a gente pode organizar? Eu ainda acho que participação é mais importante. O pagamento é fundamental, mas o que realmente dá a cara da ABONG é a participação dos associados. O fato de pagar é importante estruturalmente para a ABONG. A gente precisa desse recurso. É uma forma também de demonstrar o comprometimento. Agora para mim não adianta nada elas pagarem e não participarem.

Rose: acaba sendo vazio.

LV: exatamente acaba sendo vazio.

Cássia: quanto tempo esse processo de exclusão demora?

LV: depende. Em geral não demora muito. Depende muito das associadas. Tem associação que diz assim: então, a gente está pensando em ver se vai se desfiliar. Aí começa a anunciar e que talvez vá se desfiliar e demora um ano para tomar uma decisão interna, porque também, não sei, talvez esperando para ver se tem alguma possibilidade de participação. É difícil se desfiliar assim: sair desse grupo. Agora, não há uma regra assim: é um ano, são dois meses. Tem casos também: não sei se a gente vai se desfiliar, não tem mais interesse e aí é tomada a decisão.

Cássia: falando um pouco do nosso tema. Tem alguma ONG que diz: estou fechando, não tenho mais condição de permanecer e por isso também estou me desfiliando. Qual é esse papel? O que vocês fazem como regional?

**LV:** em geral, a gente fica sabendo que as organizações fecharam. É complicado. Há indícios de que uma organização vai fechar.

**Cássia:** quais são esses indícios?

**LV:** bom, dificuldade financeira, dificuldade de espaço, dificuldades de mudança de definição do seu papel político. Às vezes, se esgota. Chegam à conclusão que já cumpriram com a sua função. Então é um processo. Dificilmente uma organização, ela acorda um dia e fechou sem ter questionado isso antes. Agora, são momentos muito difíceis em que a ABONG é chamada para apoiar. Por exemplo, a gente teve casos de processos que foram desalojadas dos seus espaços e aí elas chamaram a ABONG para a gente poder intervir. A gente faz o que pode: carta de ato de solidariedade, de apoio, de manifestação, divulga a situação deles, vai e acompanha o processo; mas em geral é muito difícil reverter a situação ou quadros de fechamento. A ABONG, pelo menos na regional São Paulo, não conheço um quadro que pela intervenção da ABONG se alterou. Até porque eu acho também que as coisas que chegam ao ponto de se fechar, já têm diversos fatores que interferem que é difícil a associação como a ABONG reverter. Não cabe. Fundamentalmente, hoje a gente vive uma dificuldade financeira das Organizações Não-Governamentais, por diversos fatores como, por exemplo, o deslocamento das esferas internacionais fora do Brasil, a questão dos conveniamentos públicos que estão cada vez mais difíceis e exigentes em termos de legislação. Enfim, então há uma dificuldade financeira e aí é anunciado. Hoje em dia a gente vive isso. Por exemplo, redução de quadro. Todas as associadas da ABONG reduziram os quadros esse ano. Pelo menos todas que acompanha o regional e que estão nas reuniões. Isso é pauta de regional. A gente discute isso.

**Cássia:** tenho uma dúvida: você tem a ABONG, que a gente classifica mais como política, trabalhando mais nesse campo político. Questões como racismo, mulher, que é o *métier* da ABONG. E você também tem as ONG's fazendo um trabalho do estado, que estão mais junto ao público final, pelo que vimos não são muitas as associadas da ABONG. Estas que estão com o público final, trabalhando, fazendo a assistência. Elas precisam de dinheiro para continuar os beneficiários. Agora, quando a gente fala do campo político, muitas vezes eu penso que não precisam de

tanto recursos. Talvez possam trabalhar com menos e com mais voluntariado. Eu estou errada nisso?

LV: não, é que eu vejo diferente. Eu acho sim que há uma diferenciação, mas não tanto como você colocou: um campo de representação política e uma atuação de base. Eu não visualizo essa diferença. Acho que muitas atuações de base têm uma forte incidência com campo político. Mas realmente há uma diferença. Acho que ela é de outro teor. O que diferencia é a forma de atuação. É a forma de organização. Tanto a forma de organização do seu campo político quanto à forma de organização da atuação de base.

Rose: seria como uma manifestação. Ela se manifesta atuando naquela prestação daquele serviço?

LV: você falou em prestação de serviço e você falou em assistência. Vamos trabalhar com a idéia de prestação de serviço. Acho que a gente tem organizações sim que prestam serviço. Prestam serviço para o estado. E aí vão lá e tem uma função a cumprir, desenvolvem um projeto. Não só de assistência.

Cássia: a minha questão é exatamente sobre os recursos. A gente estava falando sobre a falta de dinheiro e por isso fecham. Comentamos: será que a atuação política ou a prestação de serviço diferem a forma de se buscar os recursos e expor isso a permanência dessas associações? É diferente ou não?

LV: olha é que esse campo é muito variado. É difícil dizer. Não existe uma forma. Você tem, por exemplo, as organizações empresariais. A forma de arrecadar recursos é outra. Você tem sindicato. É outra. Dentro das Organizações Sem Fins Lucrativos, que é o guarda-chuva que nos abriga, não existe uma ou outra forma que facilite essa pergunta. Você tem diversas formas. Acho o que afeta o campo político da ABONG, é aquilo que eu falei, é muitas associadas desenvolviam projetos de cooperação internacional, de agência internacional e essas agências saíram do Brasil. Identificaram que o Brasil, hoje, é um país de renda média e que produz conhecimento, que tem recursos e que não precisa de tanto apoio. Então, foram para a África. Isso afetou obviamente, muitas organizações que atuam no

campo da ABONG. Outra questão é: muitas associadas atuam junto ao poder público. Tem convênios, tem contratos com o poder público e isso também se burocratizou. Houve mais do que uma burocratização. O nível de exigência para se conveniar hoje é muito mais acentuado. Então, você acaba exigindo uma série de questões que muitas vezes as associadas não cumprem. Mas não porque elas não sejam legítimas ou com atuação idônea. Não. Porque elas muitas vezes não têm recursos e com coisas básicas. O convênio não permite que você pague aluguel com recurso daquele convênio. E aí? Como elas vão pagar o aluguel? Muitas associadas não têm recursos para pagar o aluguel. Então você limita. Você não tem para a questão da água, luz, contador; para você fazer o seu trabalho. Se você não pode fazer isso com o recurso que vem do projeto, você vai fazer com qual recurso? Se você não tem outra fonte de recurso. Isso é um exemplo básico. Agora, você tocou em outra questão que é de campo político e forma de atuação que eu acho importante destacar. A gente tem muitas organizações que atuam na base. E por isso mesmo o seu campo político é reforçado. Tem organização que atua com educação popular, com comunidade; mas que levam ali princípios do campo político da ABONG. Por exemplo: em defesa de direitos, criação de novos direitos, reforçar as políticas públicas. Enfim, que são iniciativas muito diferentes do que uma prestação de serviço. Na verdade eu diferenciaria por aí. Então se ela está lá na ponta ou lá na base ou se ela está no campo político, na verdade, é mais a forma que você chega nisso, que você combina esses fatores do que um lado ou outro. Você entende? A questão dos recursos, ela perpassa a todos. Acontece que você tem, às vezes, organizações têm outras formas de acessar recursos, o que afeta diretamente com as empresas ou que enfim, tem diversas formas. Você tem até situações que a gente condena: organizações que recebe diretamente de políticos, por exemplo. Tem. Dentro das Organizações Não-Governamentais isso existe. Lamentavelmente e é por isso que hoje tem uma criminalização muito grande. Identificaram-se casos de desvios de recursos para Organizações Sem Fins Lucrativos e isso foi generalizado. E isso afetou completamente. Isso fez com que uma ostensiva da direita, super grande e ao mesmo tempo você teve uma reação da estrutura do Estado para responder a isso, criando uma série de mecanismos para poder mapear isso e que inviabilizaram uma série de empregos.

Cássia: Interessante o processo que vocês fizeram de entrada das associadas que faz com que não entrem nenhuma ONG que seja esteja junto a políticos. Não sabemos sobre nenhuma associada junto da ABONG com esses problemas.

LV: acho que isso é um princípio. Tem gente que diz: vocês têm muito poucas associadas, é um universo muito pequeno. Eu não me preocupo muito com essa questão de número. Acho que é muito mais importante a gente qualificar bem a atuação do que pensar no número. Claro que devemos aumentar o nosso escopo de associadas. Não acho que é por aí que devemos medir a atuação da ABONG.

Rose: a questão da dificuldade, especificamente para a regional. Que vocês enfrentaram. Você está na gestão de 2006-2007, não é?

LV: na verdade, a assembléia era de 2006 com gestão de 2007, 2008 e 2009. A próxima assembléia em vez de ser agora em dezembro vai ser em março. Então, na verdade, vai ser de 2007 a 2010.

Rose: essa principal dificuldade que você vê na manutenção do quadro de associadas que você liga a essa questão da sustentabilidade delas ou em relação a vocês regionais de manter o quadro, da parte burocrática? O que você vê mais dificuldade em relação às associadas?

LV: como assim? O que a ABONG pode fazer nesse sentido?

Cássia: No sentido de quais são as maiores dificuldades que você teve nesse período em que você está trabalhando para ABONG?

LV: enquanto regional?

Cássia: é. Enquanto regional.

LV: olha, acho que a gente falava das dificuldades financeiras que afetou muito a gente, porque muitas associadas mudaram de endereço, às vezes fecharam o seu

quadro físico, mas não deixaram de existir; mas tiveram a sua atuação bem mais reduzida. E alguns casos, não comunicaram a ABONG.

Rose: esse processo de acompanhamento é uma das perguntas, de desfiliação e se fechou ou não...

LV: quando eu assumi a regional, existia uma série de associadas que a gente nem sabia se estava funcionando ou não, se eram associadas ou não. Filiadas a ABONG ou não? Isso foi uma dificuldade. Não, foi um desafio de a gente conseguir esse quadro completo.

Cássia: e como vocês fizeram isso?

LV: pente fino. Liga; vai lá. Você conhece fulano de tal?

Rose: através de ligações?

LV: mas para isso precisava de uma pessoa. Para ter uma pessoa, precisava de recurso. A gente ficou praticamente um ano sem repasse para os regionais, porque a gente viveu também uma dificuldade financeira bem grande. Nesse um ano a gente ficou praticamente parado de mobilização; de contato, e tal.

Cássia: aí vocês conseguiram uma estagiária, é isso?

LV: isso. Conseguimos a estagiária que começou no início desse ano e agora o cenário está bem mais mapeado. Esse foi um desafio. O principal desafio é a questão da sustentabilidade financeira da ABONG hoje, que impacta na mobilização social, que eu estava falando, que impacta na comunicação, ou seja, a gente deixa de fazer as nossas coisas, que tem relação direta com a sustentabilidade política, ou seja, quanto mais a gente dá sustentabilidade no campo da ABONG e reforçar o campo da ABONG como um campo político, com princípios, conversando sobre direitos e tal, mais a gente se fortalece e tem impacto diretamente na sustentabilidade financeira. Então...

Rose: a participação também. Cada vez mais você ganha! Certo?

LV: como uma coisa acabou afetando a outra. São as grandes dificuldades.

Rose: o que você poderia destacar como a principal diferença ou as principais diferenças da atuação da ABONG, desde o início da ABONG, no trabalho da regional em relação à ABONG de quando foi fundada em 91 e o momento atual que o terceiro setor vive. Você poderia destacar como era e como está?

LV: em 91 eu era um, eu era estudante. Em 91 eu estava entrando na faculdade? Não, mentira, eu estava no ginásio. Eu nem sabia que existia ABONG.

Cássia: mas você vai ter histórias contadas aí....

LV: é. Eu já li bastante. O contexto político mudou muito. Eu poderia elencar várias questões. Eu acho que a conjuntura hoje é outra. Algumas coisas que interferiram não só, da gente ter tido um processo de democratização acentuado, acho que isso favorece muito a atuação da ABONG, mas por outro lado há uma perversidade, pois hoje em dia muito que a gente antes defendia foi apropriado e é re-significado pelas forças de direita. Por exemplo: a gente tem toda uma defesa de participação do começo da ABONG, foi muito forte de ampliar a participação política que hoje, se você falar de ampliar a participação política, é completamente esvaziada. Por quê? Porque todo mundo fala em participação política. Você não consegue qualificar uma atuação apontando pela participação. Então o desafio tornou-se muito maior. Que, hoje em dia, a gente tem que ir muito mais ao fundo em algumas questões de valor, de sentido político. Algumas bandeiras, que embora ainda tenha sentido na sua essência, elas não podem ser defendidas como elas eram defendidas antes; porque elas já foram completamente esvaziadas. Então, isso é difícil, causa até alguma esquizofrenia, eu acho. Outra coisa que é muito forte é que teve uma proliferação de redes. Eu posso participar de redes temáticas e que tem o perfil completamente diferente da ABONG. A ABONG não é nem fórum e nem uma rede. Mas, com certeza, o efeito dos fóruns e o efeito de redes impactaram na dinâmica da ABONG; porque você tem outros espaços que as organizações começam a se reconhecer e atuar e a investir esforço e tempo e trabalho. Então, você tem uma reorganização.

Então a ABONG tem que dialogar com isso. Às vezes, a ABONG é parte de redes. Por exemplo: você tem a ABONG dentro da rede enquanto na verdade além da ABONG você tem outras associadas. E aí é diferente. É uma forma de rever a sua própria atuação. Não diminui o sentido da ABONG, mas requalifica; redireciona.

Cássia: por isso em março vocês irão discutir tudo?

LV: também. A ABONG vive um momento de se repensar. Se tem essas discussões que a gente está trazendo e também pegando a idéia do regional, eu acho que a idéia de regional hoje está mais ultrapassada. Você tem redes, por exemplo, que são nacionais, temáticas, mas que envolvem uma região, que envolvem o Brasil inteiro, que envolvem no tempo específico. Elas se organizam por outras formas de afinidade. Não só uma questão geográfica. Mas ao mesmo tempo a questão de territorialidade, hoje tem muito peso. Então como você vai discutir aqui em São Paulo a discussão do Rio São Francisco? Você tem essa dificuldade. Que para os regionais do Nordeste é um tema fortíssimo e para a gente assim: a gente reconhece a importância, é um tema fortíssimo, mas você vai chegar para uma associada de São Paulo: vamos pautar a questão do Rio São Francisco? Como vou incorporar na minha dinâmica, no meu dia-a-dia, no meu trabalho? Fica meio incompatível.

Rose: obviamente ela teria meia dúzia de demandas que para ela são mais importantes...

LV: claro, mais próximas. Exatamente. Para ela é mais importante discutir sobre o trânsito.

Cássia: a violência...

LV: não quer dizer que não concorde que a questão de São Francisco seja relevante e que a ABONG precisa abraçar.

Rose: pode afetar no sentido mais amplo.

LV: exato. Como a gente se posiciona em termos iguais de atuação dentro desses temas. O peso. Acho que isso faz a gente ter que rever, que por um lado, a questão regional não é mais chave e estratégica, mas a questão territorial não pode deixar de existir, de ser levado em conta. Porque cada vez mais as Organizações Sem Fins Lucrativos estão se organizando, não só no caso da ABONG, a partir de afinidades territoriais também. Por exemplo: você vê aqui em São Paulo o Movimento Nossa São Paulo, que reúne não só ONG, mas empresas. Mas estão todos vinculados a uma temática de São Paulo. Você tem aí uma afinidade política, social que é vinculada completamente a problemática do local.

Cássia: a gente pode pensar em ABONG “fechar” em algum tempo?

LV: pode. Fechar no sentido assim: de repente foi cumprida a sua função

Cássia: talvez dentro de uma situação em que não era tanta informatização.

LV: talvez, eu acho que ainda não é hora. Hoje a gente tem uma missão muito forte que é qualificar esse debate das Organizações Não-Governamentais, das Organizações Sem Fins Lucrativos; e diferenciá-la. Acho que esse é o desafio atual, que na época não existia. Na época você estava ensinando.

Rose: o processo!

LV: exato. Elas em si já tinham uma identidade, as Organizações Não-Governamentais. Hoje em dia, está muito atacado, muito deturpado, muito descaracterizado. E a gente tem como ABONG esse esforço.

Cássia: você tem a CPI das ONG'S.

LV: exato.

Cássia: já mostra como está tudo deturpado.

LV: então a ABONG pode vir a deixar de existir, mas acho que ainda hoje ela tem um papel chave. Um papel muito difícil, considerando as pernas que a gente tem; o número que somos. Temos muito para conseguir qualificar esse debate. Deixar bem claro para a sociedade para o que viemos.

Cássia: o regional tem muito contato com os mantenedores? OXFAM , por exemplo?

LV: a regional São Paulo especialmente tem assim.

Cássia: está muito próximo, não é?

LV: é. Tudo passa por São Paulo. A gente tem muita oportunidade com o escritório do regional junto com o escritório nacional.

Cássia: da Ação educativa?

LV: é, a Ação Educativa também, que é membro da coordenação. Ela tem muita proximidade com a OXFAM também. Então a gente tem, especialmente a regional São Paulo. Não é necessariamente uma máxima que todos os regionais participam do debate junto com as suas mantenedoras. Com a mantenedora internacional. Especialmente também a regional São Paulo tem uma participação. A gente montou junto um processo de uma pesquisa que está sendo realizada agora sobre os recursos privados para as associadas. Foi um projeto que a OXFAM lançou. O regional São Paulo que participou da elaboração e de todo o processo de abertura.

Cássia: Fui à ONG's do Brasil: a feira realizada no Anhembi e, lógico, vi a Marta na ABONG e ela disse estar lá por opção da OXFAM. A OXFAM pediu para a ABONG...

LV: eu não pude ir. No final, mas estava legal?

Cássia: Estava. Eu acho como primeira...

Rose: foi a primeira edição. Acho que ainda precisa ter algumas modificações...

Cássia: as pessoas estavam muito dentro dos *stands*. Eu acho que poderia ter mais dinamismo na comunicação para mostrar o universo ONG como é que é. Como é rico! Tem feiras enormes e a gente compara, não é? Eu acho que tinha, não sei a quantidade, mas deu para percorrer bem rápido o percurso. Mas acho como primeira é válido. Bom, acho que a gente concluiu.

LV: se vocês tiverem alguma coisa mais, vocês me mandem por e-mail e eu contribuo. Vocês me liguem e a gente conversa não tem problema. Quero ter acesso ao seu trabalho. Para a gente é super importante. Manda para a gente quando ficar pronto. A gente vai deixar no arquivo aqui na biblioteca. Acho que é legal.

Rose: quando a gente começa a estudar e a levantar dados, vê que tem muita coisa que poderia ser feito e abordado, mas não dá...

LV: tem que fazer recorte.

Rose: não pode aprofundar muito nem o que vai estudar. Se não, não acaba. Não consegue fechar.

Cássia: também saber das ex-associadas é bem interessante...

LV: para a gente é muito interessante.

Rose: acabou sendo um trabalho que tomou uma via, como eu te falei, e depois parece que a coisa ficou mais interessante. Você está procurando ali, buscando algo que não aparece muito, e o que aparece muitas vezes não dá a essência do que realmente tem ali.

Cássia: de qualquer forma muito obrigada. Para falar a verdade: final de ano, fechamento.

Rose: muito obrigada, Luana.

## Anexo VIII

### Resposta por telefone e transcrita direto no questionário - teste - REAP

Nome do Entrevistado: Nádia

Campo de Atuação na ONG: técnica de educação popular formada em física.

#### **1. Sobre a ONG**

A) Início das atividades e período de atuação: Juridicamente iniciou 1984, mas sua atuação iniciou na década de 70/80. Em 90, com o desemprego, o movimento sindical perdeu o sentido político.

B) Qual a missão da ONG e seus objetivos?  
Formação e pesquisas com origens nas lutas e organização da classe trabalhadora.

C) Como surgiu a idéia de criar a ONG?  
Determinar um campo de atuação militante e profissional, após a ditadura política.

D) Houve algum tipo de planejamento para a abertura da ONG? Caso afirmativo, durante quanto tempo ele foi desenvolvido e por quem?  
Não participou da equipe inicial.

E) Quais foram as principais dificuldades que a ONG enfrentou ao longo da sua história?  
Mudança do cenário político, não favorecendo mais os movimentos sindicais.

F) Quem foram os principais parceiros ou apoiadores da ONG?  
Não tem essa informação.

G) Situação atual da ONG: ativa ou inativa? Poderia ter sido diferente? Explique.  
Inativa, mas a ONG continua aberta juridicamente. Ela disse não concordar com a política neoliberal adotada pelas ONG's hoje em dia.

#### **2. Sobre o entrevistado**

H) Qual seu papel junto à ONG?  
Fazia parte da equipe de educadores populares da organização.

I) Atividades que desempenhou na ONG e por quanto tempo:

Entrou em 83, portanto não fez parte da equipe inicial da REAP. Trabalhou como educadora até 1998, perfazendo 17 anos de trabalho na organização.

J) Fale sobre as atividades que desempenha atualmente. (Local, setor, período...).

Atualmente presta assessoria ao sindicato de química de Osasco. Foi professora de física em um colégio particular, mas quando o colégio iniciou a utilizar as apostilas com conteúdos prontos, desistiu de dar aulas. Acredita que o professor precisa de liberdade de formular as aulas e passar o conteúdo proposto ao curso todo.

### 3. Sobre a ABONG

K) Como a ONG ficou sabendo da ABONG? E porque resolveu se associar a ela?

Foi apresentado / convidado pela ONG Pólis. A Nádia não fez parte do corpo diretivo da REAP, mas nas reuniões em que participou, percebeu que a REAP participou da ABONG, pois compartilhava que o papel de uma ONG não é uma substituição do Estado. A ONG deve “pressionar” o Estado para que ele faça o que deve ser feito para a sociedade.

L) Quais as expectativas quanto a essa associação? Elas foram supridas?

Nadia acredita que a REAP era muito pequena para participar nos grandes debates da ABONG. Mas, mesmo assim, acredita que a REAP participou de algumas discussões.

M) Por quanto tempo a ONG permaneceu como associada da ABONG?

Não tem essa informação.

N) Motivo principal que fez com que a ONG deixasse de ser associada ABONG?

A inatividade da REAP. Ela acredita que atualmente as ONG's fazem o papel do Estado e a REAP não acredita nesse trabalho. Isso é o mundo neoliberal, por isso a REAP não se enquadra mais nesse papel e está inativa.

O) Como enxerga o papel da ABONG junto às associadas e frente ao Terceiro Setor?

Acredita que em primeiro lugar, a ABONG deve demarcar o campo de atuação das ONG's. Ou seja, as ONG's não devem fazer o papel do Estado, mas devem contribuir na alfabetização da população para que reivindicuem que o Estado faça o que a sociedade necessita.

Em segundo lugar, a ABONG deve subsidiar o espaço de debate para contribuir com apolítica e a ideologia das ONG's.

## Anexo IX

### Resposta via questionário - AGEN

**Nome do Entrevistado:** Djair Galvão Freire

**Campo de Atuação na ONG:** Colaborador

#### **1. Sobre a ONG**

**A) Início das atividades e período de atuação:**

R: Surgiu na década de 1980 e atuou até meados dos anos 1990.

**B) Qual a missão da ONG e seus objetivos?**

R: A ONG tinha como missão produzir informações provenientes de fontes do próprio movimento popular e das igrejas cristãs progressistas que a compunham. O objetivo era fazer contraponto às informações massificadas pela grande mídia, em particular no movimento popular. Com a publicação de um boletim semanal com informes desses movimentos (sindicatos, associações, igrejas progressistas etc) era possível 'abastecer' de análises e informações próprias as comunidades em diversos lugares do país.

**C) Como surgiu a idéia de criar a ONG?**

R: Surgiu da interação entre movimentos populares progressistas da América Latina, em encontros e reuniões realizadas em diversas regiões – do país e da AL. Os principais dirigentes da ONG eram cristãos identificados com atuação em campos como direitos humanos, reforma agrária, lutas populares e teologia da libertação.

**D) Houve algum tipo de planejamento para a abertura da ONG? Caso afirmativo, durante quanto tempo ele foi desenvolvido e por quem?**

R: O planejamento foi ainda na década de 1980, com a decadência da ditadura e a necessidade de abertura de mais canais que representassem os movimentos populares. Foram consumidos pelo menos seis meses para sua efetivação.

**E) Quais foram as principais dificuldades que a ONG enfrentou ao longo da sua história?**

**R:** As principais dificuldades, no caso da circulação do boletim informativo da AGEN eram de natureza financeira, pois envolvia custos de edição, equipe, espaço, impressão e distribuição. Essas dificuldades eram menores porque a ONG celebrava convênios com instituições nacionais e internacionais, como a Fundação Ford e a Cáritas, além de contar com o apoio de movimentos como o Movimento Nacional dos Direitos Humanos e outros – em geral dividindo alguns dos custos de manutenção dos projetos – um dos quais, a edição do Boletim Semanal AGEN.

**F) Quem foram os principais parceiros ou apoiadores da ONG?**

**R:** Igrejas Católica e Luterana, Movimento Nacional dos Direitos Humanos, Secretariado Oscar Romero – Brasil, MST, CUT, Grupo Tortura Nunca Mais – SP.

**G) Situação atual da ONG: ativa ou inativa? Poderia ter sido diferente? Explique.**

**R:** Inativa. A recessão pós “Era Collor” levou à progressiva falência do projeto. Poderia ter sido, mas este e tantos outros movimentos populares foram gravemente afetados pelo confisco de recursos naquele período, que desarticularam atividades do movimento popular.

**2. Sobre o entrevistado**

**H) Qual seu papel junto à ONG?**

**R:** Jornalista, colaborador

**I) Atividades que desempenhou na ONG e por quanto tempo:**

**R:** Jornalista, colaborador, por cerca de um ano.

**J) Fale sobre as atividades que desempenha atualmente. (Local, setor, período...).**

R: Sou jornalista, assessor de imprensa de um vereador na Câmara Municipal de São Paulo.

### 3. **Sobre a ABONG**

- K) Como a ONG ficou sabendo da ABONG? E porque resolveu se associar a ela?
- L) Quais as expectativas quanto a essa associação? Elas foram supridas?
- M) Por quanto tempo a ONG permaneceu como associada da ABONG?
- N) Motivo principal que fez com que a ONG deixasse de ser associada ABONG?
- O) Como enxerga o papel da ABONG junto às associadas e frente ao Terceiro Setor?

## Anexo X

### Planilha Excel da ABONG das ex-associadas

ONGs EXCLUÍDAS					
REGIONAIS	NOME	DATA DA DESFILIAÇÃO	ARQUIVADO		
<b>AMAZÔNICA</b>					
AGA & VIDA	Associação Aga & Vida	31/10/2003		Com carta	
CACBA	Centro Artístico Cultural Belem Amazônia	31/10/2003		Com carta	
CIPEB	Centro de Intercâmbio, Pesquisa, Estudos Econ. Sociais	31/10/2003		Com carta	
NAV	Núcleo de Apoio às Viúvas de Trabalhadores Rurais	1997	Fechou		
<b>NORDESTE 1</b>					
ARRUAR		1995	Fechou		
ASSESSORIA 5	Pesquisa Estudo da Infância Adolescência	1995	Fechou		
CECAPAS	Fundação Cecapas	1995	Fechou		
IBASP	Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos	31/10/2003		Com carta	
HABITEC	Fundação Pró-Habitar	31/10/2006	Fechou	Mônica Nogueira/Diretora Regional NE-1	
<b>NORDESTE 2</b>					
ACOTIRENE	Centro Acotirene de Formação Popular	1995	Fechou		
ANAL-BA	Associação Nacional de Apoio ao Índio da Bahia	31/10/2003			
AXÉ	Centro Projeto Axé de Defesa e Prot. Crian. e Adolescente	31/10/2004	Pediu Desligamento		
GAIPA	Grupo de Apoio ao Índio Pataxó	1995	Fechou		
GERMEN	Grupo de Reconstrução Ambiental	31/10/2003		Com carta	
IJASF	Instituto José Américo Silva Fontes	31/10/2003		Com carta	
LICEU	Liceu de Artes e Ofício da Bahia	10/2/2004	Pediu Desligamento		
ONDA AZUL	Fundação Onda Azul	8/4/2005		Com carta	
PROJETO IBEJI		30/10/2007	Fechou	Damien - Diretor Regional NE-2	
SACI		30/10/2007	Fechou	Damien - Diretor Regional NE-2	
<b>NORDESTE 3</b>					
CAPC	Centro de Apoio a Projetos Comunitários	1995	Fechou		
CDHMP	Centro de Direitos Humanos e Memória Popular	29/6/2001			
CPP	Comunidade dos Pequenos Profetas	29/6/2001			
IECC	Instituto Equatorial de Cultura Contemporânea	1995	Fechou		
INAC	Instituto Arnaldo dos Coelhos	29/6/2001			
SBEFG	Sociedade Para o Bem Estar da Família Guaiubana	1995	Fechou		
<b>SUDESTE</b>					
AMEPPE	Associação Mov de Educação Popular	1998	Fechou		
ABRAPIA	Assoc. Bras. Multifuncional de proteção à Infância e à Adolescência	17/7/2007	Fechou - comunicou por e-mail		
CADTS	Centro de Aprendizagem Desenvolvimento Tecnológico e Social	1995			
CASA DANDARA	Associação Nacional Casa Dandara	1997	Fechou		
CENPLA	Centro de Estudos, Pesquisas e Planejamento	29/6/2001			
CEPEL	Centro de estudos e Pesquisas da Leopoldina	1/2/2006	Fechou		
CIVITAS	Instituto Informação para a Cidadania	1995	Fechou		
CNDDA	Campanha Nacional Defesa Desenvolvimento da Amazônia	12/8/2005	Com carta		
IDAC	Instituto de Ação Cultural	29/6/2001			
IDEC	Instituto de Estudos da Cidadania	1995	Fechou		
IED	Instituto de Economia e Desenvolvimento	1997	Fechou		
INDECS	Instituto de Estudos e Projetos em Com. e Sociedade	29/6/2001			
IPCN	Instituto de Pesquisa das Culturas Negras	29/6/2001			
IRSANED	Irmadade Srª Edwiges de Brás de Pina	12/8/2005			
MÉDICOS SEM FRENTEIRAS		15/6/2004	Pediu Desligamento		
MULTICOOP	Cooperativa Multidisciplinar	1998			
O SOL	Obra Social Leste	29/6/2001		Com carta	
PELA VIDDA	Grupo Pela Vidda	12/8/2005		Com carta	
SER	Serviço de Educação Rural	12/8/2005	Ata CD 12/08/05	Sumiu	
SMFCRP	Serviço Maioria Falante de Comunidade Racial e Popular	1999	Fechou		
UNIVERSIDADE POPULAR DA BAIKADA		1994	Fechou		
UNIVERTA	Universidade Aberta	1995	Fechou		
<b>SÃO PAULO</b>					
ABRA	Associação Brasileira de Reforma Agrária	1995	Fechou		
ADI	Associação p/Desenvolvimento da Intercomunicação	29/6/2001			
AGEN	Agência Ecumênica de Notícias	1995	Fechou		
ANSUR/ AÇÃO URBANA	Associação Nacional do Solo Urbano	2001	Fechou		
APTA	Associação p/Prevenção e Tratamento da Aids	29/6/2001			
ARES	Associação Riopretense de Educação e Saúde	31/10/2003		Com carta	
ASSOCIAÇÃO PIRACEMA		31/10/2003		Com carta	
C. S. DIAS	Centro Santo Dias	29/6/2001		Com carta	
CEDI	Centro Ecumênico de Divulgação e Informação	1995	Fechou		
ECOM	Ecologia & Comunicação	15/10/2003	Pediu Desligamento	Com carta	
FRANCO ROTELLI	Associação Franco Rotelli	31/10/2003		Com carta	
INCA	Instituto Cajamar	1997	Fechou		
NATIVO DA NATIVIDADE	Fundação Nativo da Natividade	1995	Fechou		
RECONSTRUÇÃO	Educação, Assessoria e Pesquisa	31/10/2003		Com carta	
TIE BRASIL	Centro de Troca de Informação Transnacionais	1999	Fechou		
<b>SUL</b>					
ANAI-RS	Associação Nacional de Apoio ao Índio	1993	Fechou		
CECUNE	Centro Ecumênico de Cultura Negra	1997	Fechou		
FIDENE	Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Nordeste	10/7/2007	Pediu Desligamento		
CEPAMI	Centro de Estudos e de Pastoral dos Migrantes	29/6/2001		Com carta	
GEA	Formação e Assessoria Sindical	1995	Fechou		
CAV	Centro de Ação Voluntária de Curitiba	21/8/2006	Pediu Desligamento	Com carta	
<b>C. OESTE</b>					
AGORA	SUSPENSÃO NA REUNIÃO EXECUTIVA	16/5/2005		Com carta	
CIFICA	Centro de Integração e Formação Integral	29/6/2001			
IEA	Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais	1995	Fechou		
INED	Instituto Nacional de Educação a Distância	1996	Fechou		
NEOM	Núcleo de Estudos e Organizações da Mulher	4/9/2003	Fechou		

## Anexo XI

### Planilha Excel da ABONG das associadas regional São Paulo (exemplo)

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS	
RELAÇÃO DE FILIADAS - REGIONAL SÃO PAULO	
TITULAR - ANTONIO ELEILSON LEITE	
SUPLENTE -BELOYANIS BUENO MONTEIRO	
<b>ENTIDADE ASSOCIADA</b>	<b>Filiação</b>
01- AAMM/ AACRIANÇA	2001
02-AÇÃO DA CIDADANIA	1998
03-AÇÃO EDUCATIVA	1994
04-ABDL	2003
05-ANIMA	2004
52 ASSOCIAÇÃO IMAGEM DA VIDA	2009
06-CARE BRASIL	2006
07-CEBRAP	1991
08-CEBRIJ - Ribeirão Preto	1997
09-CEDAP - Campinas	1991
10-CEDEC	1992
11-CDD - BR /Católicas	1999
12-CDHEP-CL	1999
13-CEERT	1997
14-CGGDH/GASPAR GARCIA	1991
15-CENPEC	2001
16-CES - Stº André	2000
17-CEPIS - <b>SÓCIO COLABORADOR</b>	1991
18-CFSS-Coletivo Feminista	1991
19-CISMOP	1992
20-C.P.Índio de SP	2001
21-COMULHER	1991
22-COR- <b>SÓCIO COLABORADOR</b>	1992
23-CPVergueiro	1991
24-CTVilela	1992
25-ECOS	1991
26-ECOAR	1999
27-ESPAÇO	1992
28-FALA PRETA	2000
29-FÉ E ALEGRIA NACIONAL	1991
30-GIV	2001
31-GAPA - SP	2001
32-GELEDES	1991
33-GREENPEACE	1992
34-GTPOS	2003
35-GRUPO PELA VIDDA/ SP	2004
36-IBEAC	1995
37-IDEC	1999
38-INSTITUTO KAIROS	2006
39-INSTITUTO AVISA-LÁ	1992
40-IPFreire	2001
52- INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO	2008
41-INSTITUTO RIO 7	2007
42-ISA	1994
43-PÓLIS	1991
44-PROTER	1991
45-RME	1991
46-SMM	1992
47-SSL	2001
48-SOF	1991
49-SOS MATA ATLÂNTICA	1997
50-SOS SAÚDE MENTAL	1995
51-UCBC	1992

## Anexo XII

### Detalhamento no site da ABONG das associadas (exemplo)

ABONG - Windows Internet Explorer

http://www.abong.org.br/

Favoritos ABONG

**Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais**  
*Uma rede a serviço de um mundo mais justo, solidário e sustentável*

Home

- Institucional
  - Conheça a Abong
  - Associadas
  - Regionais Abong
- Áreas
  - Comunicação
  - Jurídico
  - Desenvolvimento Institucional
- Parceria Internacional
  - Forum Social Mundial
  - Coordination Sud
  - Mesa de articulação América Latina e Caribe
- Representação
  - Abong nos conselhos e Fóruns
- Articulação e Mobilização
  - Campanhas
  - Manifestos
  - Inter-redes
  - Redes e fóruns
- Serviços
  - Links
  - Perguntas mais frequentes
  - Fale conosco
- Apoiadores
  - Oxfam
  - EED
  - Fundação Ford
  - Kellogg
  - ICCO
- Versão em inglês

**Associadas**

**Associação de Apoio às Comunidades do Campo - AACCRN**  
**Endereço:** Rua Dr. Múcio Galvão, 449  
**Bairro:** Centro **Cidade:** NATAL **UF:** RN **Cep:** 59022-530  
**Fones:** (84) 3211-6131 **Fax:** (84) 3211- 6415  
**Endereço Eletrônico:** aaccrn@aaccrn.org.br  
**Página eletrônica:** www.aaccrn.org.br  
**CNPJ:** 09.390.295/0001-24

pesquisar no site

Associe-se

- Por que se filiar?
- Critérios para filiação

Boletins Informativos

- Informes Abong
- Cadastre-se aqui para receber os informativos

Publicações

- Cadernos Abong
- Outras Publicações
- Como Adquirir

Interatividade

- Espaço das associadas

**fórum social mundial**  
 Um Centro mais e possível

**1. Ano da fundação:** 1985

**2. Origem:** A AACCRN surgiu em 1985 com o objetivo de assessorar a produção o projeto de "colonização" das 5 vilas da Serra do Mel no Rio grande do Norte, desenvolvendo várias atividades tanto em relação a produção da castanha do caju como na gestão das associações.

**3. Missão:** "Gerar Processos de Aprendizagem e Autonomia dos Trabalhadores e Trabalhadoras, visando uma Sociedade Sustentável".

**4. Principal âmbito de atuação:** NS/NR  
 Outros:  
 - Regional

**5. Região de atuação:** - Nordeste

**6. Faixa orçamentária:**

**7. Fontes de recursos:**

Monografia ABONG 1... ABONG - Windows In... 15:03

ABONG - Windows Internet Explorer

http://www.abong.org.br/

Favoritos ABONG

**Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais**  
*Uma rede a serviço de um mundo mais justo, solidário e sustentável*

ManIFESTOS

- Inter-redes
- Redes e fóruns

Serviços

- Links
- Perguntas mais frequentes
- Fale conosco

Apoiadores

- Oxfam
- EED
- Fundação Ford
- Kellogg
- ICCO

Versão em inglês

caju como na gestão das associações.

**3. Missão:** "Gerar Processos de Aprendizagem e Autonomia dos Trabalhadores e Trabalhadoras, visando uma Sociedade Sustentável".

**4. Principal âmbito de atuação:** NS/NR  
 Outros:  
 - Regional

**5. Região de atuação:** - Nordeste

**6. Faixa orçamentária:**

**7. Fontes de recursos:**

**8. Principais Beneficiários ou público alvo:**  
 - Organizações Populares/ Movimentos Sociais  
 - Trabalhadores(as) Rurais/ Sindicatos Rurais  
 - Mulheres  
 - Estudantes  
 - Outras ONGs

**9. Áreas temáticas de atuação:**  
 - Agricultura  
 - Meio Ambiente  
 - Organização popular/ participação popular

**10. Utiliza trabalho voluntário?** NS/NR

**11. Número de voluntários envolvidos:**

**12. Campos de articulação:**  
 - Conselhos:  
 - Redes:  
 - Fóruns em que participa:

**13. Projetos ilustrativos:**

**14. Principais publicações:**  
 Série Contribuições Ano I Volume I - Políticas Públicas para o Desenvolvimento Rural do Nordeste  
 Série Contribuições Ano I Volume II Programa de Reestruturação Agrícola da Serra do Mel  
 Romano

Monografia ABONG 1... ABONG - Windows In... 15:04